

Carmen Moreira Merlo

**O PALÁCIO DE PAPEL:
CEM ANOS DO ARQUIVO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(1906-2006)**

Passo Fundo

FEV/2010

Carmen Moreira Merlo

**O PALÁCIO DE PAPEL:
CEM ANOS DO ARQUIVO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(1906-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Mário Maestri.

Passo Fundo

2010

Ficha catalográfica

M564p Merlo, Carmen Moreira
O palácio de papel: cem anos do arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul (1906-2006) / por Carmen Moreira Merlo. – 2010.
187f.

Dissertação (mestrado) — Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, 2010.
“Orientação: Prof. Dr. Mário Maestri, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas”.

1. História – Arquivo público – Rio Grande do Sul. 2. Arquivo público – Rio Grande do Sul – História. 3. Arquivo público – Resgate histórico – Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 981.62

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária: Carla Inês Costa dos Santos. - CRB 10/973

Dedico este trabalho unicamente a Deus,
que restituiu um sonho que eu mesma havia
esquecido, mas Ele não.

Ao professor Mário Maestri, meu orientador, pelas suas orientações desde o primeiro dia de aula. Pelo seu incentivo e paciência durante todo esse tempo em que estivemos juntos. E pela sabedoria em muitos momentos fonte de inspiração.

A todos os professores do PPGH, com os quais tive contato, pelas aulas maravilhosas e pelos conhecimentos transmitidos, que provocaram em mim uma nova paixão, a história.

À eficiente secretária do PPGH, a Jênifer, pelo seu dinamismo, apoio e atenção ao longo do curso.

Ao meu marido, Paulo Renato Merlo, pelo companheirismo e paciência durante essa jornada que parecia não ter fim.

Ao meu filho amado, que soube ser compreensível, sobretudo, incentivador desse sonho. Uma criança que nos momentos mais difíceis esteve ao meu lado, literal e fisicamente nas madrugadas de estudo. Te amo, Gustavo!

À minha mãe, Janete, que nunca desistiu de mim. Que sempre acreditou, confiou e que muitas vezes abdicou de seus sonhos para que eu pudesse viver os meus. Pelo teu amor, que é incondicional, pela tua fé, que é firme como uma rocha, e por tudo o que você significa para mim.

Aos meus amigos pela amizade, apoio e carinho.

*Pois seis como a árvore plantada junto às correntes de águas,
a qual dá o seu fruto na estação própria, e cuja folha não cai;
e tudo quanto fizer prosperará.
(Salmo 1:3)*

RESUMO

A ocasião é comemorativa. Aproveitando a celebração de 100 anos de existência do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em 2006, mais do que vê-lo crescer é momento de valorizarmos o seu passado, fortalecendo sua relação com os usuários, bem como a sociedade porto-alegrense e, principalmente, fortalecendo a sua imagem como uma tradicional instituição cultural da capital. O presente trabalho aborda a história do Arquivo Público do RS, de sua fundação a 2006. Para compreender a história do Arquivo Público do Rio Grande do Sul foi preciso acompanhar sua atuação como instituição pública, proposta de desenvolvimento e progresso da República Rio-grandense, inspirados nos ideais positivistas do início do século 20. No intuito de dotar a administração pública de uma repartição exclusiva para a guarda e preservação dos documentos da província referentes à administração pública, à história e à geografia do Rio Grande do Sul, o Presidente da Província, Borges de Medeiros, organizou um Arquivo Público Provincial, demonstrando a filosofia preservacionista do século 19. Correspondendo a uma necessidade, a instituição do Arquivo Público foi bem recebida pela “opinião pública”, sobretudo republicana. O funcionamento do Arquivo Público foi assinalado por uma série de transformações e pela adoção de medidas que traduziam os objetivos do poder político estadual. Portanto, este estudo aborda sinteticamente a origem histórica dos arquivos há cerca de seis mil anos até os arquivos da atualidade, que são analisados em seguida. Esse traçado sintético da evolução dos arquivos no mundo nos leva ao surgimento dos arquivos de Estado, no Brasil e, especificamente, do Rio Grande do Sul. Os arquivos públicos expressam a trajetória de suas administrações públicas, bem como suas condições políticas e sociais. Ao se buscar o sentido da criação do Arquivo Público do RS e sua funcionalidade, percebeu-se a importância que a iniciativa tinha para o Estado em construção do republicanismo rio-grandense. A estratégia de construir um local para abrigar a documentação do Estado em prédio próprio representou três aspectos: segurança, conservação (climatização) e centralização, além do seu estilo arquitetônico único na América Latina, senão o único no mundo.

Palavras-chave: Arquivo, Documento, Arquitetura.

ABSTRACT

It is a commemorative occasion, the 100th anniversary of the Rio Grande do Sul Public Archive, in 2006, more than watching its growing, it is the moment to value its past, strengthening its relationship with the users as well as the porto-alegrense society and, mainly, strengthening its image as a traditional cultural institution in the capital city. This paper presents the history of the Rio Grande do Sul Public Archive, since its foundation until the year 2006. In order to understand the Public Archive history it was necessary to follow its acting as a public institution, the Rio-grandense Republic proposal of development and progress, inspired by the early 20th century positivist ideals. Aiming to provide the public administration with an exclusive bureau to keep and preserve the province documents related to the Rio Grande do Sul public administration, history and geography, the President of the Province, Borges de Medeiros, organized a Provincial Public Archive, expressing the 19th century preservationist philosophy. Corresponding to a necessity, the institution of the Public Archive was well conceived by the public “opinion”, especially by the republican. The opening of the Public Archive was marked by a series of transformations and by the adoption of measures which translated the objectives of the state political power. Therefore, this study deals with the historical origin of the archives from six thousand years ago up to this day, in order to analyze them. This succinct evolution line of the world archives takes us to the appearance of the State archives in Brazil, and specifically in Rio Grande do Sul. The public archives express the trajectory of their public administrations, as well as their political and social conditions. In search for the creation sense of the Rio Grande do Sul Public Archive and its functionality, it was possible to realize the importance the initiative had for the State in the construction of the rio-grandense republicanism. The strategy of building a place to keep the State documentation in its own building represented three aspects: security, preservation (climatization) and centralization, besides its architectural style which is unique in Latin America, maybe unique in the world.

Keywords: Archive, document, architecture.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Mapa do Brasil identificando o Estado do Rio Grande do Sul | 104 |
| Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul identificando a capital gaúcha, Porto Alegre.. | 105 |
| Figura 3 – Projeto de Ampliação e Embelezamento da Praça Marechal Deodoro - Plano Geral de Melhoramentos, 1914. Fonte APERS..... | 106 |
| Figura 4 - Foto das obras do Palácio Piratini de acordo com o projeto de Alphonse Herbert, 1898. Disponível em: http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratinilinhaTempo . Acesso em: 08 jan. 2010..... | 110 |
| Figura 5 – Projeto do Palácio Piratini de acordo com o projeto de Maurice Grás, 1909. Disponível em: http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratinilinhaTempo . Acesso em: 20 dez. 2009..... | 111 |
| Figura 6 – Foto do Palácio Piratini, 1921. Porto Alegre. Disponível em: < http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratinilinhaTempo >. Acesso: 20 dez. 2009..... | 112 |
| Figura 7 – Foto do Palácio Piratini, 2008. Porto Alegre. Disponível em: < http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/linhaTempo/2006 >. Acesso em: 08 jan. 2010 | 113 |
| Figura 8 – Foto da Escola Complementar Porto Alegre: Estado do Rio Grande do Sul. [Secretaria de Obras Públicas]. <i>Obras públicas: centenário da Independência</i> . Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1922. Acervo: AHRGS..... | 114 |
| Figura 9 – Foto da construção da Biblioteca Pública, 1912. Fonte: Família Prati. Disponível em: < fotosantigas.prati.com.br >. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 116 |
| Figura 10 – Foto da Biblioteca Pública, 2006. Fonte Família Prati. Disponível em: < fotosantigas.prati.com.br >. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 117 |
| Figura 11 – Foto do Presidente do Estado Antonio Borges de Medeiros (1906 - 1908) Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: < fotosantigas.prati.com.br >. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 120 |
| Figura 12 – Foto da Escola Complementar, rua Duque de Caxias, Porto Alegre: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. [Secretaria de Obras Públicas]. <i>Obras públicas: centenário da Independência</i> . Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1922. Acervo: AHRGS..... | 121 |

| | |
|--|-----|
| Figura 13 – Foto da Casa da Bailante, 1870 – 1890, Porto Alegre. Porto Alegre. Fonte: Famiglia Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 122 |
| Figura 14 – Mapa do conjunto de áreas que circundam o terreno adquirido para o Arquivo Público, 1908. Porto Alegre. Fonte: APERS..... | 124 |
| Figura 15 – Foto atual da Praça Marechal Deodoro, hoje Praça da Matriz, 2009. Porto Alegre. Fonte: Coletânea de fotos inéditas de Porto Alegre. Disponível em: <www.skyscrapercity.com>. Acesso em: 20 maio 2010..... | 127 |
| Figura 16 – Foto do primeiro pavilhão junto a rua Riachuelo, 1910. Porto Alegre: Fonte: APERS..... | 128 |
| Figura 17 – Planta do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: <bandodebarronoarquivo.com>. Acesso em: 20 maio 2010..... | 129 |
| Figura 18 – Foto lateral do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. Porto Alegre. Fonte: APERS | 132 |
| Figura 19 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Representa o prédio em alvenaria e porões em pedra. Porto Alegre. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: <bandodebarronoarquivo.com>. Acesso em: 20 maio 2010..... | 133 |
| Figura 20 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Escadarias parte externa, 2006, Porto Alegre. Fonte: Famiglia Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009 | 134 |
| Figura 21 e 22 – Foto da interna Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul– Galerias, Estantes de concreto, Pisos vazados em estrutura em ferro, 1910. Porto Alegre. Fonte: APERS..... | 136 |
| Figura 23 e 24 – Foto da interna do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Escada em trilhos e estrutura em ferro vazada. 1910, Porto Alegre. Fonte: Famiglia Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 139 |
| Figura 25 - Figura 18 – Foto do Arquivo Nacional da França, construído em 1790. França. Fonte: Dossier de presse: une nouvelle politique en faveur des archives..... | 139 |
| Figura 26 – Foto do exaustor de ar, 2006. Porto Alegre. Fonte: APERS..... | 141 |
| Figura 27 – Foto da circulação de ar, 2006. Porto Alegre. Fonte: APERS. | 141 |

| | |
|---|-----|
| Figura 28 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Edifício 1ª fase. Fachada 1915, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 142 |
| Figura 29 – Foto da ala esquerda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Edifício 2ª fase. Fachada principal, 1920, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 144 |
| Figura 30 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fachada da casa na rua Riachuelo, 1930, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 147 |
| Figura 31 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Prédio principal. Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009..... | 149 |
| Figura 32 – Foto do processo de restauração, obra no piso do pátio, abertura de vala, 1999. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS. | 156 |
| Figura 33 - Foto da janela em processo de restauração, 1999. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS. | 156 |
| Figura 34 – Foto externa, restauração das fachadas. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS..... | 157 |
| Figura 35 - Foto dos caixotes, visão externa das paredes que serviam de portas para o acesso aos corredores das estantes (eram 36 portas), 1999. Fonte: Acervo APERS..... | 159 |
| Figura 36 - Foto dos caixotes, visão das portas fechadas com cadeados, 1999. Fonte: Acervo APERS..... | 159 |
| Figura 37 – Foto interna do APERS, piso vazado e estante em concreto após a restauração, 2001. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS..... | 160 |
| Figura 38 – Foto do prédio I após a restauração, 2001. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS..... | 161 |
| Figura 39 – Foto do prédio 2 após a restauração, 2001. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS..... | 162 |
| Figura 40 – Foto da sala de atendimento do terceiro prédio, reformada. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS. | 163 |
| Figura 41 – Foto da sala de pesquisa do terceiro prédio, reformada. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS. | 163 |

| | |
|--|-----|
| Figura 42 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Edifício administrativo. 1950, Porto Alegre: Fonte Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2009..... | 164 |
| Figura 43 – Foto da entrada do túnel, portão de grades no APERS, 2010. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS..... | 165 |
| Figura 44 – Foto da entrada do túnel no APERS, 2010. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS..... | 165 |
| Figura 45 - Foto das Escadas que levam ao portão do túnel. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: http://bandodebarronoarquivo.blogspot.com . Acesso em: 18 maio 2010..... | 167 |
| Figura 46– Foto da rosácea que ventila o túnel. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: http://bandodebarronoarquivo.blogspot.com . Acesso em: 18 maio 2010..... | 167 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul

IHGRS – Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| PRIMEIRO CAPÍTULO | 20 |
| 1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS | 20 |
| 1.1. A Evolução dos Arquivos no Mundo..... | 20 |
| 1.1.1. Os Arquivos Reais no Tempo dos Palácios | 21 |
| 1.1.2. Os Arquivos em Roma e na Idade Média | 22 |
| 1.1.3. Arquivos nos Tempos Modernos | 24 |
| 1.1.4. Os Arquivos e a Modernidade | 25 |
| 2. OS ARQUIVOS ESTATAIS NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL | 28 |
| 2.1. Os Arquivos Estatais nos Tempos Coloniais | 28 |
| 2.2. Os Arquivos Estatais no Brasil Independente | 30 |
| 2.3. Os Arquivos Estatais Durante a Regência | 31 |
| 3. OS ARQUIVOS ESTATAIS NO RS: COLÔNIA E IMPÉRIO | 33 |
| 3.1. Os Arquivos Sulinos Durante a Colônia | 33 |
| 3.2. Os Arquivos Públicos Farroupilhas | 34 |
| 3.3. O Movimento de Centralização Conservadora | 35 |
| 3.4. Reação Conservadora: o Centro e a Periferia | 36 |
| 4. OS ARQUIVOS E OS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS | 38 |
| 4.1. Arquivos e Modernidade | 38 |
| 4.2. Os Arquivos no Brasil Republicano | 40 |
| 4.3. Os Arquivos Brasileiros: Sigilo e Acesso | 43 |
| 5. O ARQUIVO PÚBLICO RIO-GRANDENSE DURANTE A REPÚBLICA.. | 45 |
| 5.1. RS: a Revolução Conservadora Positivista | 45 |
| 5.2. Melhorar, Conservando | 46 |
| 5.3. A Modernização do Rio Grande do Sul | 48 |
| 5.4. Reconstrução do Estado e da História | 49 |
| 5.5. Referência Administrativa Simbólica | 50 |
| 6. A POLÍTICA DE ACESSO: NO MUNDO, NO BRASIL E NO RS | 51 |

| | |
|--|-----------|
| 6.1. No mundo | 51 |
| 6.2. No Brasil Imperial | 53 |
| 6.3. No Brasil Republicano | 54 |
| 6.4. No Rio Grande do Sul | 57 |
| | |
| SEGUNDO CAPÍTULO..... | 60 |
| 1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO | 60 |
| 1.1 A Constituição do Arquivo Público Estadual | 60 |
| 1.1.1. As Inspirações dos Primeiros Anos | 60 |
| 1.1.2. Oposição Municipalista | 61 |
| 1.1.3. Centralização e Excelência Administrativa | 63 |
| 2. OS PRIMEIROS TEMPOS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL | 64 |
| 2.1. Especialização e Fracionamento: Estatísticas e Biblioteca Pública | 64 |
| 2.2. Mudando de Lugar | 66 |
| 2.3. Nova Reorganização e Revista | 69 |
| 2.4. Das Alegrias às Desventuras..... | 71 |
| 2.5. Crise da Autonomia Rio-Grandense | 72 |
| 2.6. A Modernidade Tardia | 73 |
| 2.7. Situação Crítica | 75 |
| 2.8. Preservação e Guarda | 76 |
| 2.9. Não Recolhimento e Recolhimento Parcial | 77 |
| 2.10. Documentação Descartada | 79 |
| 2.11. Sistemas de Arquivo | 81 |
| 2.12. Levantamento e Avaliação | 82 |
| 2.13. Estímulo à Pesquisa e Restauro | 83 |
| | |
| TERCEIRO CAPÍTULO | 85 |
| 1 A SEGUNDA SEÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO | 85 |
| 1.1 Emancipação da Segunda Seção do Arquivo Público | 85 |
| 1.2 O Arquivo Histórico de Portas Fechadas | 87 |
| 1.3 As Acanhadas Dependências do Arquivo Histórico | 92 |
| 1.4 Divisão Histórica: Arquivo Público, Arquivo Histórico..... | 97 |

| | |
|--|------------|
| QUARTO CAPÍTULO..... | 99 |
| 1. PROJETO DE ORDEM E PROGRESSO | 99 |
| 1.1 O Poder e a Arquitetura no Mundo | 99 |
| 1.2 As Transformações da Arquitetura no Brasil durante o Século 19 | 101 |
| 1.3 A Arquitetura Sulina sob Influência do Positivismo | 103 |
| 1.4 Os Palácios do Governo | 107 |
| 1.5 Arquivo Público do Estado do RS – APERS | 118 |
| 1.6 Os Primeiros Anos | 119 |
| | |
| QUINTO CAPÍTULO..... | 124 |
| 1 O PALÁCIO EM CONSTRUÇÃO | 124 |
| 1.1 A “sala de visitas” do Estado do RS | 124 |
| 1.2 O Primeiro Prédio | 126 |
| 1.3 O Projeto | 129 |
| 1.4 A Obra | 130 |
| 1.5 O Vanguardismo Tecnológico | 135 |
| 1.6 O Segundo Prédio | 143 |
| 1.7 O Terceiro Prédio | 146 |
| 1.8 Os Préstimos à Comunidade | 150 |
| 1.9 O Tombamento..... | 151 |
| | |
| SEXTO CAPÍTULO..... | 154 |
| 1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO REVITALIZADO | 154 |
| 1.1 O Restauro dos Prédios I e II..... | 154 |
| 1.2 Problemas e Soluções | 157 |
| 1.3 A Reforma do Prédio III | 162 |
| 1.4 Histórias extraordinárias | 164 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 168 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 177 |

INTRODUÇÃO

Em 2006, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul completou cem anos. Foi tempo de comemorar, tempo de refletir, tempo de avaliar o passado para enfrentar o futuro. Então, um desafio se impunha: reconstituir a memória dessa instituição que durante um século estivera intimamente ligada à própria história político-administrativa do Estado.

No primeiro momento, o objetivo principal desse trabalho foi o de marcar a comemoração do aniversário do Arquivo Público com a reconstituição de suas origens e trajetória, fundamentais para a constituição da identidade da instituição e para a definição do seu lugar na sociedade, como patrimônio histórico rio-grandense.

Sendo assim, o ponto de partida para compreender a história do Arquivo Público do Rio Grande do Sul foi interpretar sua atuação como instituição pública, modelo de desenvolvimento e progresso da República Rio-Grandense, inspirado nos ideais positivistas do início do século 20.

Para isso, determinou-se como espaço temporal do presente estudo o período que vai da fundação, em 1906, até a comemoração do seu centenário, em 2006. Ao retrarmos esse caminho, buscou-se compreender, inicialmente, a origem dos arquivos públicos de Estado no mundo, no geral, e no Brasil, no especial. Ou seja, compreender o sentido geral da criação do Arquivo Público no RS como elemento fundamental da administração pública e no sentido último dessa construção.

O trabalho de remontagem do passado foi apoiado basicamente nas riquíssimas fontes primárias, editadas ou não, em maior parte depositadas naquela instituição, que permitiram a reconstituição da realidade em estudo através da análise e interpretação do seu conteúdo. Foi, efetivamente, por meio dessas fontes que conectamos os fatos históricos do Arquivo Público à história política do estado, um dos principais objetivos de nosso trabalho.

A principal fonte primária para nosso estudo foi a Revista Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Com a proposta de uma periodicidade trimestral, a revista tinha por objetivo publicar documentos importantes para o estudo da história e da geografia do Estado, bem como a documentação recebida dos cartórios. O primeiro volume da Revista do Arquivo público do Rio Grande do Sul, publicado em novembro de 1920, foi o mais significativo para o nosso estudo, pois noticia o histórico, a organização, as vantagens, os fins, a sede e o pessoal do Arquivo Público, expondo os primeiros anos de funcionamento da instituição. Para

nosso trabalho, foram igualmente fundamentais a análise das falas, dos discursos de presidentes do Estado; das leis e decretos enviados a Assembleia dos Representantes, etc.

Os documentos pesquisados são materiais pertencentes, sobretudo, ao Arquivo Público do Estado do RS, ao Arquivo Histórico, ao Instituto Histórico e Geográfico do RS e ao Museu Hipólito da Costa, que forneceram fundamental apoio durante os anos de estudo, pelo qual agradecemos sensibilizada. É importante salientar a especial atenção da direção e dos funcionários do Arquivo Público do Rio Grande do Sul que facilitaram enormemente o bom desenvolvimento de nosso trabalho. Qualquer agradecimento seria insuficiente. No desenvolvimento do processo de pesquisa, nos apoiamos continuamente na procura de informações em documentos eletrônicos na internet e seus meios de busca, como sistematicamente assinalado.

No intuito de apresentar à sociedade em geral a história da instituição ao longo desses anos, reconhecendo o importante serviço prestado à sociedade, o trabalho pretende também servir de apoio à pesquisa no campo da arquivística, já que são poucas publicações sobre esta relação entre história e arquivologia. A inexistência de publicações sobre a história do Arquivo Público do Rio Grande do Sul parte da insuficiência da bibliografia no campo da arquivística sobre as histórias dos arquivos, sobretudo brasileiros, justifica fortemente a escolha do objeto de pesquisa proposto e desenvolvido. Esperamos ter colaborado para a superação mesmo parcial desta deficiência.

O segundo momento de nossa pesquisa foi dedicado ao estudo das conexões entre a vida político-administrativa do Estado do Rio Grande do Sul e a história de vida da instituição em análise. Vimos que, para entender a conjuntura na qual se deu a criação do Arquivo Público, era necessário voltar ao final do século 19 e começos do século 20, quando a situação política, econômica e social no Rio Grande do Sul passou por grandes transformações. Naqueles anos, durante a chamada República Velha [1889-1930], o estado do Rio Grande do Sul evoluiu definitivamente, em relação ao período monárquico anterior, conhecendo importante avanço econômico-social. Nesse momento, Porto Alegre, particularmente, sofria transformações significativas, de vila provinciana para capital de um Estado em indiscutível dinamismo, preche de novas funções. Tivemos, portanto, de nos reportar a essa realidade.

O novo panorama social, político, econômico e administrativo contribuiu ao surgimento do Arquivo Público, marcado por uma série de mudanças e pela adoção de medidas que traduziam os novos objetivos do poder político estadual. Sua organização, seus serviços, suas atribuições e suas competências, enquanto repartição pública, estiveram desde o

início vinculados ao progresso, à modernização e à autonomia do RS. Esse cenário de rápida modernização que ocorria no Estado possibilitaram o entendimento da importância básica da criação do Arquivo e outras instituições do gênero.

No presente estudo, partimos da discussão da origem dos arquivos decorrentes do exercício do poder, da centralização político-administrativa, do controle no acesso e no uso dos documentos até o advento das modernas tecnologias e sistemas a serviço da informação. Dentro dessa reflexão, enquadra-se a formação de uma instituição complexa preocupada com a formação de uma identidade regional e com a guarda de documentos de interesse público e social. Esses pontos são discutidos em seis capítulos que ganhou consistência à medida que avançou nossa investigação.

O primeiro capítulo traz uma breve retrospectiva histórica dos arquivos e de suas relações entre Estado e sociedade. Inicia-se com a história dos primeiros arquivos existentes no mundo, no tempo dos *palácios*; aos arquivos *estatais* no Brasil colonial e imperial, aos arquivos *estatais* no Rio Grande do Sul e no Brasil contemporâneo. Os últimos dois blocos dessa investigação são voltados à criação do Arquivo Público Rio-Grandense, durante a República, sob a influência do positivismo de Augusto Conte e à questão da política de acesso aos documentos de arquivo no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo descreve a história evolutiva do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, seus primeiros anos de funcionamento, a oposição municipalista e as objeções contestadas por Borges de Medeiros, no desenvolvimento de sua política de centralização como condição política, social e administrativa. No seguimento, discutimos o fracionamento das seções do Arquivo Público e a necessidade de especialização e adaptações ao longo de vários anos, devido às mudanças e dificuldades de espaço físico, nascidas do grande volume de documentos recolhidos de diversas partes do RS. Essa fase instigou o arquivo a buscar outros caminhos, a se reorganizar e modificar o que fosse necessário nas três seções em funcionamento.

No terceiro capítulo, podemos encontrar a trajetória histórica da segunda seção do Arquivo Público. Essa reconstrução permitiu entender a funcionalidade dessa repartição que por consequências administrativas foi desanexada do Arquivo Público e vinculada ao Museu Júlio de Castilhos em 1925. Até 1954, a Segunda Seção denominou-se Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Durante quase 30 anos, o Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul passou por diversas fases, até a sua emancipação propriamente dita, em 1954, quando definitivamente passou a se denominar

Arquivo Histórico. Sofreu sucessivas mudanças administrativas, de subordinação e de localização, funcionando, muitas vezes precariamente, em instalações inadequadas.

No quarto capítulo, reunimos o estudo da arquitetura no mundo, considerada um instrumento a serviço do poder. No século 19, o mundo vivia um momento de reformulação da estrutura urbana, com ideias de modernidade, da substituição do velho pelo novo. As capitais brasileiras, especialmente Porto Alegre, sofreram importantes influências na arquitetura que definiram o estilo dos seus edifícios, com sua decoração ostentosa, exuberante típico da filosofia positivista adotada pelo governo republicano objetivava espalhar pelo centro da cidade sinais de progresso, civilização e ordem. Prova dessa reformulação é o projeto da Intendência Municipal chamado *Plano Geral de Melhoramentos*, instrumento fundamental para modernização urbana que substituiu a imagem da arquitetura colonial. Nesse sentido são construídos dezenas de palacetes de grande beleza e imponência, maior legado da administração positivista. Dentre essas obras do governo estão o Palácio Piratini, a Biblioteca Pública e o Arquivo Público do Estado.

O projeto arquitetônico do Arquivo Público vem a ser o quinto capítulo do presente trabalho, o ponto central do objeto de estudo, ou seja, a criação de um edifício próprio para salvaguardar os documentos oriundos do governo do Estado e o estabelecimento de uma política de centralização, objetivando não só garantir o espaço físico como conservar os documentos para os atuais usuários do arquivo e para gerações futuras de pesquisadores. A criação do arquivo trazia consigo o emblema positivista de *conservar melhorando*.

O prédio do Arquivo Público era um dos pontos de destaque do projeto de ampliação e embelezamento da Praça Marechal Deodoro (hoje, Praça da Matriz), ou seja, do Plano Geral de Melhoramentos. Não se tratava apenas de construir um edifício, localizado à Rua Riachuelo, então parte do coração geográfico da capital e, conseqüentemente, do Estado, núcleo urbano no qual se planejavam igualmente outras obras monumentais, como o palácio governamental e a biblioteca estadual.

O projeto do prédio do Arquivo Público registrava a importância igualmente simbólica que a iniciativa tinha para o Estado em construção pelo republicanismo rio-grandense. A importância da iniciativa registrava-se igualmente na disposição de construção das edificações projetadas e executadas especialmente para serem “prédios para o arquivamento de documentos”. Ou seja, para a guarda da memória administrativa pública, em simbolização e materialização dos objetivos do republicanismo positivo-castilista. Sendo assim, o conjunto arquitetônico é considerado patrimônio histórico, 1991 houve o tombamento dos prédios do

Arquivo Público pelo Instituto de Patrimônio Histórico, passando estar legalmente protegido, ficando proibidas as demolições e as reformas sem prévia autorização do IPHAE.

O último capítulo constitui na restauração dos prédios I, II e na reforma do prédio III, pois no decorrer dos anos os problemas em relação às instalações físicas construídas no início do século 20 só aumentavam. Eram problemas graves de degeneração, de fissuras nos prédios, de infiltrações, do telhado encoberto e até mesmo de alguns alagamentos que geravam um panorama de desespero e falta de esperança para com os funcionários, pois a situação geral era de abandono por parte dos governantes do nosso Estado. Essa situação só foi revertida, quando oficialmente, foi feita uma denúncia ao Ministério Público, em função da precariedade dos prédios que abrigavam a memória rio-grandense. A denúncia foi o impulso para o projeto de reforma e restauração dos prédios. Portanto, esse último bloco destaca o detalhamento desse processo de restauração, as dificuldades encontradas com a remoção do acervo enquanto os prédios estavam sendo restaurados, como ocorreu o atendimento ao público enquanto os pavilhões estavam interceptados e como o acervo foi protegido enquanto os prédios estavam em obras. Foi possível relatar também o temor dos funcionários na esperança em recuperar o prédio III, que desde que foi construído para servir de sede administrativa ao Arquivo, serviu de abrigo para diversos organismos ao longo do tempo.

Para finalizar relatamos a história dos túneis e galerias sob a cidade de Porto Alegre que despertam a imaginação daqueles que não conhecem a história dos porões subterrâneos, que ligam o Palácio Governo a quatro cantos da capital, sendo um deles o Arquivo Público. A verdade é que eles foram construídos, e podem ser vistos por aqueles que visitam o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. De fato, há mais de um século ainda se discute quem os construiu e para que foram construídos, mas que eles existem, existem.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1.1 A Evolução dos Arquivos no Mundo

Se perguntássemos a um homem comum na rua por que os governos criam os arquivos, ele, por certo, interrogaria: o que vem a ser arquivo? E se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição desta natureza, provavelmente, ele responderia, de pronto, tratar-se de mais um exemplo das extravagâncias do poder político. Por que não queimar essa papelada? Visto ser esse o conceito popular em relação a arquivos em todos os países. Certamente, deve ter havido outras razões que não a solicitação popular para a sua criação.¹

Desde o momento em que a sociedade humana assumiu um nível de organização mais complexo, elaborou e preservou documentos úteis ao funcionamento de sua vida econômica, política, administrativa, social e religiosa. Os arquivos existem desde o instante que o homem decidiu fixar, por escrito, suas relações como ser social, usando o documento como instrumento desta existência. A criação dos documentos foi uma necessidade para o registro da memória, do exercício do poder e de reconhecimento dos direitos.² A guarda e a conservação de documentos escritos é uma prática da Antiguidade.

Assim, os arquivos surgem desde que a escrita começou a estar a serviço da sociedade, em que o homem desenvolveu suas relações como manifestações da atividade humana. É nesse sentido que nasce a importância básica da criação de um arquivo para a sociedade organizada, observando o motivo pelo qual ele foi criado e qual tratamento dado a ele. Para melhor compreensão do papel dos arquivos ao longo do tempo, será necessária uma longa caminhada, desde a época dos arquivos de argila até os dias de hoje, com os arquivos digitais.

¹ SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: EdiFGV, 2006, p. 25.

² RICHTER, Eneida Schirmer et. al. *Introdução à arquivologia*. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2004, p. 24.

1.1.1 Os Arquivos Reais no Tempo dos Palácios

Os estudos sobre a formação dos arquivos iniciam-se na Antiguidade, ao abordarem o sistema palacial e seus meios de organizar a sociedade. Os documentos dessa fase foram encontrados por arqueólogos, cujos textos servem como fonte para os historiadores, preservados em diversos museus históricos nacionais.

Os primeiros arquivos foram encontrados no sul da Mesopotâmia, em torno de 3.600 antes da nossa era (a.n.e). Os governantes de então (reis, sacerdotes, administradores) guardavam valiosos documentos como garantia de direitos. Dentre esses governantes, podemos citar: o sumério Hamurabi, na cidade de Mari, em Nínive, capital do Império Assírio, no palácio de Assurbanipal; Sargão II da Assíria, no Templo de Erech, no Templo de Eanna, na cidade de Varka (antiga Uruk) e na cidade de Ebla. Em todos esses depósitos, localizados nos Templos, foram encontrados tabletes de argila com inscrições cuneiformes, contendo informações governamentais, sentenças judiciais, contratos e escrituras privadas, além de valiosos arquivos políticos e econômicos que registram uma sociedade organizada.³

No Egito, encontra-se o maior centro documental da Antiguidade, com preciosos livros e manuscritos na Biblioteca de Alexandria. Os atos governamentais eram registrados com a finalidade de manter o controle geral do país, e os arquivos eram preservados por necessidade funcional. Havia muitos arquivos secretos. As pessoas que os consultavam sem autorização podiam ser condenadas à morte.

Em março de 1928, o arado de um agricultor sírio bateu em uma pedra que cobria uma sepultura que continha objetos antigos. A área coberta era uma necrópole, de Ugarit. Ugarit, a atual Ras Shamra, foi uma antiga e cosmopolita cidade portuária, situada na costa mediterrânea do norte da Síria. Ugarit enviava tributo ao Egito e mantinha vínculos diplomáticos e comerciais com o antigo Chipre (chamado então de Alashiya), documentados nos arquivos recuperados do sítio arqueológico e corroborados pela cerâmica cipriota e micênica descoberta ali.⁴ Os textos provêm de diferentes compartimentos do palácio de Ugarit. Os arquivos eram repartidos segundo quatro concentrações: oeste, leste, central e sul, onde está localizada a maior parte da *correspondência internacional*. Os arquivos eram

³ REIS, Luis. *O arquivo e arquivística evolução histórica*. Biblios. Ano 7. N^o 24. Abr. – Jun. 2006. p. 2.

⁴ Biblioteca Bíblica. *Ugarit uma cidade sob a sombra de Baal*. Disponível em: <[http://bibliotecabiblica.blogspot.com/search/label/Ugarit cidade antiga sob a sombra de Baal](http://bibliotecabiblica.blogspot.com/search/label/Ugarit%20cidade%20antiga%20sob%20a%20sombra%20de%20Baal)>. Acesso em: 21 set. 2009.

conservados e respeitados de acordo com sua classificação, o que demonstra uma sociedade de forte senso de organização.

Como consequência, até onde sabemos, o começo dos arquivos situaria-se sob Niqdamu II, filho de Admmistamru I (1370 – 1340/50 a.n.e). É a Niqdamu II que se atribui também a relação, ou pelo menos a cópia, dos textos mitológicos e culturais, mediante os cuidados do escriba Ilu-Milku ⁵.

As escavações descobriram um palácio real de noventa quartos distribuído ao longo de oito pátios fechados, muitas moradias privadas, duas bibliotecas que continham textos diplomáticos, legais, econômicos, administrativos, acadêmicos, literários e religiosos. Foi o começo de uma série de descobertas em uma escavação que se prolonga até os nossos dias.

Na Grécia antiga, o principal centro de documentos foi em Atenas – cada magistratura possuía seus arquivos instalados no Archeion (local de redação e preservação de documentos). Cada cidade-estado grega possuía o seu archeion, como Éfeso, Mileto e Esparta, que copiaram o modelo ateniense. Em 460 a.n.e, foi instituído o primeiro arquivo central do Estado, Metroon, no Templo de Cibele. Todo cidadão – ou seja, aqueles que possuíam os direitos civis plenos – podia ter acesso a tais documentos.⁶

1.1.2 Os Arquivos em Roma e na Idade Média

A partir de 510 a.n.e., os arquivos da Roma republicana seguiam de perto os das cidades gregas, continuando a funcionar em templos. Nomeadamente, em Roma, localizavam-se no Templo de Saturno, junto ao Erário público, onde se guardavam os *Tabulae Publicae*, que depois veio a se denominar *Tabularium*, situado no Capitólio. O *Tabularium* também desempenhava a função de arquivo central do Estado, tendo a importância de um grande serviço público. Os documentos diplomáticos eram conservados no Templo de Júpiter e os testamentos, no de Vesta.⁷

Com a evolução e a organização do Império, criou-se o *scrinia stataria* ou *rationibus*, formados por documentos pouco consultados, localizava-se no interior do palácio Palatino,

⁵ GOURGUES, Michel e TALBOT, Michel. *Naqueles Tempos: Concepções e práticas do tempo*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 54.

⁶ REIS, Luis, *O arquivo e arquivística evolução histórica*, 2006. p. 3.

⁷ *Ibidem*. p. 3.

onde residia o imperador. Outro tipo de arquivo criado foi o *scrinia viatoria*, formado por documentos de utilidade diária, uma espécie de arquivo ambulante, que acompanhava o imperador em suas viagens, sendo esse último um dos motivos que levou ao desaparecimento de conjuntos documentais dos arquivos romanos.

Um dos grandes feitos romanos nessa área foi terem instaurado uma verdadeira rede de arquivos. A organização grego-romana desenvolveu o conceito de “arquivo público” – apesar de os arquivos centrais terem sido criados para uso estatal, ou seja, como instituição que possuía vínculo com o Estado – abrindo as portas à sociedade, funcionando como garantia de prova para a reclamação de direitos dos cidadãos. No âmbito da organização arquivística, houve grandes progressos, pois os romanos tinham um grande sentido prático e foram obrigados a conceder à administração do Império uma larga importância, devido a sua magnitude. Por essa razão, muitos dos critérios utilizados por eles continuam válidos até os dias de hoje.⁸

Com a crise do Império Romano, desapareceu a complexa administração que desenvolvida até então. Com a chegada da chamada Idade Média, o arquivo passou a significar um local, no qual se preservam registros antigos e os documentos atinentes aos direitos privados – taxas feudais, direitos de liberdade, etc. Começa-se, pois, a difundir a ideia de arquivo como espaço ou serviço em que se recolhem documentos de valor. Do Estado como *república*, passa-se ao Estado propriedade de quem detém o poder, no qual a faculdade ou o direito de criar arquivos só os tinha quem sustentava a soberania.⁹

Os arquivos eclesiásticos vão assumir a função de guardar e gerir os títulos de propriedade, quer sejam da igreja, quer sejam de outras instituições públicas ou privadas. Nessa época, houve a concentração de documentos em igrejas, abadias e mosteiros. Assim, desaparece também a noção de arquivo público.

Durante toda a Idade Média, os arquivos e tudo o que era documento produzido estiveram sob o domínio do clero. Eram tratados como verdadeiros tesouros, guardados em cofres de ferro ou madeira, invioláveis. Assim, como bens (objetos sagrados e relíquias de santos), os documentos acompanhavam os governantes, senhores feudais e da igreja em suas viagens. Apesar disso, muito logo, os arquivos recuperam a importância que tinham na Antiguidade.¹⁰

⁸ RICHTER, E. et.al., *Introdução à arquivologia*, 2004. p. 25-38.

⁹ REIS, Luis, *O arquivo e arquivística evolução histórica*, 2006, p. 4.

¹⁰ RICHTER, E. et.al., op. cit. p. 32-33.

Com o reerguimento da Europa, a partir do século 12, os arquivos voltam a ter importância para o governo. O aumento na produção e no uso do papel necessitou um tratamento especial aos arquivos. Com o medo de que os documentos fossem roubados ou perdidos, foi estabelecida a cópia em livros de documentos recebidos, pois, dos documentos que pertenciam à monarquia de diferentes séculos, poucos sobraram intactos ou conservados. No decorrer do século 14, todo acervo concernente às atividades dos príncipes, clero e da nobreza pertenciam ao notário, e só poderia ser transmitido a outro notário. A principal atividade de um notário era colocar a “chancela” (sinete) nos documentos oficiais dando validade jurídica.

Em *Les archives*, de 1965, o historiador Jean Favier relata que “a noção de propriedade dos arquivos foi substituída pela de arquivos públicos depositários dos documentos do Estado e cuja conservação era ou podia ser de interesse público. Esse período fica, pois, conhecido como a época dos Arquivos de Estado”.¹¹ Os arquivos deixam de ser de uso exclusivo da Igreja, detentora do poder e do saber e retornam a serviço do Estado. No o século 14, surgiram por toda a Europa vários arquivos centrais, como o Archivo de la Corona de Aragon, em 1318, e o Arquivo da Torre do Tombo de Portugal, em 1325, entre outros. As duas nações ibéricas possuíam vastos territórios coloniais pelo mundo, o que exigia uma complexa administração e memória da mesma.

1.1.3 Arquivos nos Tempos Modernos

Em meados do século 16, estabeleceu-se um novo sistema político-administrativo, o Estado moderno, absolutista e centralizador por natureza, contribuindo para o surgimento dos primeiros arquivos de Estado, os quais resultam de novas concepções de administração e reformas institucionais.¹² A primeira ideia de centralização arquivística surgiu na Espanha, durante a época de sua expansão ultramarina, com a criação do Arquivo de Simancas, em 1540, por ordem de Carlos V, que é considerado o primeiro exemplo de um arquivo de Estado. Mais tarde, assistiu-se à criação do Arquivo Secreto do Vaticano, em 1611, e do

¹¹ Cf. RICHTER E. et.al., 2004, p. 34.

¹² REIS, Luis, *O arquivo e arquivística evolução histórica*, 2006. p. 5.

Arquivo das Índias, na Espanha, em 1788, também arquivos de Estado.¹³ A centralização dos documentos significava a centralização do poder, portanto não havia acesso, a consulta era dada somente a pessoas autorizadas.

Os arquivos existiam exclusivamente para servir à administração monárquica, particularmente aos reis e às classes aristocráticas dominantes, isto é, para defender os interesses do Estado que os representavam. Os documentos oficiais eram considerados patrimônio privado, considerados arquivos patrimoniais. Esse conceito de arquivo nasceu na Antiguidade e perdurou fortemente até o início da Idade Moderna na Europa. Ruiz Rodrigues assinala que “nesta época, encerra-se um período da história, em que os arquivos tiveram um papel de serviço às instituições e governos que os fizeram nascer. Em suma, foram colaboradores dos Estados na administração dos respectivos territórios”.¹⁴

Embora a origem dos arquivos tenha sido na civilização mediterrânica, foi na Idade Moderna que se reconheceu um dos grandes marcos para a história dos arquivos nacionais: a fundação do primeiro arquivo *nacional* no mundo, em 1790, o Arquivo Nacional de Paris. Com ele, a Revolução Francesa formalizava o propósito de liberação dos documentos dos arquivos ao acesso público. O objetivo do Estado francês revolucionário era a criação de um Arquivo Central que deixasse de se constituir em privilégio dos órgãos do poder e passasse a ser entendido como Arquivo de Nação, aberto ao cidadão *comum*.

1.1.4 Os Arquivos e a Modernidade

Embora a primeira ideia de centralização de arquivos públicos tenha surgido na Península Ibérica, durante a expansão ultramarina dos séculos 16 e 17, sua institucionalização só adquiriu forma na França ao final do Século 18, durante a Revolução Francesa.¹⁵ Ao contrário do período Medieval, com as instalações do Estado nacional moderno, houve uma reversão no entendimento das finalidades dos arquivos.

A Revolução Francesa rompe com o modelo de arquivo exclusivo a serviço da monarquia e de seus interesses e cria os arquivos a serviço do cidadão. Os ideais de

¹³ Cf. item anterior.

¹⁴ RUIZ RODRIGUES, Antonio Angel et al. *Manual de archivística*. Madrid: Sintesis, 1995, p. 32.

¹⁵ FRANCO, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira. *Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI*, São Paulo, ano 4, n^o 8, p. 17 – 20, abril 1984.

nacionalidade e de democracia, reproduzidos nos arquivos franceses, expandiram-se pela Europa. Surgiram, assim, depósitos centrais de documentos de arquivos em diferentes países, cada um atendendo às especificidades político-administrativas de seus respectivos Estados.

A abertura dos arquivos ao público foi determinada pela Lei Messidor, ano II (decreto de 1794). Tal medida representou um primeiro passo no sentido de se considerar a informação um direito civil. A partir do século 19, foram organizados vários arquivos nacionais no mundo, entre eles o da Inglaterra, o *Public Record Office*, de 1838. Ao contrário da razão de criação do Arquivo Nacional de Paris, o arquivo britânico surgiu para atender às questões de ordem prática e cultural, não seguindo a linha centralizadora estabelecida na França.¹⁶ Na Alemanha, assim como na Itália, os arquivos centrais instalaram-se apenas no século 20.

Várias são as razões que levaram os países a instituir arquivos públicos. A mais importante foi a necessidade prática de incrementar a eficiência governamental. Em segundo lugar, estão os motivos de ordem cultural, visto que os arquivos públicos constituem uma espécie de fonte de cultura, ao lado de livros, manuscritos e peças de museus. A terceira razão é o interesse *político*, como no caso do Arquivo Nacional da França, que objetivava a destruição da *sociedade antiga* e a criação da nova. Por fim, a quarta razão é de ordem oficial, uma vez que os documentos, mesmo os mais antigos, são necessários às atividades do governo.¹⁷

No decorrer do século 19, assistiu-se a um fenômeno comum em toda a Europa: um forte sentimento nacionalista, que levou o povo a buscar no passado as raízes da identidade nacional, por meio da pesquisa documental em arquivos. Desenvolveu-se, então, a historiografia científica, que encontrava nos documentos arquivísticos os elementos básicos de investigação histórica. Tidos como arsenais de armas jurídicas e políticas, os arquivos transformaram-se em centros de pesquisa histórica, surgindo os arquivos nacionais, abertos aos investigadores.¹⁸ Com o desenvolvimento da historiografia e a utilização frequente dos arquivos, o erudito e o historiador tornaram-se funcionários públicos e os arquivos perderam o caráter de repartições do governo, tornando-se instituições culturais. Os arquivos passam a ser objeto de investigação histórica.

Contudo, apesar de algumas diferenças encontradas nos arquivos públicos da Europa podemos dizer que a tradição arquivística iniciada na França manteve-se intacta até meados do século 20. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos instauraram uma reforma

¹⁶ SCHELLENBERG, T.R., *Arquivos modernos*, 2006. p. 25-27.

¹⁷ *Ibidem*. p. 30-33.

¹⁸ RICHTER, E. et.al., *Introdução à arquivologia*, 2004. p. 48.

administrativa de grande significância, tendo em vista a necessidade de racionalizar e controlar a informação de grandes massas documentais, que atingiu inclusive o Arquivo Nacional. A importância dos arquivos administrativos desenvolveu-se na década de 30, a partir da crise econômica americana de 1929. Se, até então, a arquivística preocupava-se somente com a preservação de documentos antigos e históricos, a reorganização administrativa estadunidense criou um modelo que estabelece o controle de documentos desde sua produção até sua destinação final – a teoria das três idades.¹⁹ A eficiência desse sistema estabelece resultados no controle de quantidade e qualidade dos documentos até os dias de hoje. A partir dos anos 50, a Europa remodelou seus arquivos, conciliando a tradição histórica com a função administrativa.

Ao examinar a evolução dos arquivos, vemos que, seja na França, Inglaterra ou nos Estados Unidos, houve especial influência dos historiadores na criação dessas instituições. Compreendendo o valor das fontes documentárias, eles começaram a agir junto aos governos, a fim de proteger e tornar acessível uma das principais fontes para a produção da história, os documentos públicos. Uma história, sobretudo *oficialista*, apoiada principalmente na documentação política produzida pelo Estado. Desde então, historiadores e arquivistas têm-se ajudado mutuamente.

Como vimos, a evolução histórica dos arquivos é paralela ao desenvolvimento das sociedades humanas. E o documento, independentemente da sua data, da sua forma e do suporte material, será fundamento do fato histórico, afirmando-se como um testemunho *escrito*. Ressalve-se, porém, que através da história evoluiu substancialmente a concepção sobre o que era documento e o valor intrínseco do mesmo.

¹⁹ FRANCO, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira. *Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI*. São Paulo, ano 4, n. 8, p. 17-20, abril/1984.

2 OS ARQUIVOS ESTATAIS NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL

2.1 Os Arquivos Estatais nos Tempos Coloniais

Conforme visto no capítulo anterior, a preocupação com os documentos públicos data de muitos séculos. No Brasil, conforme Célia Costa, o despertar da consciência de preservar o patrimônio documental iniciou no período colonial, como continuação da elevada consciência arquivística do Estado português. O arquivo como instituição criada para preservar o patrimônio documental da colônia americana foi viabilizada pela Coroa portuguesa, influenciada pela administração burocrática e centralizadora de Portugal. O modelo de arquivo então desenvolvido caracterizou-se pela ausência de uma política para arquivos e pela prática do sigilo ou segredo de Estado. Essa política de sigilo foi herdada pelo novo Estado brasileiro e se constituirá, como veremos posteriormente, em uma das principais dificuldades encontradas pelo arquivo para realizar funções para as quais ele teria sido criado.

Nesses termos, foi criado, em 1721, com o intuito de guardar toda a documentação administrativa existente na capitania de São Paulo, embrião do futuro Arquivo Público do Estado de São Paulo – salvo engano, a repartição administrativa pública mais antiga do Brasil, antecedendo a mais de um século a criação do Arquivo Nacional. A origem do arquivo surgiu quando o território de São Paulo desmembrou-se do de Minas Gerais. Nessa ocasião, o governador da capitania, dom Rodrigues César de Meneses, solicitou ao vice-rei “cópias das ordens mais modernas que há de haver”. O secretário de governo, Gervásio Leite Rebelo, deu abertura ao inventário dos papéis oficiais armazenados no Pátio do Colégio, à época sede do governo. Os documentos poupados por Rabelo constituíram-se no núcleo inicial do atual acervo da instituição. Na época, tratava-se apenas do arquivo da então Secretaria de Governo, extinta em 1891. Sua função era recolher, tratar e disponibilizar ao cidadão todo o material de caráter histórico produzido pelo Poder Executivo paulista.²⁰

Em 1842, através da Lei nº 20, de 08 de março, é criado, mas não implantado, o Arquivo Público Provincial, subordinado à Secretaria de Governo. Em 1891, sob a gestão de Américo Brasiliense, todo o acervo da extinta Secretaria passou a compor a Repartição de

²⁰ *Histórico do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/ins_historico.php. Acesso em: 18 de set. 2009.

Estatística e do Arquivo do Estado, subordinada à Secretaria do Interior.²¹ A partir de então, passou a receber documentação de origens e naturezas bastante diversificadas, proveniente tanto das secretarias de Estado, quanto do Poder Judiciário, dos cartórios, de municípios e de natureza privada, que acabaram compondo um riquíssimo acervo para a pesquisa histórica. Por essa razão, a instituição tornou-se uma referência importante na historiografia paulista e brasileira. Essa foi a primeira referência que se fez a um Arquivo de Estado no Brasil.

Hoje, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, como é denominado, encontra-se instalado em um conjunto de três edifícios, no bairro de Santana, sedes da antiga “Fábrica de Tapetes Ita”. Reformados para atender às necessidades da instituição, os edifícios contam com quatorze depósitos para o acervo, além de laboratórios, galerias de exposições, salas de consulta e um anfiteatro. Parte de seu acervo, denominado Arquivo Intermediário, é conservado em um antigo depósito industrial, no bairro da Mooca, com acesso restrito.

O Arquivo do Estado de São Paulo é uma das principais fontes para pesquisas documentais no Brasil e atualmente um dos maiores do país. Seu acervo mantém 22 km lineares de documentação textual, um acervo iconográfico com 1,5 milhão de imagens divididas em fotografias, negativos e ilustrações; uma biblioteca com 39 mil volumes e uma hemeroteca com 1,2 mil títulos de jornais em papel e microfilme. O arquivo é dividido em “fundos públicos”, “fundos privados”, “fundos cartoriais” e o acervo do DOPS. Do período colonial, o arquivo abriga cerca de sete milhões de manuscritos avulsos e outros mil livros manuscritos, desde inventários e testamentos a cartazes de “procura” por escravos foragidos. O item mais antigo é o chamado “Inventário do Sapateiro”, um registro dos bens de Damião Simões, datado de 1578. O setor denominado Arquivos Privados conserva documentos de particulares, como a coleção do ex-presidente Washington Luís, doada ao arquivo em testamento. Não se sabe se há dados históricos ou biográficos sobre a existência de outra repartição como essa mais antiga no Brasil.²²

²¹ Ibidem.

²² *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_P%C3%BAblico_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 18 set. 2009.

2.2 Os Arquivos Estatais no Brasil Independente

A migração para o Brasil da Família Real e do aparato administrativo lusitano, produziu um marco sem precedentes na história do Império colonial português, pondo em prática a ideia do império luso-brasileiro, e promoveu grandes transformações, entre as mais importantes, a que tornou a colônia uma metrópole. Em 1808, com a vinda da Corte para o Brasil, a experiência do Estado português foi transportada e implantada no Brasil. Além de sua comitiva, dom João ordenou trazer tudo o que era possível carregar: móveis, objetos de arte, jóias, louças, arquivos e todo o tesouro real imperial.

Ao chegar à nova sede do Império, no Rio de Janeiro, dom João provocou uma grande transformação na cidade. O quadro encontrado pela Coroa portuguesa não condizia como novo papel da ex-colônia no cenário internacional. O isolamento a que fora submetida e a ordem escravista colonial permitiram a instalação de um quadro de pobreza e ignorância, sem indústrias, comércio escasso, costumes relaxados, administração corrupta, com uma população predominantemente afro-descendente, nativa, mestiça, desconsiderada racial e socialmente. Nessas condições, dom João organizou a estrutura administrativa do governo, nomeou ministros de Estado, colocou em funcionamento diversas secretarias públicas, instalou tribunais de justiça, desfez a proibição de que houvesse indústrias no Brasil e ditou o regulamento da Administração Geral dos Correios.²³

A instalação de novos hábitos culturais e a criação de importantes instituições, tais como a Imprensa Régia, a Junta do Comércio e as Academias Científicas, modificaram definitivamente o perfil colonial do Brasil e introduziram no cenário do país novas forças sociais que produziram imagens simbólicas e definiram o poder monárquico no Novo Mundo. Instituições portuguesas como a Biblioteca Real (aberta em janeiro de 1810, com sessenta mil livros trazidos de Lisboa), o Erário e o Arquivo Real (abertos em abril de 1808, reunindo mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas) foram recriadas no Brasil para permitir o funcionamento do Estado Português em solo americano. Esse foi o começo de um longo projeto que denotou a clara preocupação de apagar o que remetia ao passado

²³ *A vinda da família real ao Brasil em 1808*. Disponível em: http://www.historiamais.com/familia_real.htm. Acesso em: 29 de out. 2009.

colonial. Manteve-se, porém, a ordem escravista colonial, base do atraso e anacronismo social e econômico.²⁴

Alguns anos mais tarde, a intenção observada no artigo 70, do capítulo VI, da Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador, previa a gestação de um depositário legal instrumentalizador da política imperial. Entretanto, o país passava por graves problemas: crise econômica; tensão entre o centralismo imperial e o liberalismo provincial, etc. Dessa forma, a ideia da criação de um arquivo público ficou afastada da possibilidade do governo imperial, preocupados em combater as rebeliões nas províncias naquele momento.

A elite política portuguesa era formada pela burocracia estatal, em sua maioria juristas e magistrados. O grupo luso-brasileiro responsável pelo projeto de Estado que se desenvolveu no Brasil a partir de 1822, por ter sido formado dentro dos cânones do direito romano ensinados em Coimbra, transpôs com sucesso para a ex-colônia a experiência burocrática da metrópole.²⁵ Assim sendo, o Estado que se constitui no século 19, fortemente influenciado pelas concepções político-jurídicas portuguesas, será burocrático e centralizado, com fortes traços patrimonialistas herdados de Portugal. Com a vinda da Corte para o Brasil, a experiência do Estado português foi transportada e implantada no Brasil. A prática do sigilo ou do segredo de Estado, que integrava o aparato burocrático português, será mantida pelo governo imperial brasileiro, influenciando o modelo de Arquivo que aqui será criado e explicando a ausência prolongada de uma política para os arquivos, tanto no que diz respeito ao recolhimento da documentação quanto a sua liberação à consulta pública.²⁶

2.3 Os Arquivos Estatais durante a Regência

A presença do centralismo e do autoritarismo foi de tal forma marcante na formação social brasileira que impediu o sucesso da experiência descentralizante desenvolvida pelos liberais no período regencial.

No decorrer dos anos de 1840, assumiu o controle do poder um grupo centralista e conservador que propôs programa de reformas com o objetivo de restaurar as prerrogativas do

²⁴ *200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil*. 29 de maio de 2008. MHN – Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planetauniversitario.com>. Acesso em: 29 set. 2009.

²⁵ COSTA, Célia. *O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000, p.217-231.

²⁶ *Ibidem*. 231.

poder central, cedidas às províncias durante a Regência. Essas reformas visavam, sobretudo, recuperar o controle do sistema judicial, fundamental para a implantação da nova ordem jurídica, capaz de neutralizar as pressões federalistas provinciais e manter a estabilidade do regime escravista.²⁷

Entre os principais integrantes desse grupo encontrava-se Pedro de Araújo Lima (futuro marquês de Olinda), responsável pelo decreto que criou o Arquivo Público do Império. Os regressistas, como eram conhecidos, tinham como projeto político a consolidação de Estado imperial autoritário, centralizado, apoiado na grande propriedade e na escravidão. Inspirados no modelo iluminista de “civilização e progresso” dos Estados nacionais europeus, procurou-se desenvolver, de certa forma artificialmente, a ciência, a literatura, a história e a geografia, visando aproximar, nem que fosse formalmente, o Brasil das nações civilizadas. Nesse sentido, várias instituições científicas e culturais foram criadas, entre as quais se destacam o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia de Belas Artes, o Conservatório Nacional de Música, o Jardim Botânico do Passeio e o Conservatório Dramático. Foi nesse contexto que foi criado o Arquivo Público do Império.²⁸

O regulamento imperial, de 02 de janeiro de 1838, previa uma repartição incumbida de reunir, conservar e catalogar os arquivos administrativos, legislativos e os documentos de origem oficial. Nesse primeiro momento, que inicia em 1838, o Arquivo do Império apresentava-se como um projeto criado para preservar o patrimônio documental da nação, sobretudo, como forma de legitimação do novo Estado e do poder monárquico.

A prática do sigilo ou do segredo de Estado, que integrava o aparato burocrático português, quando do Brasil colonial, foi mantida pelo governo imperial brasileiro. O arquivo, como as demais instituições culturais e científicas do período, foi gestado no bojo do processo de construção do Estado e do Império escravistas.²⁹ Desse modo, a ideia de um arquivo imperial emergiu com força no momento de reafirmação da Independência, após a expulsão de Pedro I, príncipe português, e o advento da Regência, em 1831, governo dos grandes proprietários escravistas do Brasil.

Ao contrário dos arquivos nacionais da Europa, que além de servir ao Estado atendiam também ao cidadão, liberando os seus registros à consulta pública e à pesquisa histórica, o Arquivo Público Imperial limitou-se a recolher os documentos legislativos e administrativos

²⁷COSTA, Célia. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Revista Estudos Históricos. vol. 14. n. 26, Rio de Janeiro: 2000, p.7.

²⁸ COSTA, *Memória e administração*, 2000. p.6.

²⁹ *Ibidem*. p. 8.

que diziam respeito quase que exclusivamente à rotina administrativa do governo imperial e ao aparato legal necessário à organização da nova sociedade. Além disso, restringia o acesso aos seus documentos à burocracia do Estado, perpetuando a política de sigilo oficial dos tempos coloniais.

Essa concepção de sigilo, indicativa de um modelo de Estado, explica a natureza do arquivo que foi criado no Brasil. O projeto nacional dos políticos e intelectuais românticos brasileiros criou um Arquivo atrofiado, exclusivamente a serviço do Estado, de portas fechadas para a sociedade e o cidadão.

3 OS ARQUIVOS ESTATAIS NO RS: COLÔNIA E IMPÉRIO

3.1 Arquivos Sulinos Durante a Colônia

A história do Rio Grande do Sul é relativamente recente. Até início do século 17, o território de São Pedro é uma área de domínio Espanhol, contestada pelos portugueses. No século seguinte, em 1750, o tratado de Madri divide o território dos gaúchos entre Portugal e Espanha, e a inconformidade dos missionários com essa decisão política desencadeia a Guerra Guaranítica. Essa é a primeira de muitas guerras travadas ao longo dos séculos 17 e 18 pela fixação das fronteiras.³⁰

Após a tentativa fracassada de estabelecer as Capitânicas Hereditárias, em 1808, a coroa portuguesa estabeleceu no Brasil o Governo-Geral. Era uma forma de centralizar e ter mais controle da colônia. Desse modo, o período caracteriza-se claramente como um sistema centralizador, a exemplo do que ocorria na história do país.

É importante referir que essa centralização de poder reflete na centralização dos documentos e na ausência de arquivos que viessem guardar, bem ou mal, o patrimônio histórico gerado. Ao contrário do que comumente se imagina, um volume considerável de papéis administrativos concernentes à governança colonial só foi cuidadosamente colecionado e ordenado devido às medidas de dom Pedro, que estimulou a cultura e a abertura do Arquivo

³⁰ DORNELLES, Beatriz (org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 51.

Real transferido de Portugal. Era preciso armar e preparar tudo o necessário para a vinda da corte e o funcionamento do governo na nova capital. Com isso, começa o processo de reorganização na nova Província.

3.2 Arquivos Públicos Farroupilhas

Em 20 de setembro de 1835, como resultado de insatisfação econômica e política, e culminando uma série de desentendimentos com o governo central, foi iniciado na cidade de Porto Alegre um conflito que logo tomou um cunho *republicano* e separatista, a Guerra Farroupilha. Durante o longo sítio que sofreu em sequência, diversas modificações foram impostas à rotina da cidade – como era de se esperar, foi elaborada uma reforma nas Posturas Municipais, a fim de organizar a vida dos moradores e prover necessária defesa.³¹ A Guerra Farroupilha passou para a história como uma das revoltas por liberdade no Brasil da época do Império, no século 19. Segundo a historiografia, o movimento começou em protesto aos impostos altos cobrados no charque, no sal e em outros produtos da região Sul e favorável à independência em relação ao governo central.

A República Farroupilha, apesar das circunstâncias contrárias, procurou organizar-se como Estado Moderno, formalmente progressista e impregnado de moral administrativa. Tratou a República de impulsionar a instrução, que se achava estacionária desde a Proclamação da Independência. Manteve, porém, a ordem escravista e, portanto, a sociedade estamental e elitista.

No entanto, o conjunto documental sobre os dez anos da guerra civil que movimentou o Rio Grande do Sul na metade do século 19 encontra-se dilacerado por diversas instituições históricas e municípios do Rio Grande do Sul, o que dificulta o trabalho de pesquisas dos historiadores por muitas vezes serem de restrito acesso.

As imagens e documentos históricos e os resultados do movimento foram designados, em boa parte, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, sob os cuidados do Imperador. O instituto deveria dedicar-se à escrita da história do país, num processo simultâneo de construção desta história e de afirmação do papel do Estado como

³¹ A *Revolução Farroupilha*. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Farrapos>. Acesso em: 21 set. 2009.

criador e garantidor da nacionalidade brasileira. Quase um século após a fundação do IHGB, surgiu no Rio Grande do Sul uma instituição com propósitos similares.

O Instituto Histórico do Rio Grande do Sul (IHGRS) é fruto de sucessivas tentativas frustradas empreendidas desde 1855 entre a intelectualidade rio-grandense. Sendo fundado definitivamente em 1920, o IHGRS foi o órgão legítimo dos intelectuais das classes dominantes rio-grandenses, em especial, contando com o apoio moral e material do Estado. Através dos muitos periódicos surgidos no período, de sociedades literárias, filantrópicas e maçônicas, podem-se recuperar os muitos discursos dos farroupilhas, que até os dias de hoje são motivos de diferentes discussões e obras literárias. A Guerra Farroupilha, ocorrida em 1835-1845, foi o fato mais rememorado e estudado pela historiografia rio-grandense, sendo o marco que referencia e fundamenta a identidade dominante sulina.³²

3.3 O movimento de Centralização Conservadora

Em 1848, a situação não era diferente no Rio Grande do Sul, apesar dos esforços para estabelecer um arquivo, cujo objetivo consistia em atender ao Estado e às necessidades do cidadão, ou seja, das classes livres e proprietárias. Na ausência de uma repartição que atendesse ao Estado, fornecendo documentos necessários a sua consolidação, sobretudo, à preservação e ao acesso ao patrimônio documental, algumas iniciativas foram tomadas para desenvolver o projeto provincial.

A primeira tentativa de criação de um arquivo no Rio Grande do Sul como instituição independente foi proposta em 1848, após a Guerra Farroupilha (1835-1845), quando a Assembleia Legislativa rio-grandense inseriu na lei do orçamento para o ano financeiro de 1848 a 1849 uma “disposição especial” que estabelecia:

³² PADOIN, Maria Medianeira. *O espaço fronteiro platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha* (1835-1845). Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/jornadas/1/s2a12.pdf>. Acesso em: 07 de out. de 2009.

[...] na Lei nº 150, de 05 de agosto de 1848, no intuito de dotar a administração pública de uma repartição exclusiva para a guarda e preservação dos documentos da província, referentes à administração pública, à história e à geografia do Rio Grande do Sul. O Presidente da Província organizará um Arquivo Público Provincial e lhe dará um regulamento, que será submetido à aprovação da Assembleia.³³

Entretanto, no relatório daquele mesmo ano, na parte relativa à execução das leis provinciais, apresentou-se a justificativa de que o regulamento do Arquivo Público, ou Tombo da Província, não havia sido organizado ainda porque se dependia da informação sobre a quantia com que se podia contar para tal esse investimento.³⁴ Lamentavelmente, a iniciativa não frutificou. Quando da apresentação do relatório à Assembleia Legislativa em outubro 1850, o conselheiro de Estado do Império, José Antonio Pimenta Bueno, presidente da província do Rio Grande do Sul, alegou que, o governo imperial, pelo regulamento de 02 de janeiro de 1838, já criara uma repartição de “igual título”, encarregada da coleção e guarda de documentos mencionados naquele regulamento. Opinava, portanto, que mais conviria ter o Arquivo Provincial outras atribuições:

O Arquivo Público Provincial deve ser o Arquivo dos Engenheiros Provinciais, onde se levantem e copiem as plantas dos trabalhos, os mapas topográficos, a carta da província, onde se depositem os instrumentos e se guardem metodicamente os desenhos, orçamentos e descrição de obras públicas. A coleção e guarda dos documentos legislativos, administrativos e históricos pode ser feito na Secretaria do Governo, em lugar especial do seu arquivo, pelos chefes de seção, debaixo da inspeção do secretário da presidência e sem despesa alguma.³⁵

3.4 Reação Conservadora: o Centro e a Periferia

Em verdade, o regulamento imperial de 1838 estabelecera, provisoriamente, na Secretaria do Estado dos Negócios do Império um “arquivo estatal”, encarregado da guarda de documentos legislativos, administrativos e históricos, entre os quais as cópias autênticas

³³ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. *Coleção das Leis de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1858. Legislação, Códice 573. Mimeografado.

³⁴ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público*: Histórico sobre os problemas do Arquivo Público do Estado e suas soluções. s/d. p. 32. Secretaria da Cultura do RS. Datilografado.

³⁵ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, enviado ao Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na Assembléia Legislativa Provincial em 1º de Outubro de 1850. Porto Alegre: Tipografia de F. Pomatelli, 1850. p. 8. Mimeografado.

dos atos legislativos das Assembleias Provinciais, os regulamentos e atos dos presidentes das províncias e suas correspondências com a administração imperial. No Brasil, em reação à descentralização relativa conhecida durante os primeiros anos regenciais, o período que se iniciou em 1838 foi marcado pela adoção de medidas centralizadoras, visando ao fortalecimento do Estado, de modo a garantir o regime centralista monárquico e a escravidão.³⁶

No Rio Grande do Sul, em consequência da objeção pouco feliz de Pimenta Bueno, o presidente da província, pela Lei do Orçamento, nº 199, de 05 de dezembro de 1850, art. 3º, inciso III, do arquivo público, ficou autorizado a:

remover para estabelecimento que melhor convier, os papéis e demais objetos pertencentes à Estatística e ao Arquivo Público, cujas Repartições ficam extintas, incumbindo-se a guarda daqueles do Oficial Maior da Secretaria da Assembleia Provincial, que para coadjuvá-lo poderá chamar a qualquer dos outros empregados da mesma Secretaria.³⁷

Em 1857, o Regulamento Provisório para a Secretaria da Presidência da Província, em seu capítulo 2º, artigo 17, dispôs sobre a organização do arquivo da respectiva secretaria, atribuindo ao oficial arquivista a incumbência de pôr em maços todas as correspondências, tanto antigas, como modernas.³⁸

Segundo a documentação produzida nessa época em resposta ao relatório do conselheiro de Estado do Império, José Antonio Pimenta Bueno, a existência de arquivo central, com sede no Rio de Janeiro, não tornava desnecessária a criação na província de uma repartição destinada especialmente a coligir e, metodicamente, conservar os arquivos legislativos e administrativos provinciais, em geral, e os documentos que, por sua natureza, constituíssem fontes de investigação e conhecimento da geografia e da história do Rio Grande do Sul em particular. Uma repartição dessa ordem prestaria inestimáveis serviços, reunindo,

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

³⁷ RIO GRANDE DO SUL. AHRG. Regulamento para Secretaria da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: *Relatório do Vice-Presidente da Província na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1857.

³⁸ Cf. item anterior.

conservando e catalogando os volumosos arquivos da administração pública, evitando a dispersão e o desaparecimento de documentos preciosos.³⁹

A ideia de criação do Arquivo *Central* no Rio Grande do Sul foi abortada antes mesmo de existir. Mesmo constituindo importante preocupação no processo de fortificação do centralismo, distanciava-se das possibilidades e dos interesses do governo regencial e monárquico, fortemente ocupado em combater os conflitos regionais e, portanto, pouco interessado em estabelecer, também nesse plano, um órgão autônomo na província problemática. Contribuiu igualmente para essa realidade a visão de *Estado administrativo mínimo* inerente ao projeto das forças políticas pastoris-charqueadoras hegemônicas na província, questionado apenas após a República, como vimos, por novo bloco político-social regional, organizado em torno do Partido Republicano Rio-Grandense.

4 OS ARQUIVOS E OS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS

4.1 Arquivos e Modernidade

O movimento moderno baseou-se na ideia de que as formas "tradicionais" das artes plásticas, literatura, desig, organização social e da vida cotidiana tornaram-se ultrapassadas, e que se fazia fundamental deixá-las de lado e criar no lugar uma nova cultura. Esta constatação apoiou a idéia de reexaminar cada aspecto da existência, do comércio à filosofia, com o objetivo de achar o que seriam as "marcas antigas" e substituí-las por novas formas, e possivelmente melhores, de se chegar ao "progresso". Em essência, o movimento moderno argumentava que as novas realidades do século 20 eram permanentes e iminentes, e que as pessoas deveriam se adaptar a suas visões de mundo a fim de aceitar que o que era *novo* era também bom e belo.⁴⁰

No Brasil, os principais artifícios do movimento modernista não se opunham a toda realização artística anterior a deles. A grande batalha se colocava contra ao passadismo, ou seja, tudo aquilo que impedisse a criação livre. Pode-se, assim, dizer que a proposta modernista era de uma ruptura estética quase completa com o engrossamento da arte

³⁹ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público*: Histórico sobre os problemas do Arquivo Público do Estado e suas soluções. s/d. p. 30.

⁴⁰ Modernismo. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Modernismo>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

encontrado nas escolas anteriores e de uma ampliação dos horizontes dessa arte antes delimitada pelos padrões acadêmicos.⁴¹

Os arquivos, na Época Contemporânea, vão adquirir dupla dimensão: se, por um lado, são garantia dos direitos dos cidadãos, por outro, conservam e gerem a memória do passado da nação e, por isso, vão ser objeto de investigação histórica.⁴²

Elemento fundamental na formação do Estado, como instituição de caráter instrumental, o arquivo estaria voltado para dentro do Estado, atendendo aos seus interesses e aos da sociedade, sobretudo no que se refere aos setores sociais hegemônicos.⁴³ Nesse sentido, surgiam as primeiras ideias para instrumentalizar, isto é, atender à ação administrativa do Estado e subsidiar a pesquisa histórica do passado sulino, segundo as visões e os interesses então dominantes, como registrado.

A concepção que se materializa na origem dos arquivos modernos, criados no século 19, destacava a guarda dos documentos vinculados ao exercício do poder como instrumentos de legitimação e de consolidação dos Estados nacionais. Com o desenvolvimento do positivismo, o próprio documento adquiriu o sentido moderno de testemunho histórico, base de uma história que deveria ser, sobretudo, a dos seus segmentos dominantes e governamentais. Para a *Enciclopédia Arquivística*, documento é “o casamento do suporte e da informação registrada. Essa definição quando analisada profundamente, leva-os a concluir que o documento não está preso no papel”.⁴⁴

Para Schellenberg, os arquivos modernos constituem-se de materiais selecionados. São escolhidos de uma grande massa de documentos, produzidos por um governo, devido ao seu valor probatório e informativo. Nessa escolha, tem-se por base não a apreciação de certos documentos em particular, mas seu significado no conjunto de uma documentação de um determinado assunto ou atividade, ou, em termos mais amplos, na documentação de um órgão, ou de um governo, ou mesmo da sociedade em certo estágio de desenvolvimento. Os arquivos modernos são arquivos valiosos.⁴⁵

A função e os princípios de organização dos arquivos sofreram a influência do positivismo e do historicismo. No início do século 19, o desenvolvimento do positivismo, que

⁴¹ Ibidem.

⁴² REIS, Luis. *O arquivo e arquivística evolução histórica*. Biblios. Ano 7. nº 2. Abr.-Jun. 2006.

⁴³ COSTA, *Memória e administração*, 2000. p.13

⁴⁴ *Arquivos Modernos*. Disponível em: <<http://arquivologiaosite.com.br/modules/jargon>>. Acesso em: 25 abr. 2006.

⁴⁵ SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.157.

preconizava a verificação documental a serviço da análise histórica, contribuiu para que os arquivos adquirissem uma posição instrumental relativamente específica às ciências.

Já na segunda metade daquele século, sob os presságios do historicismo, os arquivos transformaram-se em verdadeiros laboratórios do saber histórico. Robert-Henri Bautier relata que, até a metade do século 20, os arquivos passaram a desenvolver, principalmente, a função de vertente de conservadores e gestores da memória do passado, deixando de lado a função de serviço à administração que até aí tinham desempenhado.⁴⁶

Em todas as épocas, os arquivos foram considerados um lugar de poder administrativo, intelectual, cultural e político. Há milênios, a fragilidade dos documentos é uma preocupação, e a sua proteção, objeto de cuidados constantes. Por causa das guerras, muitos arquivos foram destruídos. As chamadas elites intelectuais do final do século 19, preocupados em preservar a história de seus países, começaram a exigir que o Estado cuidasse de seus prédios, dos objetos de arte e dos arquivos.

Em meados do século 20, os arquivos na sociedade contemporânea surgem ligados ao desenvolvimento da economia e da administração e, principalmente, à evolução tecnológica. A primeira fase, que vai do início da República, 1889, ao final da II Guerra Mundial, foi a mais problemática. Com o surgimento da máquina de escrever e o desenvolvimento da administração estatal, houve uma proliferação de documentos nos órgãos públicos. Os documentos manuscritos cederam lugar aos datilografados, registrados em suportes consideravelmente mais frágeis, do que os do passado. Na segunda fase, após a II Guerra Mundial, a massa documental contemporânea cresceu ainda mais, em consequência do progresso científico e tecnológico e do aumento das atividades administrativas. Até então, apenas os arquivos históricos eram considerados arquivos. A partir dessa fase, os governos começaram a se preocupar com a gestão dos arquivos administrativos. Contudo, um dos maiores problemas ainda estava por vir. Ou seja, o processamento e a organização dessas grandes massas documentais para que efetivamente fossem utilizadas.

4.2 Os Arquivos no Brasil Republicano

⁴⁶ BAUTIER, Robert-Henri. "Rapport general", Actes de La VIe Conférence internationale de la Table ronde des Archives: Les Archives Dans la vie internationale. Paris, 1963. p. 7-120.

Também no Brasil, os arquivos republicanos foram divididos em dois períodos distintos: o primeiro abrange desde a proclamação, em 1889, até o final da II Guerra Mundial, em 1945. O segundo estende-se de 1945 até os nossos dias. No período anterior à República, a situação dos arquivos tomados em seu conjunto era crítica. A ausência de metodologias e de leis específicas para o tratamento documental resultaram na perda total ou parcial de conjuntos documentais de fundamental importância para a memória coletiva.

O século 20 trouxera com ele uma questão crucial para o Brasil: a falta de arquivos que preservassem, bem ou mal, a produção documental, problema que jamais despertou, de forma geral, a devida preocupação das classes administrativas nacionais. O fato de, no futuro, não ter como recuperar os fatos ocorridos no passado tornava-se um desafio, principalmente, para aqueles que queriam manter a documentação produzida, depois trabalhada, guardada para que os pesquisadores do futuro resgatem a história contemporânea.⁴⁷

Considerando toda a documentação que vinha sendo produzida, o problema da produção e da guarda de documentos constituía-se em um desafio para todos os Estados que se dispunham a administrar em forma pertinente e a administrar/possibilitar a produção de sua memória pública (histórica). Em razão dessas questões cruciais envolvendo os arquivos de Estado, por suas características singulares já assinaladas, houve uma maior e mais precoce atenção do governo republicano rio-grandense para a necessidade de modernizar e preservar os documentos.

Com a implantação da República, em 1889, por meio de leis específicas, tanto a Federação quanto os Estados consolidaram a instituição arquivística em seus corpos legislativos, baseados na Constituição de 1891. A partir de então, tanto o Arquivo Nacional quanto os arquivos estaduais acabaram por se constituir oficialmente nos guardiões da documentação produzida pelos órgãos governamentais, fossem ligados aos municípios, aos estados ou ao governo federal.⁴⁸

O acesso aos dados arquivísticos era igualmente uma condição para a efetiva democratização da sociedade, projeto que se realizaria nesse período de forma imperfeita. Os grandes feitos de Rui Barbosa em defesa do Brasil não conseguem apagar a pecha de ter dado a ordem de queima dos arquivos históricos sobre a escravidão, arquivados no ministério que era responsável. Em 14 de dezembro de 1890, em aviso às tesourarias do Ministério da Fazenda, do qual era Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal

⁴⁷ WITTER, José Sebastião. *A República e os arquivos*. Campinas/SP: Papyrus, 1990, p. 99-101.

⁴⁸ *Ibidem*. p. 98-99.

do Tesouro Nacional, mandou queimar todos os papéis, livros e documentos relativos à escravidão, “instituição funestíssima”, que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, contaminou-lhe a atmosfera moral. Determinou que todos os documentos sobre a escravidão do Brasil fossem enviados ao Ministério da Fazenda. De lá, foram destruídos na “casa de máquinas da Alfândega”. A destruição dos documentos já tinha sido proposta por Joaquim Nabuco na Câmara dos Deputados, em julho de 1888, preocupado em preservar os cofres públicos de um contra-ataque dos antigos senhores de escravos, empenhados na indenização por perdas causadas pela Lei Áurea. Essa versão tem colaborado para uma série de discussões a respeito de quatro séculos de história. Se por um lado é preciso compreender as razões e motivos que levaram Rui Barbosa a tomar essa atitude, por outro, ressaltamos que a incineração de qualquer papel público, por menos importante que possa parecer, é em princípio altamente condenável.⁴⁹

No sentido de esclarecer e reduzir nas devidas proporções o episódio, o próprio Rui Barbosa, dissertando a respeito, deixara bem claro esse ponto, ao relatar o projeto da emancipação do elemento servil em 1884: “O princípio da indenização ficará repudiado para sempre, e rotos com ele os famosos títulos de senhorio da raça branca sobre a negra”. Assim, aquele ato teve por finalidade eliminar os comprovantes de natureza fiscal que pudessem ser utilizados pelos ex-escravistas para pleitear a indenização junto ao governo da República, já que a Lei de 13 de Maio de 1888 havia declarado extinta a escravidão, sem reconhecer o direito de propriedade servil, deve ser examinado à luz da mentalidade da época e das circunstâncias políticas que o cercaram. Em todo caso, foi destruída apenas uma parte ínfima da enorme documentação referente à escravidão, já que aquela instituição *penetrava* uma enorme parte do domínio documental da sua época.

No ano de 2005, temos outro registro sobre a destruição de documentos, através da denúncia da queima de documentos pertencentes ao período da ditadura militar. Com a destruição de documentos, fica claro que muita coisa ainda está encoberta sobre esses anos tristes da vida brasileira. E tudo ganha importância quando se observa que existe um temor muito grande de que isso se torne público. A sociedade tem o direito de abrir as caixas-pretas e saber o que ocorreu naqueles anos sombrios. Além do que, os documentos são de interesse direto das famílias de vítimas da ditadura. Nesse caso, houve uma reação muito positiva de setores da sociedade: alguns arquivos do período da ditadura foram abertos ao público, além de alertar-se sobre o risco que nossa história corria. Em nossa história, certamente o caso de

⁴⁹ CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 95-96

Rui Barbosa não foi o primeiro, e nem será o último com os documentos da ditadura. Claro, as intenções dele eram bem diferentes da dos responsáveis pela queima dos documentos da ditadura militar. Mas o prejuízo foi imenso. Com o arquivo poderíamos conhecer melhor a formação do povo brasileiro e denunciar de forma mais consistente a crueldade da escravidão.⁵⁰

De forma geral, mesmo admitindo o acesso aos arquivos, os institutos republicanos impunham muitas restrições à consulta aos documentos públicos e fixavam, e ainda fixam, prazos longos ou condições arbitrárias para a abertura de muitos dos documentos ao público em geral. Destaque-se que o caráter restritivo da alfabetização e as condições de existência de largos setores da população determinavam que o acesso republicano à documentação, nas condições assinaladas, tenha sido sempre semi-monopólio de uma parcela da cidadania.

Os arquivos públicos republicanos seriam os guardiões da memória, resultante das relações de Estado e sociedade, necessários ao funcionamento do Estado e da pessoa à compreensão da história. A consecução desse objetivo, materializava a possibilidade da (re)construção da memória rio-grandense, projeto perseguido, como vimos, pelo castilhismo-borgismo.

4.3 Os Arquivos Brasileiros: Sigilo ao Acesso

A situação dos arquivos brasileiros, especialmente dos arquivos públicos, tem sido objeto de diversos diagnósticos nas duas últimas décadas. Saiu-se de uma fase na qual as mazelas que atingem os arquivos eram denunciadas a partir de casos específicos para uma etapa em que a complexidade dos problemas foi identificada com maior precisão quantitativa e qualitativa.⁵¹ Considerando que os direitos do cidadão têm como contrapartida os deveres da administração pública, no sentido de viabilizar o acesso à informação, tal como determina o artigo 216 da Constituição de 1988. Como visto, cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

⁵⁰ *A história brasileira ameaçada*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=319IPB004>>. Acesso em: 07 out. 2009.

⁵¹ JARDIM, José Maria. *O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 17.

Com a Lei de Arquivos, nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, ficaram estabelecidas as categorias e fixados os prazos máximos de sigilo aplicáveis aos órgãos públicos: trinta anos, prorrogáveis uma única vez por igual período, para os documentos que afetam a segurança da sociedade e do Estado; e cem anos, para aqueles que afetam a intimidade da pessoa. A responsabilidade pela política nacional dos arquivos foi atribuída a um Conselho vinculado ao Arquivo Nacional e integrado por instituições arquivísticas e acadêmicas, públicas e privadas.

Onze anos depois, o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, disciplinou a tramitação, a guarda e a publicidade de documentos sigilosos ditos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, fixando graduações, prorrogáveis também uma única vez por idêntico período. Criou, ainda, em cada órgão público, uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos sigilosos, encarregada da análise e da destinação deste tipo de material, recomendando que na classificação dos documentos fosse utilizado “o critério menos restritivo possível”. Essa ampliação das instâncias capazes de determinar a restrição do acesso à consulta da documentação, certamente restringe os direitos da cidadania, constituindo a recomendação de liberalidade nesse relativo, proclamação de cunho retórico.

O ponto culminante desse percurso foi a Lei nº 11.111, de 05 maio de 2005, que mudou radicalmente o panorama, já bastante complexo, do acesso aos documentos acumulados nos organismos do poder público, reafirmando a disposição de atribuir à Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, anteriormente criada, o poder de administrar os documentos classificados no mais alto grau de sigilo e de manter a permanência da ressalva ao acesso pelo tempo que estipulasse. A prática da confiabilidade, suscetível, agora de uma duração indeterminada, foi convertida em direito do Estado, contrapondo-se ostensivamente ao direito de cidadão às informações, e a manutenção do sigilo ficou sob a tutela exclusiva de representantes do governo.⁵²

O que podemos perceber é que essa lei estabelece que os documentos, cujo sigilo é “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”, podem ficar indefinidamente vedados à consulta, cabendo a uma comissão formada apenas por membros do Poder Executivo a decisão sobre sua eventual divulgação. Na verdade, há uma contradição entre a Constituição brasileira, que determina o direito à informação, e o governo que restringe esse exercício, estabelecendo “sigilo eterno” para determinados documentos. Destaque-se que essa polêmica se encontra fortemente determinada pelo *sigilo* sobre os crimes de Estado, realizados,

⁵² *Pela abertura dos arquivos públicos*: documento Anpuh SP. Disponível em: http://www.anpuhsp.org.br/Mocao_XXIII.html. Acesso em: 15 ago. 2005.

sobretudo, por oficiais militares durante a ditadura, entre eles o destino de militantes de esquerda assassinados naquele período.

Sobre o acesso aos arquivos estaduais, Côrtes afirma que a inexistência de recolhimento periódico às instituições arquivísticas estaduais do Brasil ocasiona uma grande quantidade de documentos ainda armazenada em depósitos da administração pública, contendo informações relevantes e totalmente fora das possibilidades de acesso de qualquer cidadão brasileiro, ou mesmo do próprio administrador. Segundo o relatório da Fundação Histórica Tavera (1999), mesmo garantido por lei e não tendo instrumentos internos formalizados que dificultem o acesso ao acervo das instituições, 87% dos arquivos apresentam restrição ao acesso a algum conjunto documental por razões diversas: estado de conservação, falta de processamento técnico, etc.⁵³

Com todo o investimento em tecnologia, o Brasil ainda se mostra comprometido com o acesso à informação. Acesso dificultado porque não há padronização ou descrição, ou não abrange todo acervo arranjado. E, pior do que isso, é a carência de conhecimento arquivístico em diversos serviços da administração pública e instituições da área, ou seja, a utilização de normas próprias de catalogação.

5 O ARQUIVO PÚBLICO RIO-GRANDENSE DURANTE A REPÚBLICA

5.1 RS: a Revolução Conservadora Positivista

No final do século 19, a fisionomia do Brasil transformava-se, e a República apresentava-se como a alternativa política que melhor assumia as aspirações de Modernidade, interpretada segundo a estrutura agrária e oligárquica dominante. O novo regime republicano, tal como era entendido pelos contemporâneos, tornava-se sinônimo de *progresso* e de *sociedade civilizada*, na concepção profundamente elitista da época. Naturalmente, para que essa mudança fosse obtida, era preciso que se configurasse uma situação na qual o *antigo regime* se apresentasse como obsoleto e incapaz de acompanhar as mudanças e como um

⁵³ CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. *Arquivo Público e Informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil*. 1996. Mestrado em Ciência da Informação. Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.

entranche às transformações que ocorriam. Esse foi o caso, a ideia republicana identificou-se com a Modernidade, ao passo que o Império passou a ser visualizado como o atraso.

No Rio Grande do Sul, o processo de transformação política que levou à República assumiu um conteúdo fortemente diverso do restante do país. Em fevereiro de 1882, meia centena de delegados elegeu a comissão organizadora do Partido Republicano Riograndense, o PRR, que passou a ser controlado por jovens filhos de famílias de criadores de gado, sobretudo do centro e do norte do Rio Grande do Sul, regiões mais pobres em relação à Fronteira e à Campanha. Chegados, em boa parte, da escola de Direito de São Paulo, eles defendiam a modernização conservadora do Rio Grande e consideravam que a República de orientação positivista era a solução para os problemas do Sul.⁵⁴

Entre o grupo dos primeiros republicanos estava Júlio de Castilhos, o principal líder do PRR, e seu defensor, Borges de Medeiros, jovem advogado, que, ao suceder o líder republicano no governo do Estado do RS, foi o responsável pelo decreto que criou o Arquivo Público Estadual. Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul, em 1863, e faleceu em Porto Alegre, em 1961. Em 1898, foi indicado por Júlio de Castilhos para sucedê-lo na chefia do governo estadual, onde procurou dar continuidade ao projeto político do castilhismo, de fortalecimento da autonomia do Estado e da diversificação de sua economia, em um sentido capitalista, do qual foi um dos maiores representantes.

Júlio de Castilhos, que nascera numa estância, em 1860, foi governante do Rio Grande do Sul por duas vezes. Para atender às necessidades do programa republicano de reforma e modernização conservadora da estrutura oligárquica-pastoril do RS, fez um governo altamente autoritário, sendo responsável pela elaboração da Constituição Rio-Grandense em 1891, apoiada nos fundamentos da política positivista. Quando Julio de Castilhos morreu, em 1903, Borges de Medeiros, já na chefia do governo por indicação de Castilhos, foi reeleito ao governo do RS e assumiu de forma definitiva a liderança do PRR, mantendo-se no poder de 1898 até 1928. Sua única interrupção como governante do Rio Grande do Sul ocorreu no quinquênio de 1908 a 1913.

5.2 Melhorar, Conservando

⁵⁴ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: A República Velha*. Vol. 3. Passo Fundo: EdiUPF, 2001, p. 7-8.

Do ideário positivista, os republicanos rio-grandenses recolheram os princípios que melhor se adequavam às aspirações e aos problemas locais, adaptando-os e incorporando-os a sua proposta política. Em termos propriamente políticos, a proposta positivista da República era a constituição de um governo autoritário e centralizado, com o poder controlado pelos segmentos sociais dirigentes filiados ao partido. Segundo Auguste Comte, uma sociedade ordenada e progressista seria atingida por meio do governo de uma “elite de sábios”.⁵⁵

No contexto europeu do século 19, o positivismo foi uma das correntes ideológicas de justificação do triunfo da sociedade burguesa e do capitalismo em desenvolvimento. Seus princípios norteadores, “ordem e progresso”, estavam diretamente relacionados com o progresso da ordem capitalista, na submissão esclarecida das classes trabalhadoras que, para Júlio de Castilhos, confundia-se com o positivismo e a República.⁵⁶ Embora houvesse diferenças de interpretação dos preceitos comtistas, os republicanos confluíram nas perspectivas propostas por Júlio de Castilhos e pela oficialidade positivista. A propagação do comtismo em solos sulinos contribuiu para que o Rio Grande do Sul influísse na cultura política brasileira e levou Porto Alegre à expansão de modo decisivo, tudo em nome da “família, da pátria e da humanidade”.⁵⁷

O Partido Republicano Riograndense, ao projetar a trajetória política para o Rio Grande do Sul, com sua proposta de modernização conservadora, apoiada no positivismo comtiano e no princípio de “conservar melhorando”, *avançou* vários *estágios* do desenvolvimento para a sociedade rio-grandense. No governo do estado por mais de trinta anos e comandado principalmente por Borges de Medeiros, o PRR reformou o sistema tributário, instituindo o imposto territorial; investiu nos meios de transporte e na educação, profissional e superior; apoiou a economia colonial-camponesa, o comércio, a indústria, o sistema bancário.⁵⁸

Para implementar esse projeto de modernização conservadora, que exigia o forte desenvolvimento da máquina estatal, exigida pela nova ordem a ser alcançada, reprimiu duramente, política, cultural, ideológica, econômica e militarmente a antiga oligarquia liberal-pastoril, hegemônica no RS até a República, adepta e defensora do *Estado mínimo*.

⁵⁵ SCHILING, Voltaire. *O pensamento de Comte*. Memorial do Rio Grande do Sul. Caderno de História, nº 23 2007.

⁵⁶ *Júlio de Castilhos e sua República Positivista*. Visões do positivismo no Brasil. Disponível em: <<http://geocities.com/positivismonobrasil/?200619>>. Acesso em: 19 abr. 2006.

⁵⁷ PESAVENTO, S. J. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1991, p. 111.

⁵⁸ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul*, 2001. p. 54.

5.3 A Modernização do Rio Grande do Sul

O novo projeto político obteve peso fundamental à medida que se configuravam novas estratégias de poder, com o advento do castilhismo seguido do borgismo. Durante a Primeira República, especificadamente no período borgista, o estado do Rio Grande do Sul se caracterizava por uma distribuição de poder diferenciada dos demais Estados, decorrente de seus relacionamentos com o poder local/regional. Em meio a essas relações de poder, o PRR conseguiu obter a hegemonia, valendo-se das diferentes variáveis utilizadas nessas relações.⁵⁹

Prosseguindo na senda de Castilhos, sob o comando de Borges e, transitoriamente, de Carlos Barbosa Gonçalves [1908-1911], o PRR investiu na construção e na ampliação do Estado e dos serviços e infraestruturas públicas – ampliação de redes ferroviárias; modernização dos portos de Rio Grande e de Porto Alegre; apoio à imigração, desenvolvimento do ensino básico, etc. Durante esse longo período governamental, foram construídos o Hospital São Pedro [1884], o Colégio Júlio de Castilhos [1900], a Biblioteca Pública [1912-1922], o Quartel-General da Brigada Militar [1906-1908] o Palácio da Fazenda e das Obras Públicas [1908], e o Arquivo Público [1906], sendo este último considerada uma das prediletas e mais importantes obras do governo Borges de Medeiros. O Arquivo Público foi, também, um dos mais importantes registros simbólicos do sentido da administração castilhista-borgista.⁶⁰

Na posteriormente chamada República Velha, no contexto dessas grandes obras, acompanhadas de projetos de modernização e ajardinamento da capital, Porto Alegre despertou para a vida cultural. A questão da cultura era concebida em termos de organização política. Dessa forma, o Estado penetra nas camadas sociais, fortemente ampliadas em relação ao Império, criando uma relação entre Estado e sociedade.

Tão importante quanto a nova ordem política foram o crescimento populacional e o processo de industrialização que iniciaram na década de 1890. O poder político e as novas classes dominantes econômicas ligadas aos capitais comercial, bancário e industrial deram impulso a novos padrões arquitetônicos e a novas formas de sociabilidade, gerando uma nova cultura urbana.

⁵⁹FELIX, Loiva Otero. *A sistemática da distribuição regional do poder no RS na I República*. Estudos Leopoldenses. v. 32, n. 146, mar/abr., 1996, p. 89-99.

⁶⁰ MAESTRI, Uma história do Rio Grande do Sul, 2001. p. 58.

5.4 Reconstrução do Estado e da História

Esta nova cultura rompia com a visão da rua e dos logradouros públicos como ambiente infecto, desqualificado, próprio apenas às classes subalternizadas, com destaque para os trabalhadores escravizados.⁶¹ Ela estava ligada às inovações técnicas na área dos transportes, através de bondes elétricos, da iluminação no centro, bem como dos novos espaços de sociabilidade burguesa, como os cafés, os bares, as confeitarias, os restaurantes, os cinemas, os teatros e as livrarias do centro da cidade. Porto Alegre apontava mudanças de hábitos, remodelando-se e antepondo-se a tudo que era considerado bárbaro, ou seja, o que estivesse aliado às antigas tradições imperiais.⁶²

Em meio a esse processo de modernização castilhista-borgista e de ampliação do estado rio-grandense, o PRR apoiara-se, desde sua fundação, em resgate do movimento farroupilha que marginalizava seu caráter liberal-pastoril e enfatizava sua dimensão republicana e autonomista, que interpretava o federalismo radical dos novos republicanos. Quando da Constituição rio-grandense de 1891, as cores farroupilhas foram designadas como as do Estado do Rio Grande do Sul, além de diversas outras referências aos republicanos de 1835. Uma realidade que, associada à visão da necessidade de construção de um forte Estado burocrático, fortalecia as primeiras preocupações em salvar a memória rio-grandense, embora esforços isolados permitissem uma guarda nem sempre ordenada, porém preservacionista dos documentos até o final do século 19.

A filosofia preservacionista surgida em meados do século 19 demonstrava a preocupação com a guarda e a conservação dos documentos públicos em espaço que impedisse seu extravio ou perda pela ausência de uma organização metódica. Esse pensamento era seguido à risca pelos republicanos positivistas, que buscavam a centralização dos documentos em arquivo apropriado. Por um lado, para consubstanciar a administração científica que propunham, para a qual era imprescindível o armazenamento e a consulta sistemática da documentação; por outro, para valorização da cultura e da memória do Estado, mediante a criação de um patrimônio comum e de uma identidade própria a partir de registros documentais, igualmente imprescindíveis na defesa do autonomismo estadual radical proposto

⁶¹ MAESTRI, Mário. *O Sobrado e o Cativo. A Arquitetura Urbana Erudita no Brasil Escravista: O Caso Gaúcho*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

⁶² MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre no séc. XX: crescimento urbano e mudanças sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 54.

e defendido pelos castilhistas-borgistas. Diante da história e dos valores do Brasil, construídos no Império, havia que erguer a história do Rio Grande do Sul a serem alicerçados.

Para pôr em prática essa ideia de centralizar a documentação produzida pelo Estado, a administração procurou proporcionar às repartições produtoras recursos de instalação, de modo que pudessem guardar e conservar seus documentos. Além disso, dispôr-se a prestar assistência às repartições quando necessitassem, adaptando, se necessário, métodos e técnicas na administração dos documentos.

5.5 Referência Administrativa e Simbólica

Em 1905, apenas 55 anos depois da extinção do projeto de criação do arquivo rio-grandense sob novo contexto da ordem republicana, o governo do estado do Rio Grande do Sul planejou a organização de um arquivo público. Na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, em 20 de setembro de 1905, apenas dez anos após a consolidação do PRR no RS, Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, anunciava o projeto de um arquivo público, ressaltando, entre outras, as seguintes utilidades: “[...] patenteia-se pelo próprio fim, que é coligir e conservar tudo quanto possa interessar ao Rio Grande do Sul sob o ponto de vista de sua formação, do seu desenvolvimento político, da administração pública e, em suma, do processo em todas as manifestações de atividades científica, literária e artística”.⁶³

Em *O espetáculo das raças*, Lílian Schwarcz lembra os objetivos do registro oficial do passado: “[...] construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos, buscando homogeneidades em personagens até então dispersos”.⁶⁴ Nesse sentido, o Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul, na perspectiva do projeto político republicano, objetivava, juntamente com o apoio a uma administração científica e moderna, contribuir para a criação de uma identidade rio-grandense, nos planos histórico e cultural, que representasse o *povo* e o seu processo histórico, desenhado no contexto de uma Modernidade conservadora e ordenada.

⁶³ RIO GRANDE DO SUL. AHRS. Mensagem enviada à Assembleia dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros em 20 de setembro de 1905. Porto Alegre, Oficinas tipográficas da Federação, 1905, p. 7.

⁶⁴ SCHWARCZ, Lílian Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99.

Os documentos obtidos, coletados e organizados pelo arquivo serviriam também de base para a construção da *memória coletiva*. Conforme Michel Foucault, “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade [ou melhor, seus segmentos dominantes] dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que não se separa”⁶⁵. No decorrente exercício das funções executiva, legislativa e judiciária de um país, a informação e seu armazenamento constituem um recurso fundamental na administração pública de um governo. Assim, pouco a pouco foi se concretizando um sonho que, mais tarde, serviria de subsídio para esclarecimento da nossa história. Este sim, e talvez só este, pode dizer amplamente e com segurança coisas do passado.

6 POLÍTICA DE ACESSO: NO MUNDO, NO BRASIL E NO RS

6.1 No Mundo

A organização dos arquivos nacionais reflete, no geral, a sua organização política. Assim, tendencialmente, o princípio da acessibilidade à documentação é compatível com governos apoiados na representação democrático-parlamentar, ao passo que em regimes autoritários a prática é o sigilo documental. Na Idade Moderna, os documentos oficiais do governo eram considerados patrimônio documental privado; alguns, como as correspondências enviadas e recebidas pelo governo eram reservados mais a título pessoal do que oficial.⁶⁶

O direito dos cidadãos à informação já era assegurado constitucionalmente na Suécia desde 1766. A questão de acesso aos documentos é um assunto discutido alguns séculos antes da nossa era. Para melhor compreensão, é necessário acompanhar a evolução da legislação existente no mundo, principalmente na Europa e na América, que muito contribuíram para viabilizar o acesso às informações.⁶⁷

⁶⁵ FOCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p.8.

⁶⁶ RICHTER, E. et.al., *Introdução à arquivologia*, 2004. p. 37-39.

⁶⁷ COSTA, Célia Maria Leite, FRAIZ, Priscila Moraes Varella. *Acesso à informação nos arquivos brasileiros*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 63-76.

A França foi o primeiro país a criar uma legislação que trata da questão do acesso aos documentos. A nova Lei nº 7.918, de janeiro de 1979, estabelecia certo compromisso entre os interesses privados do cidadão e o direito legítimo à informação. A partir de então, os documentos são liberados à consulta desde sua produção, salvo os que ferem a privacidade do cidadão ou que coloquem em risco a segurança do Estado.

Na Alemanha, devido à inexistência de legislação específica, o acesso à documentação federal e dos *lander* baseia-se nos regulamentos e dispositivos internos das instituições arquivísticas. Com base nesses regulamentos internos, o acesso aos documentos é livre, desde que o pesquisador aceite as regras de consulta determinadas pelas instituições arquivísticas. No que diz respeito aos arquivos públicos, a consulta é restrita, podendo ser até vetada, se o poder governamental considerar que há riscos para os interesses do Estado.

Na Holanda, a liberação dos documentos é vinculada ao ingresso dos documentos ao arquivo público. Todo documento público com mais de cinquenta anos é recolhido ao arquivo e liberado para consulta.

Em fevereiro de 1983, por meio do Conselho e da Comissão das Comunidades Europeias, os arquivos de diversos órgãos foram liberadas ao público, seguindo o princípio geral que estabelece um prazo de trinta anos a contar da produção do documento. Desde então, todo documento é acessível, uma vez que as regras de consulta sejam respeitadas.

Os Estados Unidos, a partir da divulgação do *Freedom of Information Act – FIA*, de julho de 1967, estabelece uma distinção entre os documentos que devem ser divulgados, os documentos que devem ser mantidos à disposição do público e os que são liberados mediante prévia solicitação, por meio de petições. Os prazos de liberação à consulta variam entre 30 e 75 anos, com raras exceções.

Com relação ao acesso às informações do Canadá, segue as mesmas características de privacidade dos Estados Unidos, com algumas regras impostas a respeito dos arquivos privados, no qual os titulares ou familiares ditam as restrições.

A situação nos países da América Latina quanto aos arquivos públicos é problemática. São escassas as informações sobre legislação arquivística e questões relativas ao acesso a documentos. No Uruguai, as leis referentes aos documentos públicos e privados foram fundamentadas em 1977, após a criação do Arquivo Geral da Nação. Na Argentina, não há referência explícita ao acesso a documentos públicos, o que existe é uma lei e dois decretos, sucessivamente em 1961, 1979 e 1981, que regulamentam a liberação de documentos após trinta anos para alguns ministérios e secretarias do governo, e para documentos de origem

privada somente cinquenta anos após a dissolução dessas instituições. No Chile, os critérios para liberação dos documentos à consulta pública datam de 1962. No México, a situação é um pouco diferente, as bibliografias sobre os arquivos públicos são razoáveis. Desde 1823, com a criação do Arquivo Geral da Nação vinculado à Secretaria do Governo, medidas e projetos referentes ao direito de acesso às informações vêm sendo estudados, porém somente em 1980 surgiu a primeira legislação sobre o assunto. A política de acesso aos documentos públicos, especificamente nesses países, é controlada pelos governos, portanto o acesso às informações e aos documentos históricos são restritos.⁶⁸

Apesar de os principais países da Europa e da América reconhecerem a importância do livre acesso aos documentos de arquivo, as restrições ainda são muitas, é o que se percebe nos prazos fixados e nas medidas legislativas impostas nas Constituintes.

6.2 No Brasil Imperial

O Império constituiu a superestrutura política e institucional de nação *independente* organizada a partir da ordem escravista colonial dominante desde os anos 1530. Ele organizava a hegemonia plena dos escravizadores sobre seus trabalhadores escravizados, mantidos, nos fatos e legalmente, à margem dos direitos civis e políticos. Nesse ordenamento, aqueles direitos eram reconhecidos e exercidos plenamente apenas pelas classes proprietárias. Não havia, portanto, cidadania e Estado-nação.

No Império, como na Colônia, o exercício da hegemonia das classes dominantes sobre as dominadas se dava, principalmente, em nível de produção, nos marcos das unidades escravistas rurais, espreiadas através das províncias, que conheciam profunda autonomia econômica e social de fato. O centralismo imperial era exigência da própria manutenção da ordem escravista, nos marcos do poder oligárquico-escravista que exigia um aparelho estatal-administrativo mínimo.⁶⁹

No Brasil, o Arquivo Imperial restringia o acesso aos documentos à burocracia do Estado, perpetuando a política de sigilo oficial dos tempos coloniais portugueses. Essa concepção de sigilo, indicativa de um modelo de Estado, explica a natureza do arquivo que foi

⁶⁸ COSTA, FRAIZ, *Acesso à informação nos arquivos brasileiros*, 1989. p. 63-76.

⁶⁹ MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: a Colônia*. São Paulo: Contexto, 1997; *Uma história do Brasil: o Império*. São Paulo: Contexto, 1997.

criado no Brasil. O projeto dos políticos e intelectuais orgânicos do Império autoritário e escravista criou arquivos limitados ao serviço do Estado, de portas fechadas para todos aqueles que não pertencessem ou não estivessem a serviço direto de suas classes dominantes. Em verdade, no mundo de então, sequer existia a concepção de sociedade cidadã.

A inexistência, durante o Império, de um Estado complexo e de uma sociedade e, portanto, de uma política *nacional e cidadã*, impedia a existência de arquivos *nacionais e provinciais* acessíveis a uma cidadania inexistente. A ausência de legislação imperial na área de arquivo decorria da própria natureza do Estado, materializando-se na fragmentação de alguns fundos documentais surgidos no contexto das necessidades administrativas e conjunturais; e na destruição parcial ou total de vários conjuntos documentais que deveriam integrar o patrimônio cultural do país. Se essa realidade já era fortemente presente ao nível central e provincial, era ainda mais aprofundada em nível municipal.

O arquivo imperial era instituição frágil, institucional e politicamente, e os obstáculos encontrados por ele cresciam à medida que o tempo passava. O cumprimento de sua função, o recolhimento da documentação, ficou comprometido por mais de meio século pela precariedade de suas instalações, pela dispersão dos documentos e pela característica de um modelo de Estado que, como assinalado, imprimia à informação a política de “sigilo oficial” seguida por Portugal nos tempos de colônia.

6.3 No Brasil Republicano

Mais tarde, a tradição da política de sigilo foi herdada pelo Estado brasileiro republicano, de forte caráter oligárquico e elitista.⁷⁰ Do ponto de vista da legislação, o Brasil tem sofrido um atraso a respeito de democratizar a informação, pela tendência conservadora dos constituintes que, por diversas vezes, vetou ideias e projetos para liberar a consulta aos arquivos. Até a década de 70, não existia qualquer medida legislativa de acesso à informação, seja de arquivos públicos, privados ou documentação em geral no país.

As diversas abordagens em torno da noção de acesso à informação comportam estudos diversos das formas de gerenciar e disseminar a informação e administrar os recursos a ela relacionados. Em termos gerais, é a Presidência da República quem regula a classificação,

⁷⁰ COSTA, Célia, *Memória e administração*, 2000. p.4.

reprodução e o acesso aos documentos públicos no Brasil, tidos como de natureza sigilosa, em qualquer suporte, que digam, segundo as mesmas autoridades, respeito à segurança da sociedade e do Estado à intimidade dos indivíduos.

Data de 1975 o primeiro decreto presidencial sobre o direito a informação, o de nº 75.657, de 24 de abril de 1975, que criou o Sistema de Serviços Gerais (Sisg), cujo órgão central é a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República. Uma das funções do Sisg era promulgar normas que disciplinassem a guarda, a conservação, a reprodução e a “incineração” de processos e documentos na fase corrente [arquivos ativos ou arquivos de gestão]. Nos anos seguintes, em 1978, foram criados o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) e a Comissão Nacional de Arquivos (Conar) com a finalidade de fortalecer as atribuições do Arquivo Nacional

Por iniciativa do Arquivo Nacional, em 1984, tramitava no Congresso um projeto-lei que dispunha de uma política nacional de arquivos: a proposta apresentava conceitos, classificava os arquivos públicos e privados; assegurava o livre acesso à documentação permanente; classificava arquivos que apresentam interesse público; dispunha sobre a organização administrativa do setor de arquivos, através do Sinar, e impedia a eliminação e a destruição de documentação que permanecia, entre outras medidas.⁷¹ Contudo, a tramitação desse projeto foi interrompida diversas vezes devido a múltiplas versões e modificações em artigos.

Pela ausência de leis que regulamentassem o acesso à informação nos arquivos brasileiros, na maioria das instituições arquivísticas encontram-se obstáculos que vão desde o processo de estruturação a definições de recolhimento e critérios de acessibilidade. Dada essa situação, tanto os arquivos públicos quanto os privados estabeleciam seus próprios regulamentos, limitando o acesso ao público.

Em fins de 1989, um projeto de lei de arquivos tramitava novamente pelo Congresso Nacional, com as mesmas características do projeto de 84. No ano seguinte, o projeto foi aprovado e sancionado por lei em 1991. A nova Lei nº 8.159 previa sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, reafirmava o direito à informação e estabelecia princípios de classificação aos arquivos privados.

No entanto, o desenvolvimento de um decreto em 2002 inquietou a comunidade arquivística quando apresentaram a edição da Lei dos Arquivos, no que diz respeito ao acesso aos documentos e informações de natureza sigilosa, fixando prazos longos, prorrogáveis por

⁷¹ COSTA, FRAIZ, *Acesso à informação nos arquivos brasileiros*, 1989. p. 63-76.

igual intervalo de tempo. Mais tarde, em 2005, outra lei entrou em vigor – “que regula o acesso aos documentos públicos e admite o sigilo, por prazo de tempo indefinido, daqueles cuja consulta poria em risco a chamada segurança do Estado e, da recente transferência dos arquivos da Agência Brasileira de Informação ao Arquivo Nacional (ABIN)”. Podendo ficar indefinidamente vedados à consulta, cabendo a uma comissão formada apenas por membros do Poder Executivo a decisão sobre sua eventual divulgação. Tratava-se de manter em segredo atos de excesso e violência praticados durante a ditadura militar (1964-1985), que muitos defendem, em diversos casos, como imprescritíveis.

Porém, recentemente, em fevereiro de 2010, a Comissão Especial de Acesso a Informações Detidas pela Administração Pública aprovou mudanças nos procedimentos de classificação de grau de sigilo, vedando o sigilo eterno de documentos e limitando em 50 anos o prazo máximo no caso de informações ultrassecretas.

O texto aprovado foi o substitutivo do deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) ao Projeto de Lei nº 5228/09, do Poder Executivo. A proposta original previa prazo máximo de 25 anos, mas permitia várias renovações. Eram 25 anos, renovados sucessivamente e de forma ilimitada. O nosso substitutivo restringiu a uma renovação, atingindo os 50 anos.

Além de definir prazo para os documentos ultrassecretos, o novo texto prevê sigilo de 15 anos para os documentos classificados como secretos e 5 anos para os reservados. Em todos os casos, o substitutivo restringe a renovação por apenas mais um período e proíbe a exigência de identificação no pedido de informação, que também não precisará de motivo.

O texto também estabelece o acesso imediato à informação. Caso isso não seja possível, deverá ser viabilizada em até 20 dias, prorrogável por mais dez dias, ou encaminhado o pedido ao órgão público. A recusa ou o atraso deliberado ao fornecimento da informação constituirá crime por parte dos agentes públicos, previsto no Estatuto do Servidor Público (Lei nº 8.112/90) ou na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).⁷²

A conclusão a que se chega é que apesar dos níveis de atraso e a generalidade da Lei dos Arquivos, o Brasil sofreu um grande avanço e preencheu uma enorme lacuna nas discussões sobre legislação arquivística. Por outro lado, ao admitir a possibilidade de “segredo eterno” para determinados documentos, como determina a Lei, torna-se inconcebível que o governo fique com o acesso pleno ao nosso passado.

⁷² Projeto de Lei 5228/09. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/134756.html>. Acesso em: maio de 2010.

Todo cidadão tem direito de acesso aos documentos dos organismos públicos, da mesma maneira que tais organismos têm o dever correlato de proporcioná-lo. É o que a Constituição brasileira de 1988 assegura, em seus artigos 5º (incisos XIV e XXXIII) e 216 (inciso IV, 2º). Guindado à condição de princípio constitucional, na última constituição do Brasil, o direito à informação constitui, ao lado de outros igualmente originários da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pressuposto importante da transparência e visibilidade do poder que caracterizam o processo democrático.⁷³

Em sua concepção moderna e democrática, a finalidade de todo trabalho de arquivo é preservar os documentos imprescindíveis e determinantes à administração e vida social, e torná-los plenamente acessíveis à consulta. Porém, é necessário ditar democraticamente normas que rejam o uso dos documentos, estabelecendo políticas de regulamentação quanto ao seu acesso, que satisfaçam tanto a administração quanto o público em geral. Essas regras não podem, em nome de razões administrativas e outros, sonegar informação à consulta e uso público, devido a interesses sociais não gerais.

6.4 No Rio Grande do Sul

De forma contrária ao Arquivo Imperial, desde sua fundação, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em expressão do novo Estado em organização, prestou serviços à comunidade pelo fornecimento de cópias de documentos às partes ou a pessoas devidamente autorizadas. A questão do acesso foi tida mais por questão de segurança, pela preservação do acervo, do que do acesso à informação propriamente dita.

No início de funcionamento do Arquivo, como regulamentou o regimento interno nº 0207, de 05 de agosto de 1958, o Arquivo Público era guarnecido por policiais da Brigada Militar que tinham por atribuições realizar serviço de vigilância permanente no edifício da instituição, vedar o acesso de pessoas estranhas às dependências privativas dos funcionários; desarmar e prender pessoas que estivessem em atitude suspeita; advertir e retirar do recinto todo aquele que se portasse de maneira inconveniente; hastear a bandeira nos pavilhões

⁷³ *Pela abertura dos arquivos públicos*: documento Anpuh SP. Disponível em: http://www.anpuhsp.org.br/Mocao_XXIII.html. Acesso em: 15 ago. 2005.

nacional e estadual nos dias feriados e, de acordo com as determinações superiores, executar outras tarefas correlatas.⁷⁴

Hoje, essa atividade não é mais exercida pelo policiamento militar. A segurança do arquivo está nas mãos dos funcionários que desempenham atividades diárias na conservação e preservação dos documentos, bem como no controle nas pesquisas e acesso as informações do acervo. Entre outras medidas estão o cuidado com equipamentos necessários à conservação dos documentos, a distribuição do espaço, o atendimento ao público visitante, a limpeza dos documentos, a restauração e o reparo dos danos pela ação do tempo.

A finalidade do arquivo, desde sua fundação por Borges de Medeiros, está direcionada às atividades de recolhimento da documentação, priorizando o acesso aos documentos de forma centralizada, organizada e segura. No que diz respeito à consulta de documentos, os regimentos internos expedidos pelo Arquivo regulamentam que não é permitido à pessoa estranha ao arquivo penetrar nas salas de consulta de trabalho da repartição ou naquelas em que estiverem arquivados os livros e demais documentos.

A consulta aos documentos, em horas determinadas pelo diretor, em sala especial e sob as vistas de um funcionário, é franqueada às pessoas que o requererem, exceto àqueles que tiverem a nota de “reservados”, que só poderão ser consultados mediante autorização escrita do secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, certamente uma herança da política de “segredo” dos idos coloniais e imperiais e do caráter elitista do Estado, em processo de regressão.

Esse procedimento de severa vigilância na sala destinada às consultas faz-se necessário a fim de evitar alterações e desvio de documentos ou de partes destes mesmos, quando postos à disposição da partes. A ninguém é lícito tirar cópias ou notas de qualquer documento sem expresso consentimento do diretor, incorrendo nas penas do Código Penal aplicáveis aos que o fizerem. Essa medida era justificada pela necessidade de conservação dos documentos, prejudicada pelo seu manuseio constante. As cópias ou certidões dos documentos existentes no Arquivo Público eram fornecidas mediante requerimento, que podia ser feito verbalmente, por carta, telegrama ou fonograma.

O acesso ao Arquivo Público foi forma consciente e significativa de ampliar a democratização do Estado. Pensado, nascido e desenvolvido sob a batuta dos *republicanos positivistas*, o arquivo construiu seu espaço na sociedade rio-grandense. Funcionando em

⁷⁴ RIO GRANDE DO SUL. APERS. *Regulamentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Decreto nº 9207, de agosto de 1958, altera a organização e o regimento interno do Arquivo Público e dá outras providências.

prédio nobre, que dignificava sua função, procurou desde sempre que suas atividades estivessem vinculadas à pesquisa histórica, orientação que expressava igualmente o ideário de modernização, progresso e autonomia do estado. Esteve, nesse sentido, em descompasso com as demais instituições do gênero no país, ao estreitar os vínculos entre o Estado e a sociedade rio-grandense.

Atualmente, o acervo está aberto à pesquisa por parte de qualquer cidadão, não dispondo o arquivo de documentos considerados “classificados”, mesmo porque o Estado, em uma indiscutível democratização, não mais produz material sigiloso, confidencial, apenas papéis administrativos ao alcance de todos. Há restrições apenas a prontuários de pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, motivada pelo princípio de preservação da privacidade dos pacientes, vivos e mortos, e de seus descendentes, devido ao caráter sensível da documentação. O que prevalece é a política voltada à preservação e ao acondicionamento do acervo.

SEGUNDO CAPITULO

1. A PRIMEIRA SEÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

1.1 A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

1.1.1 As Aspirações dos Primeiros Anos

Em 08 de março de 1906, a decisão de definir um local específico para abrigar a documentação do Estado foi materializada por decreto de Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado, inspirado nos ideais positivistas da época. Assim o fazendo, Borges de Medeiros criou uma repartição que prestaria inestimáveis serviços, reunindo, conservando e catalogando, evitando a dispersão e o desaparecimento de documentos necessários e preciosos à administração do Estado, pondo-o a disposição dos interessados.

No uso de suas atribuições, o arquivo público foi criado pelo Decreto nº 876, o qual passou a constituir uma das seções da repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Rio Grande do Sul, subordinado à Secretaria do Interior e Exterior. Foi instalado, em 15 de março de 1906, no pavimento térreo do edifício da Escola Complementar, em Porto Alegre, sob a direção de Carlos Emilio Haag, que administrou a instituição de 1906 a 1918.

À primeira seção competiam a guarda e a catalogação dos documentos que lhe fossem confiados, especialmente os que diziam respeito à história do Rio Grande do Sul colonial, imperial e republicano. À segunda seção competia executar, coordenar e analisar os trabalhos estatísticos a que se referia. À terceira seção competiam a conservação e a catalogação das obras nacionais e estrangeiras relativas ao desenvolvimento da capacidade do homem.

Desde o início, o Arquivo Público Estadual teve suas atividades vinculadas à administração e também à pesquisa histórica, tendo como dever a proteção especial dos documentos, considerados instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, etc., através da prova da informação. Procurando obedecer ao

compasso das demais instituições do gênero na Europa, engajadas na construção de Estados nacionais modernos e da consciência histórica, o governo deu início ao processo de construção de um espaço para preservar a memória administrativa do Estado.

Inspirado nos ideais positivistas, Borges de Medeiros, pretendia criar uma repartição moderna que desempenhasse um papel fundamental na sociedade rio-grandense. Assim, foi dada ao Arquivo Público a importante atribuição de coligir, conservar e classificar sistematicamente não só os documentos relativos à legislação e à administração do Estado, da União e dos Municípios, mas também os concernentes à história, à geografia, às artes e às indústrias do Rio Grande. Cabia-lhe, igualmente, a guarda dos documentos de jurisdição contenciosa, inventários, medições, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, casamentos e óbitos. Borges de Medeiros propunha um órgão que exercesse a competência de arquivo central na administração pública estadual, com a finalidade de preservar, para fins administrativos e históricos, documentos importantes do Estado, pondo-os à disposição da população, segundo os princípios de transparência administrativa republicana que professava o Estado castilhista.

1.1.2 Oposição Municipalista

Correspondendo a uma necessidade, a instituição do Arquivo Público foi bem recebida pela “opinião” pública, sobretudo republicana, que a viu como meio da salvaguarda dos interesses do Estado sulino, pela metódica conservação, em lugar apropriado, de documentos concernentes à administração pública, à fortuna particular e ao patrimônio moral do Estado. Como a concepção do arquivo correspondia à concepção republicana de construção, fortalecimento e centralização do poder do Estado no Rio Grande do Sul, surgiu oposição quanto à centralização dos arquivos forenses na capital, evidenciadas por meio de representações dirigidas ao governo, em junho do ano de 1906, pelos conselhos Municipais de Lavras, de Rosário, de Rio Pardo, de Venâncio Aires, de Uruguaiana e de Alegrete.⁷⁵

Os conselhos das citadas regiões argumentavam que tais arquivos “forenses” eram, por sua índole e natureza, sujeitos às circunscrições territoriais onde haviam nascido e formado,

⁷⁵ RIO GRANDE DO SUL. *Do Arquivo Público: seu histórico, sua organização, seus fins, suas vantagens, sua sede e seu pessoal*. Revista do APERS. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Federação, n. 1, 1921, p. 8.

devendo guardar perpetuamente, no *domicílio* dos interessados, os documentos relativos a sua existência pessoal, à constituição das famílias, à elaboração dos patrimônios ao desenvolvimento da fortuna particular, às relações de direito.

Portanto, segundo tal visão, esses documentos interessariam mais diretamente, senão exclusivamente, aos habitantes da circunscrição em que se originavam, sendo propriedade pública daqueles. Eles teriam sido criados para utilidade e benefício das populações locais, às custas das quais eram mantidos exclusivamente. Assim, recolhidos à capital, seria difícil a prova dos direitos individuais e das relações jurídicas de ordem privada. Justificava-se, ainda, que as tradições e as leis rio-grandenses sempre teriam dado a esses arquivos a natureza de depósitos localizados e permanentes.⁷⁶

As objeções foram contestadas por Borges de Medeiros na sua mensagem enviada à Assembleia dos Representantes em 20 de setembro de 1906, na qual apresentou, entre outros argumentos, que a guarda dos documentos nas respectivas circunscrições territoriais em que se formaram nada tinha a ver com a autonomia municipal, garantida pela constituição do Estado, ao menos formalmente. Na mensagem, assinalava que a multiplicidade de arquivos tornava o poder judiciário como um *disjecta membra* [fazer em pedaços], não um poder conjunto e coordenado. Ressaltava, igualmente, os malefícios que traziam os extravios de autos e a ausência de unidade e de sistema de classificação dos documentos. Lembrava que, em virtude da rapidez das comunicações, não haveria prejuízo aos interessados em obter qualquer certidão.

Propunha, enfim, que o Arquivo Público apresentava vantagens não oferecidas pelos arquivos dispersos, tais como a guarda mais segura da documentação; melhor conservação destas pelas condições especiais da construção do prédio; maior comodidade na obtenção de certidões, em virtude da reunião dos arquivos num só prédio, e a sua classificação sistemática em catálogos práticos, que seriam publicados à medida que fossem organizados.⁷⁷ Em virtude dos motivos expostos, em 29 de dezembro de 1906, Borges de Medeiros determinava, como lhe garantia a constituição rio-grandense, já que a Constituição lhe outorgava o poder de legislar sobre tais matérias: “Pelos fundamentos exarados na mensagem enviada à Assembléia, na sessão deste ano, mantive o ato relativo à criação do Arquivo Público. Por

⁷⁶ RIO GRANDE DO SUL. Do Arquivo Público, p.11.

⁷⁷ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público: Histórico sobre os problemas do Arquivo Público do Estado e suas soluções*, p. 32.

isso, foram virtualmente indeferidas todas as representações em contrário, arquivando-se os papéis respectivos.”⁷⁸

1.1.3 Centralização e Excelência Administrativa

O pensamento de Borges de Medeiros refletia o senso prático adotado pelos romanos durante o Império, de manter centralizados os documentos a fim de facilitar a pesquisa aos cidadãos e, certamente, centralizar o poder político e administrativo. Borges preocupava-se, ainda, com o controle e a preservação da documentação em local seguro que satisfizesse as necessidades e as exigências imediatas. Tal medida certamente resultou em uma indiscutível salvaguarda da documentação, certamente perdida e dispersa, em boa parte, se tivesse, nas condições de então, permanecido sob a guarda dos municípios. No mesmo sentido, crescia a importância política, social e administrativa da capital ao centralizar mais essa importante função.

A partir da determinação do presidente do estado, começaram a afluir documentos público-oficiais de todos os recantos do RS para o Arquivo Público. Com o recolhimento do acervo e sua catalogação, a extração de certidões dos documentos custodiados tornou-se, igualmente, fonte de renda para repartição e para o Estado. Entretanto, embora a extração de certidões tenha representado um recolhimento crescente, não significou a independência econômica do Arquivo Público. A realidade era outra no que dizia respeito à situação econômica dessa instituição. Ao longo dos anos, Carlos Haag, diretor do Arquivo Público (1906–1918) e seus sucessores reclamavam de verbas insuficientes para as despesas da repartição, de falta de funcionários e da remuneração inadequada deles.

O relatório de 1907, apresentado pelo chefe da primeira seção do Arquivo Público, Edmundo Gonçalves de Carvalho, é precioso no que se refere ao inestimável acervo recolhido ao Arquivo Público, constituído pelos volumosos arquivos de importantes cartórios, como Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e São Leopoldo. Referia o documento citado:

⁷⁸ *Ibidem.* p. 13.

Providências estão sendo tomadas no sentido de serem recolhidos os arquivos dos dispersos cartórios municipais de São João do Montenegro, São Sebastião do Caí, Taquara, Gravataí e Viamão. Os livros, autos e mais papéis estão acomodados no salão 'A' previamente designado para tal fim, e no qual se acham dez grandes estantes de madeira, a propósito construídas. Os arquivos considerados mortos foram arrumados numa das partes dos porões, convenientemente ventilada [...]. Acha-se aqui recolhida uma parte do grande e importantíssimo arquivo das terras do Estado. Digo parte porque na própria Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas existem todos os autos de medição já findos e que por sua natureza deveriam ter sido recolhidos, e na Delegacia do Tesouro Federal no Estado se encontra o que de mais valioso consta sobre as terras do Rio Grande como doações, registros e títulos de sesmarias anteriores a 1810 [...] Pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior foi remetida, em original, toda a correspondência trocada entre a Presidência do Estado e os antigos comandos de armas. Da Intendência Municipal do Rio Grande foi recebido opulento subsídio de inestimável apreço para o Arquivo Público. Referentes a livros de registros de concessões de sesmarias, decretos, projeto da constituição do Brasil, pareceres e ordens do dia, etc.⁷⁹

Na correspondência citada, encontram-se documentos de alto valor histórico para o Rio Grande do Sul. Metodicamente organizadas, reunia-se no arquivo a documentação judiciária, parte da documentação das Secretarias de Estados dos Negócios do Interior e Exterior, das Obras Públicas e da intendência do Rio Grande. Todos esses documentos foram classificados a fim de permitir o fácil acesso e a rápida consulta. Iniciava-se, assim, a constituição do acervo do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, preocupando-se com a incorporação dos arquivos dispersos pelas secretarias e repartições diversas do estado.

2 OS PRIMEIROS TEMPOS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

2.1 Especialização e Fracionamento: Estatística e Biblioteca Pública

Os primeiros anos de funcionamento do Arquivo Público foram assinalados por uma série de transformações e pela adoção de medidas que traduziam os objetivos do poder político republicano estadual. Tanto a primeira seção, o Arquivo Público, assim como as outras repartições, ou seja, a Estatística e a Biblioteca, passaram por uma série de importantes

⁷⁹ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. Relatório apresentado a Borges de Medeiros, Presidente do Estado, pelo dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 15 de setembro de 1907, IN Documentos Avulsos.

adaptações ao longo das quase nove décadas seguintes. Em 1909, em consequência do alto grau de desenvolvimento dos serviços afetos e da falta de espaço no arquivo, o Decreto nº 1.435, de 11 de fevereiro, desanexou as seções do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, dando autonomia às seções de Estatística e Biblioteca que passaram a constituir duas repartições independentes.⁸⁰

A seção de Estatística foi separada por convênio celebrado entre o governo do Rio Grande do Sul e a Diretoria Geral de Estatística, e se constituiu como um departamento administrativo especial. De acordo com a mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, em 20 de setembro de 1909, a seção de Estatística conheceu algumas reformas com o fim de atender aos objetivos a que se destinava, sendo nomeado pessoal competente para atuar na coleta dos dados, o que significou avanço na qualidade dos serviços prestados. Instalada em prédio próprio e conveniente, a repartição de Estatística passou a compreender três seções – estatística econômica; estatística política e estatística demográfica – as quais produziram importantes trabalhos relativos à estatística das diversas instâncias das atividades no Estado.

Apesar da existência das objeções que dificultaram o desenvolvimento natural dos serviços, pouco a pouco, foram se ampliando os diversos ramos do departamento de Estatística, de grande utilidade pública. A natureza e a importância dos trabalhos de estatística foram sempre motivo de constante preocupação do governo, que dedicou singular importância a este ramo da administração, fundamental na proposta positivista de uma administração científica do Estado.

A outra seção, a Biblioteca Pública do Estado, tem sua história fundada na Província de São Pedro durante o reinado de dom Pedro II. Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), foi criado o primeiro Gabinete de Leitura, com a ambição de ser a futura Biblioteca do Estado. Em março de 1871, o deputado rio-grandense João Pereira da Silva Borges Fortes Filho apresentou um projeto pedindo a criação de uma biblioteca oficial, o que foi aprovado e transformado na Lei Provincial nº 724, de 24 de abril de 1871. A correspondência enviada pelo Presidente da Província de São Pedro, José Antonio de Arruda Castro, ao Conselheiro Diego Velho Cavalcanti de Albuquerque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, afirma que: Devendo instalar-se brevemente nesta Capital a Bibliotheca pública, criada pela Lei Provincial nº 724, de 14 de abril de 1874, rogo a V. Exa. se digne mandar que

⁸⁰ RIO GRANDE DO SUL. AHRS. *Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1909*. Porto Alegre: Carlos Echenique, 1910. Legislação, código 645.

sejam remetidas a esta Presidencia com destino à mesma mandar que sejam remetidas a esta Presidência os relatórios do Ministério a cargo de V. Exa. até o ano de 1862 e de 1865, 1871, 1872, 1873 e 1875.⁸¹

Em 17 de janeiro de 1877, a Biblioteca Pública foi instalada e aberta ao público, no antigo prédio do Liceu Dom Afonso, na esquina das ruas Duque de Caxias e Marechal Floriano, com um acervo de 1.809 obras e 3.566 volumes.

Como assinalado, a partir de 1891, o Rio Grande do Sul viveria sob a administração do castilhismo-borgismo, projeto de modernização capitalista conservadora do estado, de forte influência positivista. Nesse contexto administrativo, inicialmente, em 1906, a velha e acanhada Biblioteca Pública foi anexada administrativamente ao então recém-criado Arquivo Público, como distinto. Em 1909, como também visto, a Biblioteca surgia como repartição independente, registrando a atenção dada a esta instituição. Finalmente, em 1912, inicia-se a construção de prédio próprio para a Biblioteca, com o projeto de Alphonse Hebert, engenheiro das obras públicas do Estado. Em 1915, já autônoma, essa instituição transfere-se para a sede atual, na Rua Riachuelo, esquina com a General Câmara, um palacete em estilo neoclássico, de arquitetura fortemente influenciada pela simbologia positivista. Em 1986, o prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e, em 2000, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O acervo bibliográfico da Biblioteca Pública é constituído atualmente por cerca de mais de duzentos mil volumes. A coleção de livros raros da Biblioteca é composta por livros dos séculos 16 e 19, como PHARSALIA, de Lucano, de 1519. Publicações e documentos que registram a história e a literatura rio-grandense, enciclopédias, dicionários e obras sobre todos os setores do conhecimento humano, além de jornais, revistas e folhetos, completam a coleção da Instituição e encontram-se disponíveis para pesquisa.

2.2 Mudando de Lugar

Por sua vez, para solucionar provisoriamente as dificuldades da falta de espaço físico, o Arquivo Público mudou duas vezes suas instalações, que logo se mostraram definitivamente

⁸¹RIO DE JANEIRO. ARQUIVO NACIONAL. Correspondência do Presidente da Província José Antonio de Arruda Castro ao Conselheiro Diegeo Velho Cavalcanti de Albuquerque ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em 26 de agosto de 1875.

insuficientes. Inicialmente, começou a funcionar no andar térreo do edifício da Escola Complementar, situado na Rua Duque de Caxias esquina com a Marechal Floriano Peixoto, onde hoje se encontra a Escola Sévigné. Em pouco tempo, o espaço demonstrou ser pequeno para a guarda dos documentos. Procurou-se um novo espaço, sendo o arquivo transferido para o prédio da antiga “Bailante”, onde atualmente encontra-se o prédio da Assembleia Legislativa.

Em 1909, Carlos Barbosa Gonçalves, o então presidente do Rio Grande do Sul, a fim de solucionar definitivamente as carências do arquivo, determinou a construção de um prédio especial para aquela instituição, um importante edifício, de modo a solucionar o impasse da falta de espaço físico. Teve início a construção do primeiro pavilhão que hoje configura o prédio I, passando a abrigar o Arquivo do Extrajudiciário, composto de documentos dos cartórios do Registro Civil, certidões de nascimento, de casamento, de óbito; habilitações de casamento; emancipação de menores; de tabelionatos, como escritura de compra e venda, transmissões, contratos, procurações, registros diversos, registros tórrrens, testamentos, translados e alvarás; de registro de imóveis, como cópias das certidões. Esses documentos eram originários, na grande maioria, dos municípios do estado.

Quatro anos depois da desanexação das repartições, o Arquivo continuou a recolher os documentos locais, tendo o seu expediente interno devidamente regularizado e dando andamento à catalogação dos documentos, a fim de serem confeccionados índices de busca que agilizassem a pesquisa. Para instruir o Arquivo Público sobre catalogação e preservação dos documentos, acesso público aos documentos, sobre as competências do corpo de funcionário, etc., a repartição foi reorganizada pelo Decreto nº 1.994, de 27 de junho de 1913, que distribuiu seus serviços em três seções.

À Primeira Seção coube a conservação metódica dos arquivos administrativos, que reuniram documentos relativos a mensagens presidenciais, aos anais da Assembleia dos Representantes, aos relatórios das secretarias de Estado, aos balanços dos tesouros estadual e municipal e aos registros relativos aos funcionários da máquina burocrática. A Segunda Seção dos arquivos guardaria a documentação referente aos fatos históricos da época, como guerras, batalhas e revoluções, além de personagens ilustres, como Júlio de Castilhos, Venâncio Aires e outros. Finalmente, a Terceira Seção, referente aos arquivos judiciários, seria abastecida

com cartas de concessão de sesmarias, inventários, registros de nascimentos, casamento e óbitos. Ela constituía o serviço mais árduo das três seções.⁸²

Em 1918, o pavilhão construído já se tornava pequeno para receber a volumosa documentação. Assim, o governo construiu, nesse ano, um segundo pavilhão, com os mesmos requisitos e estilos arquitetônicos do primeiro, destinado a servir de arquivo administrativo e judiciário. Tão logo a obra foi finalizada, em 10 de junho de 1919, recebeu os papéis excedentes do primeiro prédio e os novos arquivos forenses dos municípios.⁸³ O pavilhão recebeu processos de cartório de órfãos e ausentes, vara de família e sucessões, cível e crime, júri, provedoria, registros públicos, Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, acidentes de trabalho, cível e comércio, acidentes de trânsito, feitos da Fazenda Pública, Justiça Militar e Tribunal de Apelação.

O pavilhão recebeu processos cíveis e comerciais, ações ordinais, ações sumárias, execuções e incidentes, liquidações, inventários e arrolamentos, remoções de tutores, curadores e testamentários, interdições, arrecadações de heranças, habilitações avulsas, prestações de contas, cotas de distribuição, carga dos bens dos órfãos, distribuição dos autos, editais, lista de jurados, rol de culpados, medições, emancipações, altas, processos crimes apelações criminais, acórdãos, agravos, apelações cíveis, audiências e custas.

Mais tarde, alguns processos crimes, pelo seu interesse público e histórico, foram publicados, como o da referente história da Maria Degolada, que de prostituta virou santa milagreira e deu origem à Vila Maria da Conceição, em Porto Alegre. O Arquivo Público guarda os autos do processo, de 1899, em que o "brigadiano" Bruno Soares Bicudo é incriminado pela morte de Maria Francelina Trens, conhecida desde então como Maria Degolada. É emocionante estar diante de documentos que comprovam uma história tão antiga.⁸⁴ Assim como no exemplo dos Muckers, entre outros. Abrangendo o período de 1763 a 1972, esses documentos eram oriundos dos cartórios do Poder Judiciário da maioria dos municípios do Rio Grande do Sul.

O novo prédio abrigou ainda o Arquivo do Poder Executivo, composto por documentos produzidos pela administração pública estadual, a saber: da Secretaria da Administração, da Fazenda, da Justiça, de Segurança Pública, do Trabalho e Habitação,

⁸² RIO GRANDE DO SUL. AHRs. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1913. Legislação código 653. Porto Alegre: A Federação, 1914, p. 533.

⁸³ ROCHA, Marcia. *A restauração do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.ed.] 2002. p. 25-27.

⁸⁴ MORAIS, Carmen Regina Mendonça Colman. *Maria degolada, mito ou realidade?* Porto Alegre, 1994, p. 72; ACHUPP, Ambrósio S.J.. *Os Muckers*. Porto Alegre: Sulina, 1957, p.424.

Conselho do Serviço Público, Comissão Estadual de Comunicação, Detran, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Secretaria de Obras Públicas, Instituto Sul-Riograndense de Carnes, Hospital Psiquiátrico São Pedro, Secretaria da Minas e Energia, Casa Civil, DOPS, PM2 e SCI, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social e Fundo Especial.

2.3 Nova Reorganização e Revista

Em meados de 1920, deu-se nova orientação aos trabalhos do arquivo, devido ao crescimento dos seus serviços e da massa considerável dos documentos, forenses e históricos, confiados a sua guarda. Foram modificados os métodos de trabalho do arquivo; ampliados os quadros do pessoal das suas três seções; ativados o serviço de classificação de documentos, indispensável à boa conservação e às necessidades das partes, tornando a extração de certidões e plantas mais rápida na primeira seção. A segunda seção seguiu coligindo, selecionando e catalogando grandes conjuntos de documentos históricos e livros. A terceira seção, responsável pelos arquivos judiciais, tarefa trabalhosa e complexa, acelerou a organização de índices de sinopses de documentos. Anualmente, à medida que o trabalho avançava, a repartição publicava o catálogo relativo ao arquivo judiciário, em avulsos e no jornal encarregado da publicação do expediente oficial. Esses trabalhos originaram publicação periódica de memórias históricas sobre o Rio Grande do Sul.

Além da classificação dos autos, iniciou-se a publicação da *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Lançado em 20 de novembro de 1920, o periódico, distribuído gratuitamente às autoridades e vendido aos particulares, manteve sua periodicidade trimestral até o nº 18, de junho de 1925. A revista objetivava contribuir com o estudo da história rio-grandense, no sentido geral querido pelo Estado, publicando documentos considerados importantes aos estudos da história e da geografia do RS, bem como catálogos referentes à documentação recebida dos cartórios.

Não era de competência do arquivo analisar e comentar documentos e deles tirar conclusões ou sobre eles compor narrativas, o que é obra do historiador; coligir, coordenar e catalogar documentos de autoridade histórica é tarefa propriamente do arquivista, cujo trabalho facilita o daquele. Dos dois primeiros números, por exemplo, constavam matérias

como: documentos relativos à incorporação do território das Missões ao domínio português; sinopse das concessões de sesmarias no Rio Grande do Sul; catálogo dos autos de inventários pertencentes ao 1º Cartório de Órgãos de Porto Alegre; documentos relativos à questão de limites com o estado de Santa Catarina. Houve números especiais, como o número sete, dedicado ao centenário da Independência do Brasil; o número oito, referente ao retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul, de dezembro de 1922; o número quinze e dezesseis, abordando o centenário da imigração alemã para o estado, de setembro/dezembro de 1924.

Pelo Decreto nº 3.528 de 13, de outubro do ano de 1925, atendendo à natureza do serviço histórico e geográfico que lhe está afeto, a Segunda Seção do Arquivo Público, foi transferida, com seus funcionários, para o Museu Julio de Castilhos, onde veio a se constituir Departamento de História Nacional que mais tarde deu origem ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.⁸⁵

Houve algumas tentativas anteriores de criar um museu no Rio Grande do Sul, para abrigar objetos que vinham sendo coletados desde 1901, anteriormente depositados em pavilhões constituídos para a 1ª Exposição Agropecuária e Industrial do Estado que aconteceu no atual Parque da Redenção. Um deles funcionou junto Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP), fundado em 1860, extinto em 1863, e que criou um museu em 1862. Além disso, um decreto estadual de 17 de dezembro de 1885 previa a criação de um museu estadual, o que aparentemente não ocorreu. O Museu do Estado foi finalmente criado em 30 de janeiro de 1903, por decreto de Borges de Medeiros, então presidente do Estado, como museu antropológico, artístico e histórico. O museu, desde o início, teve suas atividades vinculadas à pesquisa histórica, procurando obedecer às tendências das demais instituições do gênero no Brasil.

Com a transferência, interrompeu-se temporariamente a publicação da revista, que ressurgiu, em setembro de 1927, com seu número dezenove, sob o nome de *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, de responsabilidade daquele Museu. A Revista foi publicada nesta forma até o nº 24, de dezembro de 1930, quando desapareceu definitivamente. As publicações caracterizam-se na sua maior parte pelo caráter histórico, sem descuidar da inserção de catálogos de inventários, testamentos, sesmarias etc. Apenas em janeiro de 1958, apareceu a Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁸⁵ RIO GRANDE DO SUL. AHRS. *Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Oficinas gráficas de A Federação. Porto Alegre, 1926, p. 570. Legislação, código L-680.

2.4 Das Alegrias às Desventuras

Nas duas seções existentes no Arquivo Público, em 1927, compete à primeira, o expediente de arquivos administrativos e legislativos e, à segunda, o arquivo judiciário. Que nesse ano tivera outro regulamento, aprovado sobre as finalidades do Arquivo: “Recolher e adquirir e conservar sob classificação sistemática os documentos concernentes à legislação e à administração do Estado, da União e dos municípios; os documentos de venda, cessão e medição de terras, os autos findos de jurisdição contenciosa, bem como inventários, livros de notas, etc”.⁸⁶ No ano seguinte, pelo Decreto nº 4.119, de 09 de agosto de 1928, expedido pelo presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, membro da segunda geração republicana, foi instituído um novo regulamento e uma nova reorganização para o arquivo. Quanto às finalidades, a única diferença foi a retirada do termo “União” do primeiro parágrafo.

Alguns anos mais tarde, novamente, o constante recebimento de documentos trouxe problemas quanto à capacidade e às condições de armazenamento no Arquivo Público. Em 1938, demonstrando preocupação quanto aos problemas do espaço físico, o governo iniciou o plano para construção do seu terceiro pavilhão. Em verdade, as instalações materiais existentes não mais correspondiam às exigências; os serviços apresentavam-se deficientes; a capacidade de armazenagem da documentação havia sido dimensionada em 1918, quando a população do estado era em torno de um milhão de habitantes. Em virtude dessa realidade, cessou o fluxo de recolhimento de documentos público-oficiais ao arquivo.⁸⁷ Como era impossível prover mais espaços para o armazenamento de documentos, bem como pessoal, a redução na quantidade de tais documentos foi considerada imprescindível.

Os documentos públicos oficiais eram quase tão efêmeros quanto volumosos. Seu crescimento, em volume, correspondia de perto ao aumento da população, acelerado a partir de meados do século 18. Esse aumento da população, e maior complexidade do mundo social e produtivo, tornaram necessárias a expansão da atividade governamental administrativa, a qual teve como uma das resultantes um tremendo aumento na produção de papéis. O fenômeno do crescimento da massa documental esteve ligado ao desenvolvimento da

⁸⁶ RIO GRANDE DO SUL. IHRS. *Decreto nº 3775, de 04 de janeiro de 1927*. Porto Alegre, Oficinas Graphicas d’ A Federação, 1927 – p . 5.

⁸⁷ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público: Histórico sobre os problemas do Arquivo Público do Estado e suas soluções*. Secretaria de Cultura. Processo 35, p.34.

economia e da administração e à evolução de técnicas e ao surgimento de tecnologias de reprodução de documentos.

2.5 Crise da Autonomia Rio-Grandense

Em 1930, concretizava-se a chamada Revolução de 1930, que expressaria a crescente dominância do capital industrial, sobretudo paulista e carioca, sobre o Brasil, processo que exigia a formação de mercado nacional e a centralização do Estado, em detrimento ao federalismo conhecido na *República Velha*. De 1930 a 1937, Flores da Cunha governou o Rio Grande do Sul, esforçando-se para manter e relançar a autonomia e o desenvolvimento estadual. Após sua derrota diante Vargas, em 1937, sob o mando de interventores submetidos ao poder central, o Rio Grande conheceu forte recuo econômico, qualitativo e quantitativo, em relação ao Centro-Sul.

A repercussão disso foi um longo período de estagnação nos serviços do arquivo. Após esse período de esquecimento por parte do Estado, a repartição do Arquivo Público voltou a receber alguma atenção das autoridades públicas, a fim de acautelar a documentação recolhida e conceder melhores condições de trabalho ao corpo de funcionários e ao ambiente, que foi melhor adaptado aos pesquisadores. Em 1947, com o fim da ditadura do Estado Novo [1937-1945], o governo estadual concedeu recursos para a compra de móveis e equipamentos e, especialmente, para a construção de um novo prédio para as atividades administrativas e técnicas do Arquivo Público. Nessa ocasião, surgiram as primeiras referências à microfilmagem, encarada como a grande solução para o problema do espaço da entidade. Em mensagem à Assembleia Legislativa em 1948, o então governador Walter Jobim (1947-1951), do Partido Social Democrático, relatou que a providência maior no orçamento fora a consignação de verba para a construção de novo pavilhão para o Arquivo Público, que vinha sendo estudada desde o primeiro semestre de 1947.⁸⁸ Walter Jobim havia sido secretário de Obras Públicas durante a intervenção do general baiano Daltro Filho (1937-1938), que participou da deposição e substituiu, brevemente, antes de morrer, Flores da Cunha. Sua experiência na área deve ter colaborado para que a obra do terceiro prédio fosse realizada.

⁸⁸ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público: Histórico do Arquivo Público do Estado*. Divisão de Pesquisas e Projetos, 1999, p. 9.

Pode-se afirmar, sem exagero, que foram anos em que o Arquivo Público conseguiu realizar a maior soma de conquistas. Há muitos anos, a repartição necessitava de novos equipamentos e mobílias. Foi adquirido, na época, um mobiliário completo para direção, mimeógrafo, cofre, máquina de escrever e armários. Conseguiu-se instalar um bebedor automático, acabando com o regime anti-higiêncio das talhas de barro. Também outras instalações práticas e necessárias ao conforto do funcionalismo foram postas em evidência. Há quase quinze anos, o Arquivo Público não dispunha de recursos, através da verba concedida, sendo então possível a execução dessas providências inadiáveis. Isso tudo se deve às intenções do governo durante o exercício de 1947.

2.6 A Modernidade Tardia

Em meados da década de 1940, restringido ao seu espaço físico, o Arquivo Público não tinha mais condições de guardar papel. Além do aumento do espaço físico, propôs-se que sua capacidade para armazenamento de informações seria acrescida substancialmente se fosse implantada a microfilmagem centralizada. Afirmava-se que, dispondo de espaço limitado para o recolhimento e arquivamento da documentação dos diversos órgãos da administração pública, impunha-se aquele recurso, devido à quantidade de documentos que anualmente ali chegavam. Tratava-se de recurso utilizado por quase todos os arquivos modernos da Europa.⁸⁹

O Estado começara a se dotar, em 1909, de um dos mais modernos prédios de sua época, dedicado especificamente à armazenagem de documentos. A perda desse pionerismo, no que se refere ao armazenamento da documentação pública, registrava igualmente o retrocesso relativo do Estado. Em 1957, apenas uma década após as primeiras discussões, começou a funcionar, apenas em caráter experimental, o serviço de microfilmagem nas secretarias.⁹⁰ Ao iniciar a filmagem de documentos públicos, dispensaram-se enormes espaços. O grupo de fotografia e microfilmagem do Arquivo Público ficava responsável pelas fotocópias de documentos recolhidos, quando requerido ao mesmo. Microfilmavam-se os documentos existentes na repartição, a fim de garantir a preservação de seu conteúdo, tendo em vista a ação destruidora do tempo, e a falta de espaço.

⁸⁹ RIO GRANDE DO SUL. APERS. *Correspondência expedida, 4 de março de 1948.*

⁹⁰ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público: Histórico do Arquivo Público do Estado. Divisão de Pesquisas e Projetos, 1999, p.10.*

Na microfilmagem da documentação, optou-se pela centralização do processamento da documentação, dos documentos produzidos ou recebidos e armazenados nos diversos órgãos da administração pública estadual. Essa decisão foi tomada a partir das eventuais vantagens da centralização e melhor preservação da informação; maior tempo de utilização das máquinas, evitando-se a ociosidade; liberação do espaço físico dos órgãos que possuíam laboratórios de microfilmagem; redução nos custos de equipamentos e pessoal; melhor treinamento dos recursos humanos, transformando o Arquivo em verdadeira escola de capacitação profissional para o setor; possibilidade condições físicas e ambientais adequadas etc.

Segundo Jaime Antunes, presidente do Conselho Nacional de Arquivos no Brasil, “a microfilmagem deve ser considerada um processo de reprodução de documentos que visa fundamentalmente à preservação documental e não deve ser aplicada apenas para ganhar espaços”. Dessa forma, alerta que microfilmagem não significa licença para eliminar. Esses suportes não são novas formas de armazenamento, nem surgiram para substituir o que já existe. Logo, é importante saber o que determina essa execução e a *tabela de temporalidade de documentos* elaborada durante o processo de avaliação documental.⁹¹ Entretanto, no Brasil, ainda conhecemos relatos de destruição de documentos, reproduzindo-se a tradição da destruição e desqualificação de tudo que é “velho” em relação ao novo. Desde os casarões, que se transformam em arranha-céus, até o papel, que se transforma em cinzas ou embalagens recicladas.

Por definição, a microfilmagem é a racionalização do uso da máquina para facilitar a obtenção da informação. Sabemos que a microfilmagem tem inúmeras vantagens como instrumento de informação rápida e racionalização do trabalho. Entre elas está a possibilidade da redução em até 98% das áreas ocupadas com documentos e registros em geral e, mais importante ainda, o acesso ágil à informação. Como disposto, nem tudo o que é microfilmado deve ser destruído. A microfilmagem constitui igualmente meio de multiplicação, democratização, descentralização, etc., do acesso a um documento e da preservação de seu original. Até o final da década de 1970, a microfilmagem seria citada várias vezes como saída para o problema do espaço físico do Arquivo Público, cogitando-se, inclusive, a construção de um prédio exclusivo para tal função.

⁹¹ DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos. Rio de Janeiro, 2004. p. 150.

Novamente sob administração federal militar, a Lei Orçamentária Estadual 1037/75, sobre a construção e a instalação de prédios para os serviços de microfilmagem, destinou ao projeto uma dotação de duzentos mil cruzeiros para a construção de um pavilhão destinado à unidade de microfilmagem.⁹² No entanto, com a extraordinária alta de preços no setor da construção civil, devido à retomada da inflação, no início da crise do chamado “Milagre Brasileiro”, constatou-se que o crédito disponível não comportaria sequer os serviços de preparação do terreno e estabelecimento das primeiras fundações.

2.7 Situação Crítica

Perdera-se e não se retomara a preocupação da administração pública com o armazenamento/tratamento/disponibilização/uso da documentação público-administrativa. Tomado em seu conjunto, era crítica a situação dos arquivos públicos estaduais. Todo o estado começou a sentir as consequências da redução do fluxo de recolhimento de documentos público-oficiais ao Arquivo Público, devido à falta de espaço. As instalações materiais não mais correspondiam e se adaptavam incessantemente, como nos seus primórdios, às necessidades do momento e às exigências dos serviços, pela carência de recursos, registro igualmente da despreocupação dos administradores.

De um lado, estavam os cartórios e tabelionatos, espalhados pelo território rio-grandense, necessitando de espaço para guardar a documentação que não podia ser mais recebida pelo Arquivo Público. Do outro, o Arquivo Público tornava-se cada vez mais depósito de *papel velho*, ou seja, de documentação referente ao passado distante, de crescente valor histórico e decrescente função administrativa e pública, ao não receber mais os documentos mais recentes. Exceto, naturalmente, o de caráter histórico, o documento é cada vez menos solicitado após uns vinte anos, pois se torna rara a requisição de certidão do mesmo. Assim, a cada dia que passava, menos receita entrava, aumentando o *déficit* da instituição, que perdia crescentemente funcionalidade.

A estagnação levou o Arquivo Público a perder sua missão de arquivo central, transformando-se, mais e mais, em depósito de papéis, frustrando, por decênios, o projeto republicano original, que almejava evitar a proliferação de arquivos regionais e reunir os

⁹² RIO GRANDE DO SUL. APERS. *Relatório do exercício*. Patrimônio administrativo, 1975.

documentos público-oficiais em um só prédio, onde houvesse maior segurança, melhores meios de conservação e maior facilidade para consulta.

2.8 Preservação e Guarda

A questão da produção e da guarda dos documentos vem sendo discutida no mundo todo, da Europa aos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil. O grande desafio encontrado é buscar resolver o problema das grandes massas documentais acumuladas em arquivos inativos, sem revolver, primeiro, as questões que levaram à origem do problema. A falta de espaço físico é a principal questão a se enfrentar, pois nem sempre as instituições percebem que a informação constitui um recurso fundamental, que está no mesmo nível dos recursos humanos, financeiros e materiais.

Na opinião de Luis Carlos Lopes:

a solução para o problema das massas documentais acumuladas, vulgarmente conhecidas como arquivos mortos, é um dos grandes desafios da arquivística no Brasil. Trata-se de uma situação que se repete melancolicamente em todo país. Qualquer organização pública ou privada, com mais de dois anos de existência, convive com o dilema do que fazer com os documentos acumulados no decurso de suas funções.⁹³

A primeira providência que se deve tomar é não mais utilizar a expressão “arquivo morto”, porque reflete um conceito equivocado de arquivo. O denominado “arquivo morto” não é verdadeiramente um arquivo, pois exerce a função de um “depósito” para onde os documentos são encaminhados desordenadamente e lá permanecem, desorganizados, sem identificação e inacessíveis. Nesse depósito, convivem documentos que já poderiam ter sido eliminados, outros que aguardam prazos prescricionais ou precaucionais, e outros, ainda, que encerram valor histórico e devem ser preservados definitivamente.⁹⁴

⁹³ LOPES, Luiz Carlos. *Arquivópolis: uma utopia pós-moderna*. Ci. Inf. Brasília, 22 (1): 41-43, jan./abr. 1993.

⁹⁴ *Quais as providências imediatas que se pode tomar quando não houver mais espaço no “arquivo morto”?* SAESP. Disponível em: <<http://www.saesp.sp.gov.br/faq6.html>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

A terminologia “arquivo morto” é uma expressão “impressionante” da qual se ocupam os arquivos vivos, que não crescem como deveriam por consequências de ambientes inadequados (porões, galpões, subsolos, prédios abandonados, garagens, etc.), problemas de ventilação, embalagens inadequadas, oscilações de temperatura e umidade relativa do ar, acúmulo de poeira, sem falar na “bicharada” que encontra um *habitat* inigualável. Essa é a verdadeira face do “arquivo morto”, um ambiente asfixiante em que ser humano algum gostaria de viver. Ao contrário, o arquivo é imortal, tem de ser vivo, pois em qualquer momento está lá pronto para dizer tudo o que aconteceu naquele dia e naquela hora; se fosse morto, não apelariamos para ele.

Durante os anos de sua existência, o Arquivo Público não passou por nenhum sinistro, tendo sido subtraído de sua guarda apenas três livros de escrituras públicas e algumas folhas de outro, durante os três anos que precederam o golpe militar de 1964. É público e notório que roubos, incêndios e outras calamidades destruíram um grande volume de documentos na capital e no interior, o que demonstra a segurança e confiabilidade do Arquivo Público em relação a arquivos dispersos, seguindo a determinação expedida por Borges de Medeiros.

2.9 Não Recolhimento e Recolhimento Parcial

Analisando os dados constantes nas relações de recolhimento até aproximadamente 1962, o que chama a atenção durante esses últimos anos é o atraso de recolhimento dos livros, senão a falta completa do seu recolhimento. Contudo, em pior situação ainda estavam os documentos que nunca foram recolhidos ao arquivo, ou cujo recolhimento foi incompleto, fatos que ocorreram em diversas comarcas do interior e das provedorias, em parte por causa da estagnação do Arquivo Público. Exceção é feita a Porto Alegre, que se encontrava em boa situação em comparação às comarcas do interior no que concerne ao recolhimento dos documentos ao Arquivo Público.

Merecem aqui ser relatados dois fatos que fogem das estatísticas apresentadas, referentes à documentação jurídico-histórica. Num deles, consta que durante o período de atraso e a falta completa de recolhimento de documentos pelo qual o arquivo passava, esteve no local Glaucus Saraiva, assessor para Assuntos Culturais do Gabinete do Governador, à procura do inventário de Bento Gonçalves da Silva, pois necessitava extrair dados do

documento para a reconstituição da Fazenda do Cristal, em Camaquã. Consultando a relação referente ao recolhimento dos cartórios, verificou-se que naquela comarca foram recolhidos o cível e crimes de 1855 a 1956. Como o inventário de Bento Gonçalves é anterior a 1855, não se encontrava recolhido ao Arquivo Público, sendo o interessado obrigado a se locomover até Camaquã para encontrar o documento que procurava.⁹⁵

O segundo fato ocorreu com o padre Gaspar Dutra, que pesquisou durante mais de um ano no Arquivo Público documentos referentes aos antepassados do presidente Getúlio Vargas. Não estando recolhida toda a documentação a esta repartição, foi obrigado a percorrer o interior do estado, localizando inclusive um inventário de 1888, de Evaristo José Vargas, em Palmeira das Missões, não no respectivo cartório, mas no registro civil daquela comarca. Outro documento, no qual era inventariante Manoel José Vargas, foi encontrado por acaso em Camaquã, pois não estava relacionado. Como estes dois casos existiam centenas de outros, devido à situação de não recolhimento ou de recolhimento incompleto dos documentos ao arquivo, levando à mutilação de arquivos históricos no Rio Grande do Sul.⁹⁶

Resumindo os dados analisados, pode-se dizer que os dois pavilhões construídos para o Arquivo Público guardavam nesse período, 1962, na seguinte proporção espacial, a documentação recolhida: Poder Judiciário, 70% do espaço total, com presumivelmente 35% da documentação recolhida; Poder Executivo, Tesouro do Estado, 20% do espaço, com aproximadamente 60% da documentação; os 10% restantes do espaço são ocupados pelos demais documentos recolhidos. O Arquivo Público jamais chegou a recolher documentos de todos os órgãos da administração estadual, em virtude de sua estagnação. Sabe-se que alguns órgãos do Estado chegaram a alugar dependências para a guarda dos documentos que não conseguiam recolher ao Arquivo, embora não se saiba quantos o fizeram, pois não há dados de levantamento que confirmem tal informação.⁹⁷

A legislação sobre o recolhimento dos demais documentos, que não pôde ser cumprida por causa da estagnação do Arquivo Público, acha-se inserida no Código de Organização Judiciária, conforme resolução de 26 de agosto de 1970. O artigo 41 deste Estatuto determina que aos juízes de Direito, no exercício da direção do foro, compete privativamente: “[...] recolher ao Arquivo Público depois do visto resultante da correição os autos, livros e papéis findos”. Determinação semelhante vale igualmente para os tabeliões. “[...] recolher ao

⁹⁵ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público*: Histórico sobre os problemas do Arquivo Público do Estado e suas soluções. Secretaria da Cultura. s/d. p. 46.

⁹⁶ *Ibidem*. p. 47.

⁹⁷ *Ibidem*. p. 47 – 48.

Arquivo Público, os livros findos após o visto do Juiz Corregedor ou Juiz do Foro, quando for o caso”⁹⁸. Entretanto, nas relações de recolhimentos, verificou-se que essas determinações foram cumpridas poucas vezes, pelos motivos e empecilhos já expostos. De fato, só foram recolhidos até 1971 alguns entre as centenas de cartórios e tabelionatos, dos quais ainda, o Arquivo recebeu apenas parte da documentação recomendada. Essa estatística demonstra uma situação comum no Estado quanto ao recolhimento e à localização da documentação. Por isso os pesquisadores são obrigados a percorrer todo o estado a fim de realizar suas pesquisas.

Durante a década de 1970, foi interrompido o fluxo de documentos para o Arquivo Público em razão da falta de espaço físico, bem como dos escassos recursos para a microfilmagem. Assim, os processos judiciais passaram, em 1971, a ser enviados ao Arquivo do Poder Judiciário. Por sua vez, documentos do Poder Executivo passaram a ser guardados nas próprias secretarias de origem, ou em muitos casos, foram simplesmente destruídos.⁹⁹ É possível observar, nessa década, a pouca atenção do governo concedida ao acervo, pois não havia sistema de organização ou metodologia arquivística simplesmente se armazenavam os documentos, sem critérios claros, o que favorecia a destruição. Essas questões tornaram complexa a manutenção do arquivo. Na falta de uma política global e de longo prazo que estabelecesse critérios técnicos para o trabalho de guarda dos acervos, muitos documentos importantes foram perdidos pelos próprios órgãos que deveriam mantê-los.

2.10 Documentação Descartada

Em 1972, sob uma nova direção, o Arquivo Público passava por reorganização que lhe permitiu começar a receber novamente a documentação do estado. Digno de nota nesse período é o envio de parte do acervo para o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, num total de 5.972 livros, 487 mapas e plantas e 248 maços de documentação avulsa. A seleção dos documentos que seriam “históricos” foi feita basicamente seguindo o critério cronológico, sendo os mais antigos considerados “históricos”. Muitos documentos foram vendidos como papel velho. Há registro dessa prática já no ano de 1943, quando foram eliminados

⁹⁸ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público: Histórico sobre os problemas do Arquivo Público do Estado e suas soluções*. Secretaria da Cultura. s/d. 45.

⁹⁹ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público: Histórico do Arquivo Público do Estado. Divisão de pesquisas e projetos*. 1999. p.12. Mimeografado.

documentos referentes às eleições anteriores a 1930, parte da documentação relativa a escravos e outros documentos considerados “papéis sem valor”.

É interessante uma citação encontrada nos documentos internos do arquivo como exemplo dos critérios que orientavam a seleção dos documentos a serem expurgados. “Por desnecessária foi tida, ainda, a correspondência oficial (cartas, ofícios, telegramas, etc.), expedidas e recebidas até 1930, com exceção da relativa aos períodos em que se deram: a guerra contra Rosas (1851 a 1852), a guerra do Paraguai (1864 a 1870), a Revolução Federalista (1893 a 1895), a Revolução de 1923, os levantes de 1924 e 1925 e a revolução nacional de 1930, correspondência essa mais própria para ser conservada no Museu Júlio de Castilhos, em seção de História, do que neste Arquivo Público.”¹⁰⁰ Ou seja, prossegue a concepção da restrição da história à história política, com destaques aos seus sucessos político-militares excelentes.

A prática realizada registra os problemas ocorridos na gestão de documentos públicos pela falta de metodologia bem delimitada e de princípios arquivísticos no tratamento de acervos documentais. O empirismo e a improvisação de métodos aplicados na eliminação de registros documentais levaram à perda parcial ou total de conjuntos documentais de inestimável valor. Identificam-se nesse relato o desrespeito e o despreparo técnico dos funcionários no processo de preservação do patrimônio documental. Muitas mudanças foram responsáveis por alterações nas normas e regulamentos do arquivo durante a República Velha. Elas envolveram um longo processo de construção de normas e procedimentos técnicos capazes de dar conta do aumento acelerado da produção intelectual, desde novas configurações institucionais até a concepção dos tipos de trabalho e profissionais.

O fato concreto é que o arquivo crescia e os documentos corriam o risco de ficar dispersos. Para dar apoio institucional ao pesquisador, houve um processo de aprimoramento nos serviços do Arquivo, elaborando-se inventários que foram publicados para melhor desenvolvê-los e divulgar o acervo. O regimento aprovado em dezembro de 1973, em seu primeiro artigo, estabelecia claramente as finalidades da entidade: “Primeiro - receber, guardar e conservar sob classificação sistemática os documentos provenientes dos órgãos integrantes dos poderes Judiciário e Executivo do Estado; segundo - reproduzir, nos termos na legislação em vigor, e em microfimes, os documentos sob a sua guarda; terceiro - proporcionar às partes interessadas ou a seus procuradores a consulta aos documentos arquivados; quarto - fornecer, mediante o pagamento das taxas devidas, certidões, fotocópias

¹⁰⁰ RIO GRANDE DO SUL. APERS. *Relatório do Arquivo Público de 1944*. Datilografado.

tipo xérox e reproduções de microfímes requeridos pelas partes ou por seus procuradores dos documentos recolhidos à repartição.”¹⁰¹

Observe-se o caráter nitidamente administrativo dado ao acervo do Arquivo Público, durante esse período, destinado ao fornecimento de certidões e fotocópias de documentos legais, sem nenhuma referência à pesquisa de caráter histórico, acadêmico, cultural. O caráter comprobatório legal de seus documentos também havia sido resguardado pela emissão de certidões pelo atendimento a diversas solicitações judiciais. Entretanto, as flutuações administrativas que a instituição sofreu durante décadas de existência impediram o recolhimento e tratamento sistemático dos conjuntos documentais.

2.11 Sistemas de Arquivo

No ano em que se comemoravam os 75 anos de fundação do Arquivo Público (1981) foi realizado um seminário: “História do Rio Grande do Sul nos últimos 75 anos”. Não deixa de ser curiosa a iniciativa, especialmente tendo-se em vista o que já foi demonstrado sobre a função básica do arquivo, conforme os inúmeros relatórios oficiais: guarda dos documentos públicos e fornecimento de certidões referentes a esta documentação, sem nenhuma atenção à pesquisa histórica.

A partir de 1989, institui-se o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (Siarq), pelo Decreto nº 33.200, de 05 de junho de 1989, cujo objetivo era elaborar princípios e diretrizes, normas e métodos de organização, visando preservar a documentação pública do estado, estabelecendo critérios uniformes de tratamento da documentação em todos os órgãos da administração. O Arquivo Público foi definido como o órgão central do Siarq e como a instituição responsável pelo planejamento e coordenação das atividades necessárias à implantação e funcionamento do sistema.

No Rio Grande do Sul, o Sistema de Arquivos do Estado foi criado para concretizar os preceitos constitucionais através da implantação de uma política de arquivos. A fundação do sistema visava assegurar a preservação do patrimônio documental produzido pelo Estado e trazer bons resultados pelo acesso rápido às informações, agilidade no atendimento,

¹⁰¹ RIO GRANDE DO SUL. APERS. *Regimento do Arquivo Público*. Secretaria do Interior e Justiça. Porto Alegre, 1974, p.2

racionalização e padronização dos procedimentos arquivísticos, economia na utilização do espaço físico, equipamentos e a modernização da gestão pública.

Ao longo desses últimos anos, o Arquivo Público passou a se esforçar para transformar-se no órgão central do sistema, no sentido de realizar e programar as políticas previstas pela legislação, paralelamente as suas atividades internas. Em razão da amplitude do projeto e do número reduzido de arquivistas, a equipe técnica do arquivo elaborou o projeto de implantação do sistema dividido em módulos. O primeiro módulo a ser implantado referiu-se à etapa da classificação das séries documentais, juntamente com a discussão da padronização das espécies documentais e do vocabulário controlado.

2.12 Levantamento e Avaliação

Em 1989, foi criada uma comissão para efetuar levantamento e avaliação dos equipamentos de microfilmagens existentes na administração pública estadual. As perspectivas dessa comissão levaram a outras vantagens adicionais para a centralização dos documentos produzidos e recebidos e armazenados nos diversos órgãos da administração pública estadual. Essa perspectiva ia ao encontro de determinações baixadas pelo governador Pedro Simon [1987-1990], por meio do Decreto nº 33.200, de 05 de junho de 1989.

Uma das experiências na implementação das normas do Siarq ocorreu através da realização de um diagnóstico, desenvolvido em 1992 e 1993, que demonstrou a situação dos arquivos no Poder Executivo estadual. Nesse processo, observou-se o conceito dos arquivos como depósitos, armazenadores de papéis; a eliminação de documentos sem observância de critérios; a falta de servidores para a realização de tarefas ou a falta de preparo dos mesmos; que os serviços de protocolo assumiam, na maioria das vezes, o arquivamento dos processos.

Com base no diagnóstico, a primeira atividade sistematizada foi a avaliação de documentos, conforme a atribuição do decreto que instituíra o Siarq. Com o desenvolvimento desse processo, as normas foram sendo aceitas, os arquivistas foram sendo consultados sobre as questões técnicas e comprovou-se um crescimento profissional de todos os servidores envolvidos com o sistema. Atualmente, alguns órgãos e servidores já possuem conhecimento

para executar as atividades de arquivo de forma consciente e responsável, agindo o Arquivo Público em parceria com os demais órgãos da administração direta.¹⁰²

O envolvimento e a participação dos recursos humanos nessa etapa de implantação do sistema foram imprescindíveis para a implementação das ações e metas. Sobretudo, porque o atual emprego de novas tecnologias depende da contribuição humana, sendo obrigado o ser humano a acompanhar a realidade no processo de modernização para executar suas funções com a competência necessária.

2.13 Estímulo à Pesquisa e Restauro

Nesse processo de atualização, o Arquivo Público passou igualmente a estimular a pesquisa, até então relegada a um plano secundário. A produção de instrumentos de pesquisa adequados (guia do acervo, inventários e catálogos) foi o primeiro passo dado nesse sentido. Preparar a casa para o pesquisador foi a grande prioridade, na procura da modificação da imagem do Arquivo Público perante a sociedade, para que fosse reconhecido não só pelos serviços que presta, mas como uma instituição voltada à pesquisa. Assim, fez-se necessário criar melhores condições para os pesquisadores que buscam subsídios para suas teses, monografias, genealogias e livros. Para dar apoio a esses estudos, montou-se uma biblioteca de apoio à pesquisa, com títulos dos assuntos mais pesquisados, através de doações e permutas, cuja tendência é crescer em número de obras à medida que aumenta as doações.

Em conformidade com a Lei nº 9.433, de 27 de novembro de 1991, o Arquivo Público foi desvinculado da Secretaria do Interior e Justiça e vinculado à Secretaria do Planejamento e Administração, hoje Secretaria da Administração e Recursos Humanos. Em 2009, seu acervo encontrava-se abrigado em dois prédios projetados e construídos no início do século, edificação sólida que se beneficiou de todos os recursos e tecnologia possibilitados pela engenharia da época, mas que ao longo do tempo sofreu a erosão natural. Para preservar esse conjunto arquitetônico de características tão peculiares e de imensurável valor histórico e cultural, em 12 de março de 1991 houve o tombamento pelo Instituto de Patrimônio Histórico.

¹⁰² BERWANGER, Adriana Lampert. *Experiências na implementação de normas para o SIARQ/RS*. Boletim Informativo. Porto Alegre, s/d.

Em 1993, após um rigoroso trabalho, lançou-se o primeiro Guia do Arquivo Público, que possibilita uma visão geral do que é a instituição, do seu acervo e do trabalho que desenvolve. Outro projeto que se destacou nessa fase vivida pelo Arquivo foi o de Conservação e Restauração de Documentos, com o objetivo de preservar e recuperar a documentação existente no acervo em processo de deterioração, em razão da antiguidade e da ação do tempo e de microorganismos.

Com construção iniciada em 1906, quando da gestão de Borges de Medeiros, o Arquivo Público, tido como o maior arquivo da América Latina, necessitava de reformas. Em 2001, ao completar 95 anos de história, pela primeira vez, a instituição teve seus dois prédios restaurados e o pavilhão central reformado. Após dois anos de reformas, a reinauguração dos prédios do Arquivo Público ocorreu em 26 de junho 2001. Inteiramente recuperados, passaram a representar uma inestimável contribuição para a preservação e o resgate da memória do Rio Grande. Os milhares de documentos abrigados em melhores condições constituem um riquíssimo acervo para o estudo de nossa evolução cultural e sociológica.

Considerada a restauração dos prédios do arquivo como acontecimento histórico, o ato de reinauguração simbolizou a reestruturação e a revitalização de sua existência. Mais de dezoito milhões de documentos, registrando mais de 240 anos de vida rio-grandense (1747/1994), oriundos dos três poderes, passaram a integrar o acervo, constituído desde a construção do conjunto arquitetônico que abriga o Arquivo, no início do século 20. Embora, atualmente, dedique-se exclusivamente à guarda da documentação do Poder Executivo, o grande volume de seu acervo pertence ao Judiciário – com processos crimes, inventários, testamentos, escrituras de compra e venda. Outros documentos oriundos dos órgãos do governo do Estado aguardam ser recolhidos relativos à da história contemporânea para que, no futuro, possa ser reconstruída.

Desde 2006, o acervo do arquivo tem sido submetido a um processo de informatização, trabalho em fase inicial, mas que já representa um grande ganho para a sociedade, que poderá ser usufruído em longo prazo. A prioridade da informatização recai sobre os documentos mais pesquisados pelo público, como aqueles relacionados as 21 mais antigas comarcas do Poder Judiciário e às habilitações de casamento do registro civil. O portal, além de oferecer informações genéricas sobre o arquivo e seu funcionamento, vai permitir o acesso sem restrições a 18 milhões de documentos.

TERCEIRO CAPÍTULO

1 A SEGUNDA SEÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

1.1 Emancipação da Segunda Seção do Arquivo Público

Em 1906, constituía-se o acervo do Arquivo Público Estadual dividido em três seções: a primeira, encarregada dos documentos de ordem legislativa e administrativa, da União e do Município; a segunda, dos documentos de caráter histórico e geográfico; e a terceira, do arquivo judiciário. Em março de 1906, o capítulo II do Decreto nº 876 da criação do Arquivo Público identifica essa instituição como a Primeira Seção da repartição recém-criada e enumera os documentos que constituíam o acervo. Na descrição desses documentos, encontra-se a origem do acervo do Arquivo Histórico, que não era sequer mencionado e cuja história, a partir do decreto de 1906, se confundiria com a história do Arquivo Público até 1925.¹⁰³

Para compreender melhor a relação entre os dois arquivos e o processo de emancipação do Arquivo Histórico faz-se necessário acompanharmos três fases. A primeira desde 1906, ainda dentro do Arquivo Público como 2ª seção; a segunda em 1925, passando pela anexação ao Museu Júlio de Castilhos; e, finalmente, como instituição independente, em 29 de janeiro de 1954, com a criação da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. A descontinuidade da administração pública e suas consequências para as instituições culturais geraram momentos críticos enfrentados pelo Arquivo Histórico que serão revelados neste capítulo.

A primeira fase é a de formação do acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, inicialmente pertencente ao Arquivo Público do Estado, órgão da Secretaria de Justiça para constituir uma seção de História. Em funcionamento, logo o Arquivo tratou do recolhimento de acervos em importantes cartórios do Estado, sua catalogação e, principalmente, a extração de certidões dos documentos custodiados, importante fonte de renda para o Estado.

¹⁰³ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *História, publicações e legislação*. Teniza Spinelli (Org.). Porto Alegre: EST Edições, 2005, p. 49.

Entretanto, até 1920, a Segunda Seção do Arquivo Público lutaria contra problemas, como a falta de funcionários e a dificuldade no recolhimento de acervos caracterizados como históricos. Durante alguns anos, apenas um funcionário encarregou-se daquela seção, cujo acervo constituía-se, então, praticamente de documentos reunidos sob a rubrica “Assuntos Militares”. Nessa mesma data, com a remoção do ex-chefe da Segunda Seção, Antonio Gonçalves Moura Monteiro, para a Repartição Central, passaram a funcionar somente duas seções, a primeira e a terceira. Estava, portanto, desativada a Segunda Seção do Arquivo Público. Porém, nesse mesmo ano, o novo diretor do arquivo público, Florêncio de Abreu e Silva [1920 a 1924], implementou importantes mudanças: ampliou o quadro de pessoal; designou a chefia da seção a Eduardo Duarte, que recém ingressava no Arquivo no cargo de cartorário¹⁰⁴; determinou a transferência de valiosos acervos de caráter histórico da Primeira para a Segunda Seção, fez recolher da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal 208 maços de papéis contendo oitenta mil documentos e vinte livros manuscritos, entre os quais um cadastro territorial do Rio Grande do Sul de 1784; recolheu, entre eles, documentação do século 18, incorporada ao acervo sob a rubrica “Administração da Fazenda”. Nessa época, iniciou-se a organização de Biblioteca Histórico-Geográfica destinada a fornecer subsídios à história sul-americana, especialmente do Rio Grande do Sul.¹⁰⁵ Também já prevista no Regulamento de 1913, a publicação da revista do Arquivo Público, destinada à divulgação metódica de memórias históricas, efemérides, catálogos das diversas seções e outras publicações.¹⁰⁶ Em 1923, um importante acervo foi recolhido à Segunda Seção, tratava-se da Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues, adquirida pelo Estado por 25 contos de réis.

Em 06 de setembro de 1925, o diretor do Arquivo Público, Florêncio de Abreu, em relatório apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, referia-se à Segunda Seção da Repartição como: “A seleção de papéis avulsos para classificá-los, catalogá-los sistematicamente, dispô-los e reproduzi-los na “Revista”, constitui um dos mais relevantes serviços da seção.¹⁰⁷

Os diferentes capítulos e artigos do regulamento baixado pelo Decreto nº 1.994, de 1913, dispõem sobre toda a organização do Arquivo Público, instruindo a respeito da catalogação e da preservação dos documentos sob a guarda de cada uma das seções, acesso

¹⁰⁴ Ao cartorário cabia a responsabilidade da guarda e conservação dos arquivos recolhidos.

¹⁰⁵ Relatório do diretor do Arquivo Público apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 1921, no Relatório desta Secretaria, II volume.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *História, publicações e legislação*, 2005. p. 57.

das pessoas a esses documentos, do corpo de funcionários e das suas competências. Baseado nesse regulamento, o Arquivo Público organizou-se e funcionou até 1925.

1.2 O Arquivo Histórico de Portas Fechadas

Em 1925, uma modificação administrativa – Decreto nº 3.527, de 13 de outubro de 1925 – alterou o quadro apenas descrito, subordinando o Museu Júlio de Castilhos à Secretaria do Interior e Exterior, transferindo a ele a Segunda Seção da Repartição do Arquivo Público.¹⁰⁸ Pela primeira vez, então, utilizou-se a denominação Arquivo Histórico, ainda que vinculado ao nome da instituição que o sediava: Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O Decreto Estadual nº 3.528, de 1925, transferiu para o Museu Júlio de Castilhos a Segunda Seção da repartição, com seu respectivo pessoal, dividindo o museu em três departamentos, a saber: Administração, História Natural e História Nacional.¹⁰⁹

O *Museu do Estado* fora criado, em 1903, pelo Decreto Estadual nº 589, de 30 de janeiro, tendo em vista a conveniência de reunir e classificar os “produtos naturais” do Rio Grande do Sul e todos os elementos que podiam ser úteis ao estudo antropológico de seus primitivos habitantes, de colecionar os artefatos indígenas que tivessem qualquer valor etnológico, bem como os produtos de ciências, indústrias e artes modernas e documentos históricos.¹¹⁰ Houve algumas tentativas anteriores de criar um museu no Rio Grande do Sul. Um deles funcionou junto ao Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP), fundado em 1860, extinto em 1863, e que criou um museu em 1862. Além disso, um Decreto Provincial, de 17 de dezembro de 1885, previa a criação de um museu provincial, o que aparentemente não ocorreu. Finalmente, quando da República, por decreto de Borges de Medeiros, então presidente do Estado, criou um *museu antropológico, artístico e histórico*, para abrigar objetos que vinham sendo coletados desde 1901. Segundo a *lenda oficial*, o presidente do Estado, Júlio de Castilhos, teve a idéia de criar um museu a partir da reunião de 360 exemplares de minérios do Rio Grande do Sul, exibidos na Exposição Agropecuária

¹⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. *Decreto n° 3528 de 13 de outubro de 1925*. Anexo B, documento 6.

¹⁰⁹ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. *Leis Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1925*. Porto Alegre, Oficinas gráficas de A Federação, 1926, p. 570. Legislação – código L-680.

¹¹⁰ NEDEL, Letícia Borges. *Breviário de um museu mutante*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, vol.11, n. 23, Jan./Jun. 2005.

Industrial de 1901, em Porto Alegre. A feira, situada no Campo da Redenção – hoje parque Farroupilha – procurava mostrar a viabilidade econômica do estado e de sua capital frente às outras unidades federativas, à época o principal mercado de consumo da produção sulina.¹¹¹

Desde o período de sua fundação até a década de 1920, o Museu pode ser visto como uma instituição predominantemente enquadrada na categoria dos museus de “História Natural”. Em 1925, sua história dá uma guinada com a incorporação da seção histórica do Arquivo Público. O Museu do Estado passa a compartilhar espaço físico e funcionários, do Arquivo Público Estadual – cuja segunda seção, Arquivo Histórico e Geográfico, foi incorporada ao Museu – criando uma situação de extrema funcionalidade para o exercício historiográfico. E o diretor do Arquivo Público, Alcides Maya, nomeado em agosto de 1924, no ano seguinte é transferido para a direção do Museu Júlio de Castilhos, onde permaneceu até sua aposentadoria, em 1939. Alcides Maya foi jornalista, político, contista, romancista e ensaísta, nasceu em São Gabriel, RS, em 15 de outubro de 1878, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 02 de outubro de 1944. Representou o Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados no período legislativo de 1918 a 1921. Integrante do Partido Republicano, sua atividade parlamentar era voltada à preocupação com os problemas da educação e cultura.¹¹²

Nesse mesmo ano, Alcides Maia [1925-1939] toma suas primeiras iniciativas, de fechar a repartição à visitação pública, permitindo o ingresso apenas às pessoas dedicadas aos estudos científicos. Tal medida foi determinada pelo início das obras de remodelação do estabelecimento e adaptação do edifício aos fins do museu.¹¹³ O longo período de reformas determinou que o Museu permanecesse a maior parte do tempo fechado: contribuiu para tal, igualmente, a compra de acervos históricos, que eram escassos, pois a maior parte das peças eram doadas pelo próprio governo. Após 14 anos [1925 a 1939] de portas fechadas à visitação pública, deixando de cumprir sua missão, qual seja de contribuir para o desenvolvimento e para a cultura geral do Estado, o Museu era um simples depósito de coleções incompletas sem finalidade educativa. Esse longo período registrava também a despreocupação das autoridades com a cultura em geral e com a importância de um museu histórico em particular.

¹¹¹ NEDEL, Letícia Borges. *Breviário de um museu mutante*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, vol. 11 n. 23 Jan./Jun. 2005. p. 6.

¹¹² *Alcides Maia*. Biografia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Alcides_Maia. Acesso em: 08 de janeiro de 2010.

¹¹³ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. Relatório do Diretor do Museu Júlio de Castilhos apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior no Relatório da mesma Secretaria de 1926.

Essa circunstância levou críticas agressivas ao diretor do Museu Alcides Maya. Conforme Marlene Almeida, no final da década de 30, o escritor gaúcho Fernando Callage denunciava as condições precárias em que se encontravam o Museu e seu acervo. Visando diretamente a gestão de Alcides Maya, sugeriam que seria preferível que o Museu tivesse um diretor de medíocre inteligência de insignificante cultura, mas trabalhador e de boa vontade, a um intelectual de tão grande valor, mas que não dava nenhuma importância ao cargo que exercia. Alcides Maya refutou a crítica agressiva, publicando quatro artigos – Museu Histórico Júlio de Castilhos, Museu Histórico Júlio de Castilhos II, Programa adiado e Programa adiado II – no jornal *Correio do Povo*. Neles, historiou os antecedentes e a criação do Museu, os planos para adequá-los as suas finalidades e expandi-lo, as constantes dificuldades decorrentes de sua manutenção, acusando finalmente Callage de estar mal informado e formular uma informação equivocada sobre sua conjuntura, além de tê-lo visitado em situação irregular, já que, devido ao fato de estar em obras, não se achava aberto a visitação pública.¹¹⁴

Mesmo com o museu de portas fechadas, o Arquivo Histórico continuou prestando serviços à comunidade, aberto para pesquisas dos interessados, e internamente continuavam com a organização dos documentos, principalmente com os recolhimentos aos acervos dos municípios.

Em 1935, o Museu do Estado e Arquivo Histórico passaram a se subordinar à Secretaria de Educação e Saúde Pública, mas somente oito anos depois seria aprovado seu regimento interno, o qual apenas ratificou uma situação já existente: a divisão do museu em dois departamentos, o de história natural e o de história nacional, que deu origem ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.¹¹⁵

Em 1939, durante o Estado Novo, uma nova fase iniciou-se para o Museu e Arquivo Histórico. Em 23 de março de 1939, pelo Decreto Estadual nº 7.749, foi nomeado Emílio Kemp, médico, jornalista e pedagogo carioca, para a direção do Museu. Emílio Kemp permaneceu até 1950, quando se aposentou. E, em julho do mesmo ano, reabriram-se suas portas para visitação pública. Segundo Nedel, sob o comando daquele, a política de atuação volta-se preferencialmente ao público, ao contrário do que ocorria antes disso, quando a maior parte do expediente era interno e o trabalho dirigia-se principalmente à pesquisa, transcrição e

¹¹⁴ ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo: Alcides Maya 1877 -1944*. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994, p.205.

¹¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. *Leis Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1935*. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Imprensa Oficial, 1938, p. 220. Legislação – código L-717.

catalogação de documentos. Desde então, uma intensa preocupação pedagógica norteia suas atividades, que incluem visitas guiadas para estudantes e exposições, com parte do acervo transferida para as escolas estaduais e particulares.

Nesse mesmo período, em 1940, o Museu e Arquivo Histórico publicaram o “Catálogo Sumário dos Documentos de Administração da Fazenda”; em 1941, o Catálogo dos Documentos sob as rubricas “Autoridades Militares”, “Comando das Armas”, “Jornais e Revistas” e “Livros Manuscritos”; e em 1942, o Catálogo da Mapoteca do Museu Júlio de Castilhos.

Sob nova direção, do historiador e folclorista Dante de Laytano, o museu volta a ser palco de intensos debates intelectuais, reedita sua revista [de 1952 a 1959] e inicia um treinamento para o corpo de profissionais que não contava com formação específica. Essa fase ficou conhecida como período “áureo” do Museu. Com poucas verbas e recursos humanos, o Museu alcançou a dinamização das atividades graças ao acionamento dos vínculos pessoais e profissionais do diretor, um intelectual bastante conhecido dentro e fora do Rio Grande do Sul.

No entanto, com a criação de uma Divisão de Cultura dentro da SEC, em 1954, além de determinar o desmembramento das coleções de arte, história natural e arquivo do Museu, a criação de organismos culturais pela reforma acarretou a introdução, no circuito institucional, de redes de reconhecimento que escapavam ao controle de Laytano. Se até então o Museu Júlio de Castilhos tinha de se haver com um único tradicional competidor pela legitimidade no enquadramento da memória oficial do estado – o IHGRS – a partir da reforma e da incorporação do tradicionalismo à esfera governamental, a disputa tornou-se mais acirrada. A separação do arquivo em si mesma já significou um estreitamento do âmbito de atuação.¹¹⁶

Nos quinze anos que se seguiram, foram preocupações administrativas constantes dos diretores Emílio Kemp [1939 – 1950] e Dante Laytano [1952 – 1960] do museu e arquivo, o aumento do acervo, seu arranjo e divulgação. Durante o governo do Cel. Walter Peracchi Barcelos, foi Secretário da Educação e Cultura o Dr. Luis Leseigneur de Faria, cuja administração foi tida como um desastre para a área cultural, talvez porque tenha passado por problemas de saúde. O Departamento de Ciência e Cultura e suas instituições sofreram desprestígio, falta de verba, falta de material de expediente, culminando em desapropriações de salas, indo ocupar salas em locais dispersos e distantes da Secretaria da Educação e

¹¹⁶ NEDEL, Letícia Borges. *Breviário de um museu mutante*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, vol.11 n° 23, Jan./Jun. 2005, p. 14.

Cultura. Com o Arquivo Histórico não foi diferente, embora não tenha sido preciso mudar de local, foi alvo de críticas e até mesmo *agressões* por não poderem atender os usuários porque não tinham acesso ao acervo. A chave da sala permanecia com o Diretor do Departamento, que ficava a várias quadras do Arquivo Histórico, consequência da ausência de chefia imediata, Paulo Jaures Pedrosa Xavier, afastado do órgão administrativo.¹¹⁷

Em 19 de dezembro de 1944, no fim da ditadura do Estado Novo [1937-1945], o diretor Emílio Kemp, em ofício dirigido a Coelho Souza¹¹⁸, Secretário da Educação e Cultura, insistia na transferência do acervo do Arquivo Público pertinente ao Arquivo Histórico, e que não fora ainda todo repassado, nos seguintes termos:

[...] é óbvio que o material que fazia parte das atividades atribuídas àquela seção deveria ser também transferido para este Museu que foi acrescido da seção do Arquivo Histórico. Acontece, porém, que só parte do referido material, que se compõe de documentos de toda espécie ligados a vida política, administrativa e social do Rio Grande do Sul, foi para aqui trasladado, restando, talvez, a maior parte ainda naquela repartição.¹¹⁹

Em 1947, a Secretaria do Interior confiou à guarda do Museu 321 volumes encadernados contendo toda a correspondência recebida dos ministérios do Império pela Presidência da província. Assim, por meio de transferência de arquivos dos órgãos públicos, doações particulares e compras, enriqueceu-se o acervo do Arquivo Histórico que, em 1950, contava já com preciosos documentos históricos. Outros setores do Arquivo Histórico organizaram-se e enriqueceram nesse período, como a biblioteca, a mapoteca, o setor de fotografias e jornais.¹²⁰

Em 29 de janeiro de 1954, pela Lei estadual nº 2.345, finalmente, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) tornou-se uma instituição cultural independente de outras, subordinado então à Diretoria de Ciências, órgão administrativo da recém-criada Divisão de Cultura, do governo Ernesto Dornelles.¹²¹ Justificou-se a criação desta e de outras instituições do gênero – Museu de Ciências Naturais, Discoteca Natho Henn, Instituto Estadual do Livro,

¹¹⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL: história, publicações e legislação, 2005. p. 30.

¹¹⁸ José Conceição Pereira Coelho de Souza nasceu em Porto Alegre, em 1898. Advogado, político, jornalista, ensaísta, conferencista, foi historiador e sociólogo. Secretário da Educação e Cultura do RS (1937-1945). Deputado estadual, deputado federal e embaixador extraordinário.

¹¹⁹ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL: história, publicações e legislação, 2005. p. 60.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. *Lei nº 2345, de janeiro de 1954*. Legislação – código L -791.

Biblioteca Pública Infantil, entre outros – como uma medida necessária para desafogar o museu, assoberbado até então com acervos de diferentes procedências.¹²²

O Museu Júlio de Castilhos surgia, finalmente, antecedido pelo menos por duas tentativas locais de criação de museus provinciais, outras duas tentativas de fundação de institutos históricos e geográficos e, ainda, de um arquivo, durante o Império. De fato, foi somente com o advento da República que o problema da ausência de órgãos destinados à guarda dos vestígios materiais da *província* pôde ser superado, com a instalação de museus, arquivos e de um Instituto Histórico patrocinados pelo executivo estadual. A instalação do Museu do Estado, em 1903, seguida pelo surgimento da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, em 1906, representaram o primeiro passo nesse sentido.

1.3 As Acanhadas Dependências do Arquivo Histórico

No âmbito administrativo, desde sua “emancipação” como organismo autônomo, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul passou por diversas instalações, ao contrário do Arquivo Público, que teve seus prédios projetados exclusivamente para a guarda de documentos em sede própria. A descontinuidade da administração pública e suas consequências para as instituições culturais fizeram com que o Arquivo Histórico vivesse momentos críticos. O arquivo mudou, adaptou-se, reestruturou-se ao longo de quase 50 anos [1955 – 2005].

Julgamos importante compreender o contexto político pelo qual o Rio Grande do Sul passou para entendermos a localização do Arquivo Histórico e de sua passagem por vários prédios, de suas mudanças de sede, de suas vicissitudes e projetos arquitetônicos frustrados, até a definição de sua essência e coração do Memorial do Rio Grande do Sul.

Até 1960, o Arquivo Histórico manteve-se em dependências acanhadas do Museu Júlio de Castilhos, na Rua Duque de Caxias, nº 1205 e nº 1231, no porão e subsolo, local de grande umidade e pouca ventilação, portanto, impróprias para conservação de documentos e para acesso aos pesquisadores.

¹²² RIO GRANDE DO SUL. AHRs. *Lei nº 2.345, de 29 de janeiro de 1954*. Dispõe sobre a criação e organização da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

Com a criação da Divisão de Cultura, todos os organismos novos foram instalados em um edifício na esquina da Rua Pinto Bandeira com a Rua da Praia, alugado pelo governo, permanecendo ali até o término do contrato. Então, a próxima moradia foi a nova sede administrativa do Arquivo Público, na Rua Riachuelo, nº 1031, recentemente construída, e que o colégio Júlio de Castilhos tinha ocupado, em 1952, após o incêndio.

Durante o governo estadual de Leonel Brizola [1955 – 1963], foram destinadas ao Arquivo Histórico outras instalações no prédio sede da Secretaria de Educação, na Rua Carlos Chagas, nº 55. O acervo documental estava armazenado em uma sala grande do 11º andar da Secretaria da Educação e Cultura, na qual os funcionários não tinham acesso ao acervo. Os pesquisadores recebiam o material de pesquisa do próprio diretor do Departamento. Não havia uma sala para o pesquisador fazer suas consultas: apenas um dos funcionários cedia sua mesa de trabalho, ou, quando o pesquisador era de confiança do diretor, ficava na mesa da direção.¹²³

A seguir, o Arquivo foi transferido para um casarão na Rua André Puente, nº 318, uma moradia unifamiliar alugada para tal, que demandava constantes reformas devido às infiltrações e à constante presença de insetos. O local não oferecia segurança e nem condições ideais para conservação do acervo, pois, por algumas vezes, os problemas de infiltrações molharam os papéis e documentos do Arquivo. Entretanto, os pesquisadores, que aumentavam em número, sobretudo com a organização dos primeiros cursos de pós-graduação em História, eram atendidos com deferência e prontidão pelos funcionários.

A situação agravou-se quando o Departamento de Ciência e Cultura transferiu-se para o prédio da Secretaria de Educação, nele permanecendo. Contudo, o Arquivo Histórico, por se encontrar afastado do órgão ao qual se subordinava, permanecia fechado para o atendimento normal dos pesquisadores. Para piorar a situação, a mudança de governo, em 1971, provocou uma reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e a criação do Departamento de Assuntos Culturais no lugar do antigo Departamento de Ciências e Cultura. Essa nova realidade foi acompanhada, mais uma vez, pelo fechamento temporário de muitos órgãos culturais da SEC, entre eles o Arquivo Histórico. Em fins de 1971 e princípio de 1972, durante a ditadura militar [1964-1985], o Arquivo Histórico encontrava-se desativado e acéfalo, e seu acervo encontrava-se “sem vigilância de seus funcionários, no prédio da 12ª

¹²³ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. Ofício do Diretor AHRs, Dr. Paulo Xavier, para o Diretor do Boletim da Biblioteca do Exército, Cel. Humberto Peregrino Seabra Fagundes, de 3 de junho de 1960.

DRE, na Rua André Puente, nº 318”.¹²⁴ Essa situação culminou em uma política de pressão por parte de estudiosos, pesquisadores e intelectuais, preocupados com a situação em que se encontrava o Arquivo. Alguns intelectuais de conceito, entre eles, procuravam com insistência documentos do Arquivo Histórico. Tais solicitações chegaram ao gabinete do governo, que se viu em *apertos*. Dessa forma, aos poucos, os resultados foram aparecendo.

Todavia, em 1972, uma nova fase iniciou-se com a contratação de funcionário para o serviço de catalogação do acervo, de acordo com o Ofício nº 002/72, do diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o *coronel* Moacyr Domingues, para a diretora do Departamento de Assuntos Culturais, professora Antonieta Baron:

Cerca de $\frac{3}{4}$ partes do acervo documental, uns 450 mil documentos, permanecem praticamente inacessíveis à consulta, [...], se um dos objetivos do Arquivo Histórico é a difusão de cultura histórica, obviamente é indispensável que seu riquíssimo acervo seja posto [...] ao alcance das entidades e pessoas interessadas, do contrário, como presentemente ele não deixará de ser pouco mais do que um depósito de documentos.¹²⁵

Até aquele momento, o Arquivo era entendido como “arquivo morto”, sem razões para o seu funcionamento e permanência de quadro técnico-administrativo.

Na opinião do engenheiro, arquiteto, artista plástico e historiador Riopardense Macedo, ex-diretor do Arquivo Histórico [1987-1991], na classificação geral dos arquivos, o Arquivo de Custódia ou Arquivo Histórico, foi por muito tempo chamado de “arquivo morto”, algumas vezes com certo acento de desprezo, que insinuava definitiva inutilidade. Parece, no entanto, que essa inclinação tendeu a desaparecer – hoje existem mais pessoas com o mínimo de entendimento dos valores que envolvem o patrimônio cultural da sociedade. O Arquivo Histórico, ou de Custódia, corresponde à “terceira idade” dos papéis; os outros dois em que eles permanecem são o Arquivo Corrente e o Arquivo Intermediário, correspondendo aos períodos em que ainda sobrevive o interesse do produtor do documento ou de seus descendentes. É fácil concluir que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, é o Arquivo Histórico o menos morto dos três, pois reúne os papéis da *terceira idade*, isto é, quando

¹²⁴ RIO GRANDE DO SUL. AHRs: histórias, publicações e legislação. Depoimento de Maria Helena Pena Ghislenti, ex-diretora do AHRs. Porto Alegre: EST Edições, 2005, 159 p.

¹²⁵ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. Ofício nº 002/72 de 10 de abril de 1972 do Diretor do AHRs, Cel. Moacyr Domingues, para a Diretora do Departamento de Assuntos Culturais, profa. Antonieta Barone.

deixam de interessar aos que os produziram e passam a interessar a todos os cidadãos.¹²⁶ Essa inclinação tende a desaparecer, embora ainda existam pessoas e governos que não valorizam os arquivos em geral. Mesmo com as inovações de trabalho nos arquivos, sua expansão e também as destacadas publicações de livros e Anais, o arquivo é visto, ainda hoje, como uma instituição de inútil por muitas autoridades governamentais, em claro depoimento sobre as mesmas.

Uma vez montadas as estantes e acomodado o acervo, passou-se à ordenação e ao empacotamento imediato dos documentos, e, em 17 de novembro de 1972, finalmente, o Arquivo foi aberto oficialmente ao público.¹²⁷

No entanto, em 1993, o casarão da Rua André Puente chegara ao seu limite. Já prevendo novas instalações, naquele ano, o Arquivo mudou-se às pressas devido a uma forte chuva que o inundou literalmente, molhando grande parte do acervo. O espaço emergencialmente obtido pelo governo Alceu Collares [1991-1995], na direção do Miguel Duarte, arquiteto e secretário executivo do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), foi no 6º andar da Galeria Di Primio Beck, na Praça da Alfândega, foi inaugurada a nova sede, em 24 de agosto de 1994. Mais uma vez, o Arquivo não estava em local adequado, era de difícil acesso ao pesquisador e com horários estipulados pela convenção do condomínio.

Logo, a localização do Arquivo apresentou um sério problema, o peso da documentação estava abalando as estruturas da galeria! Mais uma vez, era hora de buscar um novo local, pois agora o Ministério Público solicitava mudança urgente, sob pena de instaurar processo judicial. A maioria dos locais não eram apropriados, pois necessitavam de reforma. Da Galeria Di Primio Beck, o Arquivo foi instalado na Rua Cristóvão Colombo, nº 1.374, no térreo e na sobreloja de um prédio sem condições técnicas de funcionamento. Em 2001, apareceu uma fissura no piso da sobreloja, o que obrigou a fechar o Arquivo outra vez. Então, o Arquivo muda-se para os espaços do prédio do Memorial, até as salas estarem prontas para os depósitos do acervo. O Memorial do Rio Grande do Sul foi um projeto do Governo do Estado, em parceria com os Correios e Telégrafos, Fundação Roberto Marinho, RBS, Banco Real e Souza Cruz. O projeto original era de mais espaços para o Arquivo, mas durante o governo de Olívio Dutra foi modificado, e os demais governos seguiram o mesmo modelo. Mais uma vez, a instituição era incompreendida pelas chamadas autoridades públicas.

¹²⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL: história, publicações e legislação, 2005. p. 37.

¹²⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL: história, publicações e legislação. Depoimento de Maria Helena Pena Ghislani, ex-diretora do AHRS. Porto Alegre: EST Edições, 2005, p.64.

Como instituição cultural, o Arquivo Histórico não só precisa se expandir como se modernizar. Por isso, o Memorial fica com a parte da exposição e o arquivo alimenta as atividades do Memorial, apresentando mostras de acontecimentos, curiosidades gráficas, etc. sobre a história do Rio Grande do Sul.

O Arquivo Histórico possui um acervo de cerca de cinco milhões de documentos que procedem, em sua maior parte, do Poder Executivo. São documentos avulsos e códices que constituem os seguintes fundos documentais: *correspondência dos governantes do Rio Grande do Sul [ativa e passiva], imigração, terras e colonização, indígenas, instrução pública, junta comercial e conservatória do comércio, Justiça, legislação, obras públicas, órgãos fazendários, secretarias de estado, polícia, estatística, consulados e legações, eleições, autoridades municipais, autoridades militares.*

Com relação a seu acervo, o trabalho vem sendo enriquecido mediante a incorporação, por meio de doação, transferência e aquisição, de arquivos provenientes do setor público e de coleções particulares, adquiridas pelo Estado e incorporadas em parte ao Arquivo Histórico. Tem sido intensa também a atividade do Arquivo no que se refere à divulgação do acervo, feita através das seguintes publicações: *Guia do acervo e inventário sumário dos códices da coleção descritiva do acervo AHRS; Falas e relatórios dos presidentes da Província do Rio Grande do Sul [1835 – 1869]; Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha; A publicação de documentos históricos no AHRS; Cronologia da Revolução Farroupilha, etc.* Além destas e outras publicações, a divulgação do acervo é realizada através dos *Anais do AHRS*.

A documentação, por ora, é constituída de originais sem nenhum tipo de reprodução. O suporte papel é frágil e o tempo, as pragas e o manuseio irresponsável aceleraram o processo natural de deterioração dos exemplares. O projeto de restauração, digitalização e disponibilização em suporte eletrônico do acervo do AHRS resultará na preservação da história do sul do Brasil, sua fácil acessibilidade e servirá, também, como referência de consulta e estudo para pesquisadores de todo o mundo.

Em virtude de crises orçamentárias consecutivas e históricas, e da já assinalada incompreensão sobre a importância da cultura, os governos do Estado do Rio Grande do Sul dotam tradicionalmente o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul de pouca receita, haja vista a quantidade de funcionários destinada a cumprir com a função primordial do AHRS –

guardar e conservar seu acervo. Ademais, a grande quantidade de documentos à espera de intervenções totais ou parciais de restauração é significativa.¹²⁸

No dia 29 de janeiro de 2004, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul comemorou cinquenta anos de uma das suas etapas de organização, quando se tornou uma instituição independente do Arquivo Público, projeto republicano de 1906.

1.4 Divisão Histórica: Arquivo Público, Arquivo Histórico

Observando o que ocorreu no passado a respeito do destino da documentação produzida pelo Estado, constatamos que o crescimento da documentação provocou a construção de dois pavilhões próprios para o Arquivo Público e a desanexação das seções de Estatística e Biblioteca, que passaram a constituir repartições independentes. Outras medidas foram tomadas, como a divisão da Primeira e da Segunda Seções do Arquivo Público, que passaram a constituir organismos autônomos, deixando de compartilhar o mesmo espaço.

Por causa desse sistema, o Arquivo Público divide com o Arquivo Histórico a guarda dos documentos do Estado de 1929 a 1975. Esse grave erro, no que se refere à arquivística, ou seja, a divisão em dois arquivos, que ocorre igualmente no estado de Goiás, cria dificuldades ao público e à organização da documentação. Ele se originou de ação do Estado que organizou, separou, trocou de lugar, criou plano geral sem planejamento ou consulta às pessoas envolvidas na gestão e utilização dos arquivos.¹²⁹ Há quem seja contra e há quem seja a favor da divisão. Os que são contra defendem a ideia de que é melhor as seções dos arquivos estarem juntas, se possível no mesmo prédio, atendendo o princípio da racionalização e da continuidade da tarefa de busca de dados, de consulta e pesquisa. Para outros, a unificação poderá levar a alguns enganos, confusões, até mesmo, é sinal de retrocesso, porque, se há necessidade de um documento do poder executivo, a pesquisa deverá ocorrer no Arquivo Histórico, se há necessidade de um documento do judiciário, a pesquisa deverá ser feita no Arquivo Público. As tentativas de união ocorreram fortemente até 1954 quando da emancipação do Arquivo Histórico. Em 2000, a direção do Arquivo Público e Arquivo

¹²⁸ Informação obtida no *site* da Secretaria de Estado da Cultura do RS. Disponível em: <http://www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=arq_hist>. Acesso em: 12 abr. 2008.

¹²⁹ ISOPPO, Fernando. *Este vai ser o ano do Arquivo Público*. Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 26 fev. 1999, p. 32.

Histórico, juntamente com a direção de outras instituições como Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul e Universidades (cursos de História e Arquivologia), reúnem-se a fim de definir a situação da documentação existente nos dois arquivos.¹³⁰

Em 2002, foi assinado um protocolo de intenções entre o Arquivo Público e o Arquivo Histórico, o qual define a situação de cada um dos arquivos e o tratamento a ser dado à documentação. Esse protocolo tem como objetivo definir a localização de guarda e periodização dos acervos públicos do Executivo do Estado do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o Arquivo Histórico do RS, tem como função primordial a guarda e a conservação da documentação histórica de origem pública e privada. Seu acervo remonta aos primeiros anos de ocupação efetiva do solo rio-grandense pela Coroa Portuguesa. Além da documentação proveniente das várias funções exercidas pelo Poder Público, o AHRS destaca-se pelos arquivos particulares recebidos através de doação ou compra, como por exemplo: Borges de Medeiros, Sinval Saldanha, João Neves da Fontoura, Francisco Brochado da Rocha, Alfredo Varela e outros. Além disso, existe farta documentação sobre a colonização do estado por imigrantes.¹³¹ E por sua vez, o Arquivo Público do Estado do RS, tem por objetivo precípuo a guarda, a manutenção e a disponibilização do acervo, a fim de que a comunidade tenha um acesso rápido e facilitado aos documentos. Isso tudo demanda atividades que vão desde a restauração, recuperação e encadernação de documentos; microfilmagem; disponibilização de sala de microfilme de segurança; elaboração de instrumentos de pesquisa; organização e descrição de acervos; informatização; estudos históricos; além de atendimento ao cidadão e aos pesquisadores.¹³²

¹³⁰ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL: história, publicações e legislação, 2005. p. 37.

¹³¹ *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=arq_hist>. Acesso em: 06 jan. 2010.

¹³² *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=apresentacao>>. Acesso em: 06 jan. 2010.

QUARTO CAPÍTULO

1 PROJETO DE ORDEM E PROGRESSO

1.1 O Poder e a Arquitetura no Mundo

Ao longo da história, observamos que os prédios do governo refletem suas atividades projetos e ambições. O Estado e as classes dominantes tentam demonstrar sua superioridade pela grandiosidade de suas obras arquitetônicas. Por volta do ano 3.100 a.n.e., o rei Menes iniciou uma das maiores civilizações da época ao unir os reinos do Alto com o Baixo Egito. A partir de então, os historiadores costumam dividir a história do Egito em três períodos distintos, cada um deles com suas conquistas e suas monumentais pirâmides. A fusão da política e da religião na pessoa do Faraó conferia a estabilidade necessária para o bom funcionamento e progresso da sociedade egípcia. Terras, riquezas e bens eram tidos como propriedade iminente do Faraó. Inicialmente, ao morrer, o Faraó seria enterrado com todos seus bens, familiares e empregados, que seriam utilizados em sua vida extra física. Assim acreditavam. Para isso, construíram colossais pirâmides, para a glorificação da civilização egípcia através da glorificação do poder de seus faraós.¹³³

O centro mundial do Catolicismo, o Vaticano, tem na Basílica de São Pedro seu símbolo maior. Ela não foi construída como expressão de religiosidade ou louvor à Divindade, mas como demonstração de poder da Igreja como instituição.

Na Alemanha hitlerista, os prédios do governo adotavam o neoclassicismo grego-romano em referência indisfarçável da arrogância e do poder próprios da pretensa política e da superioridade do povo alemão e perpetuidade do regime, que se manteve por pouco mais de uma década. Os prédios monumentais simbolizavam os sonhos de eternidade do Terceiro Reich, nos projetos megalômanos de Hitler e seus epígonos.¹³⁴

¹³³ ARAUJO, J. R. Arquitetura e poder. Disponível em: <www.ideariumperpetuo.com/arquitetpoder.htm>. Acesso em: 17 de jun. 2009.

¹³⁴ ARAUJO, J. R. Arquitetura e poder. Disponível em: <www.ideariumperpetuo.com/arquitetpoder.htm>. Acesso em: 17 de jun. 2009.

As soluções encontradas em Paris, Londres, Nova York, centros da ordem capitalista, para enfrentar os problemas do crescimento, da saúde pública, dos transportes urbanos, do comércio, entre outros, são exportadas para diferentes partes do continente, embora nem sempre compatíveis com as culturas e peculiaridades econômicas locais, ocasionando algumas situações no mínimo curiosas.¹³⁵ Em 1931, em Nova Iorque, foi construído o primeiro edifício com mais de cem andares, um assombro à época, em demonstração-registro de pujança econômica que se acreditava sem limites. Os grandes prédios projetados para o alto simbolizam o orgulho e a agressividade do *ego capitalista*.

No Brasil, centros urbanos como São Paulo são verdadeiras florestas de concreto com prédios de dimensões gigantescas, o que ilustra a tendência arrogante e agressiva típica de demonstração de poder, nesse caso também de poder econômico.

O poder encontra-se, assim, espacialmente representado nos mais diferentes níveis de escalas, desde o global até o pontual. Chama a nossa atenção, sobretudo, a escala urbana, nível privilegiado de disposição de objetos arquitetônicos e de planos organizadores do espaço, denotadores de mudanças políticas, sociais e econômicas importantes.¹³⁶

O autor José Mauricio Alvarez, citado por Cristiane Moreira Rodrigues, por sua vez, no ensaio “Arquitetura Monumental e Vontade de Potência”, mostra que a carga simbólica da arquitetura monumental tem servido como publicidade para o poder de governantes e ideologias dominantes, havendo, assim, uma “[...] coordenação para permitir o triunfo da articulação entre a vontade, a forma e o significado”. Esse autor, aliás, inspira-se em Nietzsche, que considerava a arquitetura “[...] uma espécie de eloquência do poder”. Também Adrian Tinniswood apresenta o desejo de expressão de poder via arquitetura monumental por governantes de todos os períodos, chegando até o final do século 20, em que mais do que os governos, são as grandes corporações empresariais as responsáveis pelas construções expressivas.¹³⁷

No período da industrialização, as pessoas ligadas a ela traduziam o seu poder não somente, mas principalmente na arquitetura. Utilizavam o que de mais novo existia em tecnologia em suas construções, juntamente com referências a estilos do passado, o ecletismo. Ele foi prontamente adotado pela burguesia, já que bem atendia aos seus desejos e necessidades – modernidade, progresso, conforto, melhoria no padrão de vida. Os

¹³⁵ COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: A arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 15.

¹³⁶ RODRIGUES, Cristiane Moreira. *Cidade, Monumentalidade e Poder*. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/65>. Acesso em 18 de maio de 2010.

¹³⁷ *Ibidem*.

equipamentos e serviços urbanos como hotéis de maior porte, grandes lojas, escritórios, bolsas de valores, bancos, teatros, sedes de governos, repartições públicas foram construções privilegiadas pelo novo estilo, que se tornou um grande modismo. A arquitetura passava a ser, naquele momento, um instrumento de demonstração de poder de uma classe social.¹³⁸

A arquitetura é o espelho do poder. É a maneira que o poder tem de dizer para a sociedade que é e como é forte. As construções residenciais mais ostentosas, mais ricas, mais pretensivas de uma cidade, os palácios, as mansões, as moradias mais suntuosas são das famílias mais poderosas, economicamente falando. O mesmo ocorre com os edifícios institucionais que, no passado, eram as igrejas e, hoje, são os bancos. Uma cidade com casas e prédios ambiciosos é uma cidade com dinheiro. Cidade rica é cidade poderosa.

1.2 As Transformações da Arquitetura no Brasil durante o Século 19

Antes de abordarmos o processo de construção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), é necessário recuperar, muito sinteticamente, a trajetória da arquitetura no Brasil, em especial durante os primeiros anos da República, pois esteve intimamente ligado ao movimento político então em ascensão.

Até por volta de 1870, no Brasil, predominou uma arquitetura de influência neoclássica, no geral difundida pela Missão Francesa e pela Academia Imperial, após a chegada da Família Real, em 1808. Essa Arquitetura alcançou elevados padrões de correção formal e construtiva, considerando-se a realidade do país, um império escravista de grandes planadores rurais – boa parte dos recursos para a sua produção e uso eram importados do continente europeu.¹³⁹

A origem do neoclássico no Brasil é identificada geralmente com a contratação da Missão Cultural Francesa, chefiada por Lebreton, chegada ao Rio de Janeiro de 1816. O objetivo de dom João VI era utilizar os mestres europeus para estabelecer no país uma Escola

¹³⁸ TEPERINO, Luciana. Arquitetura e símbolos de poder e riqueza. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/humanities/1645611-arquitetura-s%C3%ADmbolos-poder-riqueza/>. Acesso em 29 de maio de 2010.

¹³⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva S.A, 2000, p. 113.

¹³¹ *Ibidem*. p. 54

¹³² MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo*. Ob.cit.

¹³³ COSTA, Cacilda Teixeira da, *O sonho e a técnica*, 2001, p.53-54.

¹³⁴ *Ibidem*. p. 54

Real de Ciências, Artes e Ofícios que promovesse e difundisse a instrução e os conhecimentos indispensáveis no Brasil, agora centro do novo império lusitano.¹⁴⁰ Portanto, as principais obras eram dirigidas por arquitetos europeus, que traziam novos recursos de construção, sobretudo, uma nova maneira de construir.

Principalmente no processo de reprodução das obras paradigmáticas traçadas pelos grandes mestres, com destaque para as levantadas na Corte, as novas construções que se espraiavam pelas capitais e pelas aglomerações provinciais, adaptavam-se aos materiais rústicos, à mão-de-obra em grande parte escravizada, aos costumes, gostos e necessidades das classes proprietárias locais, intimamente vinculadas à ordem escravista, gerando um padrão neoclássico de grande singularidade e similitude, devido à unidade escravista colonial do Brasil.¹⁴¹

Era natural que se repetissem esquemas de fins do século 19, revelando um passado ainda recente com o trabalho escravizado e com esquemas rígidos dos tempos coloniais. Os edifícios, as casas e as vilas operárias constituíam inovações, mas continuavam a utilizar formas de relacionamento características de épocas anteriores.¹⁴²

De fato, a abolição da escravatura, em 1888, e a instalação da República, em 1889, não foram suficientes para que o país alcançasse rapidamente condições de valorização ou melhoria de padrões de mão-de-obra, ou para que transformasse a estrutura econômica em um sentido industrial dominante.¹⁴³ No que se refere à arquitetura, os primeiros anos da República foram marcados por poucas mudanças de importância.

Com o início do desenvolvimento industrial, ocorreram as primeiras transformações tecnológicas de importância no país. Logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os esquemas de implantação de arquitetura urbana brasileira sofreram transformações significativas que romperam com a forte unidade arquitetônica do Império. Foi a época da verticalização do crescimento urbano nas áreas centrais das grandes cidades.¹⁴⁴ Os primeiros agentes sociais dessas transformações, membros das camadas sociais urbanas em ascensão, atuavam sob a influência do positivismo e do ecletismo arquitetônico.

Já na segunda metade do século 19, algumas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife, Santos, São Paulo, Manaus e Salvador, assinalavam intervenções modernizadoras em

¹⁴⁴ Ibidem. p. 64.

suas infraestruturas, à maneira das metrópoles européias. As decorações e as técnicas repetiam os sucessos de Paris.

Assim, é possível reconhecer que as tendências da arquitetura brasileira da segunda metade do século 19 encontravam apoio em duas correntes, da maior importância do pensamento brasileiro da época: de um lado o positivismo, procurando estimular o desenvolvimento e o amadurecimento tecnológico do País, criando condições de receptividade para todos os aspectos da tecnologia da era industrial; e, de outro, o Ecletismo, propondo uma conciliação que facilitava essa transformação, assimilando as inovações aos padrões anteriores.¹⁴⁵

1.3 A Arquitetura Sulina sob Influência do Positivismo

A história do Rio Grande do Sul é relativamente recente – os primeiros colonizadores a fundar uma cidade propriamente dita, Rio Grande, foram administradores, soldados, colonos e cativos chegados, sobretudo, do Rio de Janeiro, em 1737. A chegada de famílias de colonos açorianos, nos anos 1750, quando do Tratado de Madrid, ensejou o fortalecimento e a fundação de várias aglomerações urbanas, principalmente no vale do rio Jacuí, com destaque para o Porto dos Casais, futura Porto Alegre. De um século a outro, o pequeno povoado tornou-se capital da província e vila e, em 1822, com a independência do país de Portugal, cidade.¹⁴⁶

¹⁴⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva S.A, 2000, p. 185.

¹⁴⁶ *História de Porto Alegre*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Porto_Alegre>. Acesso em: 11 jan. 2010.



Figura 1 – Mapa do Brasil identificando o Estado do Rio Grande do Sul.

Na virada do século 19 para o século 20, Porto Alegre vivia um momento cultural muito importante. A proclamação da República, em 1889, espalhou sementes culturais em um solo vivificado por uma nova ordem estatal, permitindo que importantes projetos da política administrativa do antigo regime, que jamais haviam saído do papel, fossem finalmente realizados.

No Rio Grande do Sul, com a consolidação do Partido Republicano Riograndense (PRR), de cunho positivista, José Montauray de Aguiar Leitão assumiu, em 1897, a Intendência da capital. A continuidade do PRR na administração local e deste intendente no poder, entre 1897 e 1924, marcariam o processo inicial de reurbanização de Porto Alegre.¹⁴⁷

¹⁴⁷ ABREU FILHO, Silvio Belmonte. *Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre*. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 32.



Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul identificando a capital gaúcha, Porto Alegre.

As estratégias do PRR visavam à modernização física da capital, que crescia significativamente de importância no contexto da nova ordem política. O Estado castilhistamente pretendia ser racional, científico, modernizante. Organizava-se, sobretudo, como representação de novo bloco político-social, fortemente ancorado na capital e no norte do RS, pró-burguês, pró-capitalista, voltado para diversificação da produção, antes centrada na produção pastoril-charqueadora.¹⁴⁸ O saneamento, o equipamento e o embelezamento da região central da capital, por meio de um “Plano de Melhoramentos”, constituía verdadeira materialização do projeto republicano castilhistamente. A expressão “melhoramentos”, desde o final do século 19, designava uma ação planejada de intervenção em obras de saneamento, abertura de praças, alargamento e extensão de vias, precedendo uma urbanização que só seria introduzido na segunda década do século 20.¹⁴⁹

Os anos 20 foram marcados pela reforma urbana do centro da capital e pela forte expansão urbana e suburbana. O PRR materializou seus ideais na legislação, especificamente no Plano Maciel¹⁵⁰, em 1914. Esse plano foi descrito e analisado pelo Relatório do Plano Geral de Melhoramentos e Orçamentos, sob o título “Melhorar a Cidade Conservando”, correspondendo às novas condições de desenvolvimento econômico e urbano da cidade.

¹⁴⁸ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: A República Velha*. Passo Fundo: EdiUPF, 2006. p. 41.

¹⁴⁹ LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional*, In BRESCIANI, MS. *As Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001, p. 82.

¹⁵⁰ João Moreira Maciel, engenheiro arquiteto de Porto Alegre, convocado pelo intendente José Montauray de Aguiar Leitão para compor a *Comissão de Melhoramentos e Embelezamento da Capital*.

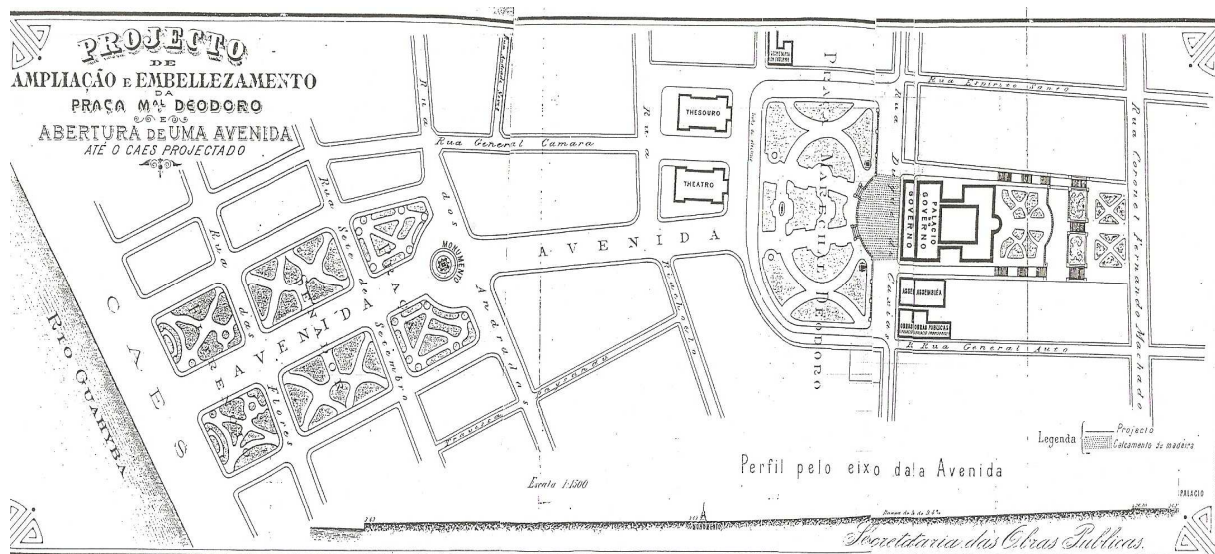


Figura 3 – Projeto de Ampliação e Embelezamento da Praça Marechal Deodoro -Plano Geral de Melhoramentos, 1914. Fonte APERS.

Naquele tempo, com menos de 75.000 habitantes, Porto Alegre mantinha muitas de suas características de cidade colonial e imperial brasileira. Eram precárias as condições sanitárias, viárias e de infraestrutura.

Entre 1900 e 1910, o crescimento do estado e da capital foi impulsionado também pela imigração. Era necessário adequar a velha cidade às novas condições do que se considerava uma capital moderna, como acontecia nas principais capitais do país.

A nova ordem política republicana trouxe a necessidade/possibilidade de reorganizar a divisão social em outras bases, entre outras formas por meio de um processo de segregação dos espaços sociais urbanos de habilitação e de trabalho. Uma nova arquitetura monumental, de influência eclética, surgiu no centro da cidade, com a construção de prédios públicos, como o dos Correios e Telégrafos, da Alfândega, da Intendência, e posteriormente, o Palácio Piratini, a Catedral Metropolitana, o Arquivo Público e a Biblioteca Pública. O mesmo ocorreu em relação a prédios privados, como os de vários bancos regionais, hotéis, cafés, confeitarias e cabarés sofisticados, para o desfrute das classes proprietárias, da burguesia comercial e industrial em ascensão.¹⁵¹ Este foi um período em que Porto Alegre começou a tomar ares de *metrópole*.

Em 1910, a população da cidade chegava a 115 mil habitantes – Porto Alegre passou a pertencer, portanto, ao seletto grupo das cidades entre cem e duzentos mil habitantes. Entre

¹⁵¹ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre no século XX: crescimento urbano e mudanças sociais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 51.

1910 e 1940, Porto Alegre vive um “surto imobiliário”, fazendo referência ao número de prédios públicos, empresariais e particulares, cerca de quinhentos em construção.¹⁵² Alguns desses prédios que resistiram à destruição posterior comandada pela especulação imobiliária ainda hoje despertam nossa atenção e seduzem-nos literalmente.

Era um novo cenário que se materializava na execução de obras particulares e públicas concebidas num período de transformações importantes que sucedia no mundo da arquitetura. O momento era de reprodução de modelos existentes na Europa, mas que estivessem alinhados com as filosofias de governo. O pensamento que imperava era proveniente da filosofia de Comte e as manifestações arquitetônicas sempre se desenvolviam nesse sentido.¹⁵³ Iniciava-se, então, um processo de formação cultural e produção institucional positivista presente na mente dos líderes do estado sulino.

A transição entre esses dois séculos demonstra a transformação panorâmica no Rio Grande do Sul naquele momento – o surto industrial e o entendimento da arquitetura que caracterizavam o extremo sul do Brasil dos anos 1890 até o ano 1920.

Hoje, o centro da cidade de Porto Alegre é um misto da arquitetura de alguns exemplares do século 20, entre 1900 e 1930, e de edificações modernistas da arquitetura contemporânea.

1.4 Os Palácios do Governo

Vinte anos após sua elaboração, a implantação do Plano de Melhoramentos dava-se de forma progressiva, marcada pela reforma urbana no centro e pela expansão urbana e suburbana, devido ao período de continuidade administrativa dos governos do PRR e, relativamente, de seu sucessor, o PRL, após 1932. Primeiramente, pela longa administração de José Montauray (1897 a 1924), criticada muitas vezes pela lentidão na implantação de melhoramentos urbanos devido aos escassos recursos do município, e pela administração conservadora, obediente aos princípios positivistas de não endividamento da administração.¹⁵⁴

¹⁵² MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade, a construção do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 36.

¹⁵³ PONTES, Marcelo. *Linguagem e composição da arquitetura institucional em Porto Alegre – 1890 a 1920*. Porto Alegre, 2005, p. 1-18.

¹⁵⁴ *Ibidem*. 2005. p. 56.

Ao contrário do predecessor, o engenheiro Otávio Rocha governou Porto Alegre de 1924 a 1928, no entanto sua administração foi marcada por grandes melhoramentos, especialmente na área do Cais do Porto, em Porto Alegre, visando à modernização da paisagem urbana. Com a morte de Otávio Rocha, antes de terminar o mandato, assumiu a intendência Alberto Bins, de 1928 a 1937, dando continuidade às obras no centro da cidade e incentivando fortemente a expansão urbana. Por fim, as práticas políticas e a ideologia positivista dos três intendentess dentro da filosofia “conservar melhorando” trouxeram à capital, com destaque para o seu centro, os padrões de modernização urbana da época. Por várias décadas, transformaram fisicamente a cidade, deixando traços permanentes até os dias de hoje.

Nesse período de melhoramentos, de 1897 a 1930, pôde-se acompanhar a reforma da cidade legada pela hegemonia absoluta do PRR, que implementou seu plano de modernização e embelezamento da capital. Um período de criação de alguns serviços, infraestruturas e edifícios públicos, impulsionado pela imigração, pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico da região, adequando a cidade à semelhança das demais capitais modernas – a exemplo do Plano Agache, para o Rio de Janeiro, e do Plano de Avenidas, de Prestes Maia, para São Paulo, os quais haviam sido apresentados alguns anos antes.

A produção arquitetônica da época era representada por arquitetos das obras públicas e pelos profissionais liberais, esta diz respeito àqueles profissionais, trabalhadores, que podem exercer com liberdade e autonomia a sua profissão, decorrente de formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida.

Os primeiros tentaram interpretar a ideologia dos políticos e os segundos, as aspirações das classes proprietárias em ascensão. Enquanto os últimos projetavam sedes bancárias, casas comerciais, depósitos e fábricas, palacetes e “vilas”, os primeiros ocupavam-se com as obras governamentais.¹⁵⁵ De acordo com Gunter Weimer, eram duas arquiteturas diferentes: a arquitetura civil, mais dinâmica, e a oficial, mais rígida e geométrica. A origem da linguagem arquitetônica era diferente: a civil estava geneticamente ligada às formas alemãs e seus artífices eram alemães natos ou de origem, como Wiederspahn, Baade, Gundlach, Menchen, Wirth, Pufal, Bartel, Sieg e outros. A arquitetura oficial, por sua vez, estava ligada ao repertório francês e seus criadores eram arquitetos plenamente integrados à vida nacional, como: Tehophilo de Barros, Itaqui, Maciel, Carvalho e Alfonse Hebert.

¹⁵⁵ WEIMER, Gunter. *A arquitetura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p.178-185.

Esse último, Affonse Hebert, tem nome que parece alemão e, por vezes, é citado como tal. Porém, ele nasceu em Porto Alegre, sendo filho do comerciante francês Joseph François Hebert, que tinha relações familiares com alguns líderes positivistas.¹⁵⁶ Essa influência certamente contribuiu para que Alffonse Dinis Hebert estivesse à frente das obras desenvolvidas pelo governo do estado. Suas obras mais representativas foram o Palácio Piratini, o Arquivo Público, a Biblioteca Pública, o Monumento Júlio de Castilhos (elaborado por um escultor positivista Décio Villares), etc. Seus projetos evidenciaram a influência das ideias positivistas no meio político-administrativo provincial.

Alffonse Hebert estudou Engenharia na França e na Alemanha até 1875, o que certamente contribuiu para que suas obras se inspirassem na tradição construtiva francesa. Em 1877, foi nomeado desenhista da repartição das Obras Públicas, permanecendo em cargos subalternos até a proclamação da República, quando sua ascensão foi metafórica. Em 15 de maio de 1890, foi nomeado subdiretor da Divisão de Obras Públicas e, em 24 de outubro, passou a diretor interino, posto em que foi efetivado em 1895 e no qual se manteve até sua aposentadoria compulsória aos setenta anos, em 1922.

Em tão rápidas promoções certamente concorreram o parentesco de sua mulher, Maria Luiza Paranhos, com lideranças positivistas, ou de seu cunhado, o cônsul Thomas Thompson Flores, ou, ainda, suas ligações com a maçonaria por meio da loja Zur Eintracht. Ao que tudo indica, todos os projetos desenvolvidos em sua repartição recebiam sua assinatura, independentemente de quem os tivesse efetivamente projetado. A história de Alffonse Hebert ilustra bem a mentalidade de classe governamental de então na construção da administração pública.¹⁵⁷

Em 1895, Júlio de Castilhos encarregou Hebert de projetar o novo prédio do Palácio de Governo. Hebert concebeu o projeto e iniciou as obras. Quando as paredes do primeiro piso já estavam concluídas, as obras foram interrompidas em razão do falecimento de Julio de Castilhos, em 1903. Por ordem do novo governante, Borges de Medeiros, as obras foram suspensas por um longo período até 1907.

¹⁵⁶ Ibidem. p. 178.

¹⁵⁷ WEIMER, Gunter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004, p. 85-86.



Figura 4 - Foto das obras do Palácio Piratini de acordo com o projeto de Alphonse Herbert, 1898. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/linhaTempo>. Acesso em: 08 jan. 2010.

Quando Borges de Medeiros foi sucedido por Carlos Barbosa Gonçalves [1908 – 1913] decidiu abandonar o projeto de Hebert e realizar um concurso em Paris para o desenvolvimento de um novo projeto. Contudo, nenhum dos ganhadores teve o projeto aprovado.¹⁵⁸ Por influência pessoal de Carlos Barbosa Gonçalves junto ao cônsul francês Octave Courteilh, que no momento visitava o Brasil, outro arquiteto, Mauricie Grá, foi contratado para, enfim, desenvolver e fiscalizar o projeto do palácio do governo. Todavia, a presença dos franceses durou até a nova posse de Borges de Medeiros, em 1913, que imediatamente os demitiu e as obras começaram ocorrer por conta dos construtores nacionais.¹⁵⁹

A edificação do Palácio do Governo, no final do século 19, início do século 20, constituiu ênfase arquitetônica e construtiva do novo poder regional. O PPR busca criar uma nova imagem do poder quando assume o governo e torna-se responsável pelo desenvolvimento do Estado. A arquitetura serve como instrumento para simbolizar o poder do Governo.¹⁶⁰

¹⁵⁸ Ibidem. p.76.

¹⁵⁹ WEIMER, Günter, 2004. p. 76.

¹⁶⁰ DIEFENBACH, Samantha Sonza. *Afonso Hebert. Ecletismo Republicano no Rio Grande do Sul*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura – PROPAR. Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 45.

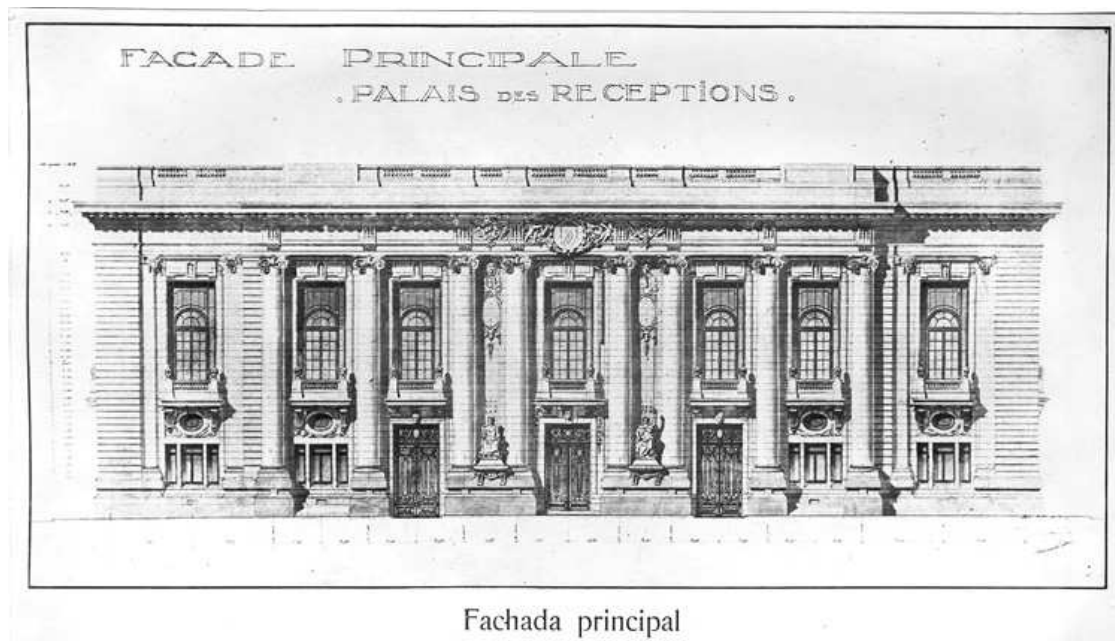


Figura 5 - Projeto do Palácio Piratini, de acordo com o projeto de Maurice Grás, 1909. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratinilinhaTempo>. Acesso em: 20 dez. 2009.

A ideologia do PRR é fortemente influenciada pelo pensamento positivista de Auguste Comte, que confere à República Velha rio-grandense um caráter excepcional no quadro político nacional.¹⁶¹

A doutrina positivista de Augusto Comte é a influência para muitas construções. Os prédios e monumentos foram construídos numa fase em que o positivismo era um ideal de forte influência política, econômica, social e estética na cidade e no País. O positivismo procurava entender a sociedade e todas as coisas com um olhar científico, com caráter autoritário, afastando-se de tudo que não fosse comprovado. A exatidão e o lema positivista de ordem e progresso estão muito presentes na história e na arquitetura da cidade. Os fundamentos ganharam valor, principalmente nos projetos estéticos e decorativos das construções da cidade, a partir do século 20.

Em Porto Alegre, a mudança da sociedade imperial para uma sociedade republicana, em 1889, foi fortemente marcada por uma nova onda construtiva, que representava o novo momento da sociedade gaúcha. E a renovação da Praça da Marechal Deodoro faz parte de um conjunto de obras para a adequação do novo aparato político e da nova ordem do estado. Aos

¹⁶¹ BARBOSA, Rinaldo Ferreira. *A arquitetura de Porto Alegre no período positivista*. A cidade mudando de cara no início do século XX. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2008. p.185.

poucos, as feições provincianas e coloniais de Porto Alegre vão se alterando e a arquitetura de caráter eclético, formal e historicista moldam esta nova imagem com ares de metrópole.¹⁶²

A atual sede do governo do Rio Grande do Sul foi ocupada, pela primeira vez, em 17 de maio de 1921, quando o então presidente do Estado Antônio Augusto de Medeiros decidiu se mudar para o novo prédio, construído no mesmo lugar onde antes estava o “Palácio de Barro”, que foi sede do governo provincial por 107 anos.



Figura 6 - Foto do Palácio Piratini, 1921. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/linhaTempo>. Acesso em: 20 dez. 2009.

O Palácio Piratini nunca foi inaugurado oficialmente. Ao se mudar para o novo prédio ainda em construção, Borges de Medeiros ocupou o gabinete a ele destinado por Grás, no primeiro pavimento.

O prédio, de marcante influência neoclássica, foi inspirado no Petit Trainon, de Versailles, segundo alguns pesquisadores. Para marcar a entrada principal e embelezar o pátio interno, entre as alas governamental e residencial, Grás encomendou ao artista francês Paul Landowski, o mesmo artista que criou o Cristo Redentor do Corcovado, no Rio de Janeiro, três esculturas. As que representam a “Agricultura” e a “Indústria” estão na fachada principal. O grupo escultórico “A Primavera”, no jardim. Também no jardim, há uma fonte com temas egípcios e uma escultura do “Negrinho do Pastoreio”, de Vasco Prado. As últimas construções significativas no Palácio Piratini ocorreram no início da década de 70, com o alargamento das

¹⁶² Ibidem.

escadas externas para os jardins e a construção do Galpão Crioulo, onde os visitantes são recebidos com demonstrações da culinária e da cultura tradicional gaúchas.¹⁶³



Figura 7- Foto do Palácio Piratini, 2008. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/linhaTempo/2006>. Acesso em: 08 jan. 2010.

Com as mudanças posteriores, o que era para ser a sala do governador é hoje a Casa Militar. No saguão principal, uma suntuosa escadaria de mármore francês dá acesso ao gabinete do governador, onde existem *raridades*: um antigo telefone folheado a ouro, presente da Companhia Telefônica a Borges de Medeiros, e um tapete de 42 metros quadrados, datado de 1930. Nos salões Negrinho do Pastoreio e Alberto Pasqualini, os lustres são réplicas dos existentes no Palácio de Versalhes. Murais do pintor italiano naturalizado brasileiro Aldo Locatelli ilustram episódios da História do Rio Grande do Sul. Parte do mobiliário foi fabricado por presidiários da antiga Casa de Correção de Porto Alegre, e as soleiras e rodapés foram esculpidos em mármore de Carrara.¹⁶⁴

Nesses 85 anos, muitas adaptações foram necessárias para acompanhar as mudanças resultantes das transformações históricas, e muitas áreas tiveram suas finalidades alteradas por

¹⁶³ *Sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/>. Acesso em: 11 jan. 2010.

¹⁶⁴ *Sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/>. Acesso em: 11 jan. 2010.

se tornarem obsoletas, como, por exemplo, a Sala das Senhoras, atual Ante-Sala do Gabinete do Governador.

Após o palácio, outro pequeno *palacete* foi construído para afirmar o desenvolvimento de uma sociedade e do conhecimento humano. A Biblioteca Pública do Estado, criada oficialmente em abril de 1871, foi aberta ao público na sua sede definitiva, na Rua Riachuelo, nº 1190, em 1922. Concebido artística e arquitetonicamente por Afonso Hebert (1852 – 1925) e Theofilo Borges de Barros (1882 – 1946), o prédio da Biblioteca reflete o pensamento dominante no Estado na época: o positivismo.

O edifício atual, na esquina da Rua Riachuelo com General Câmara, começou a ser erguido em 07 de fevereiro de 1912, com projeto de Affonso Hebert, uma vez que a antiga sede, na época transformada em *Escola Complementar*, se encontrava já superlotada.



Figura 8 – Foto da Escola Complementar Porto Alegre: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. [Secretaria de Obras Públicas]. *Obras públicas: centenário da Independência*. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1922. Fonte: Acervo AHRGS.

A primeira etapa da construção foi concluída em 1915, completando o bloco defronte à Rua Riachuelo. Em 22 de maio de 1919, foi contratada a ampliação da parte dos fundos, ora sob responsabilidade do engenheiro Teófilo Borges de Barros, sendo acabada em sua estrutura em 1921.

Tanto a fachada como o interior apresentam influência da doutrina positivista, utilizando-se vários estilos em sua representação. A fachada é contornada por 10 bustos dos patronos do calendário positivista, que caracterizam os diversos aspectos do conhecimento – Júlio César, São Paulo, Carlos Magno, Dante, Guttemberg, Shakespeare, Descartes, Frederico III, Aristóteles e Bichat (ficam faltando três personagens do total de 13 – Moisés, Homero e Arquimedes). O projeto original previa linha dupla de janelas para a Rua Riachuelo com medalhões entre elas, com retratos de Laplace, Descartes, Camões, Bichat, Sócrates, Plutarco, José Bonifácio e Gonçalves Dias. A colocação dos bustos, na fachada da biblioteca, representa a intenção de uso da mesma como instrumento eficaz na propaganda da doutrina e no apelo à conversão da sociedade do positivismo.¹⁶⁵

Em seus aspectos formais, a fachada mostra um vocabulário de tradição clássica, inspirada em modelos greco-romanos, classificado como neoclássico. Apresenta uma modulação horizontal em dois níveis. No primeiro, a alvenaria apresenta algo rústico, imitando pedra romana. No segundo, a ordem jônica define o ritmo do projeto. As colunas jônicas estão praticamente embutidas nas paredes. A entrada principal, com seu entablamento, define um módulo vertical na lateral direita. O acabamento é semelhante ao do Palácio Piratini, que na época da construção da biblioteca estava quase pronto.¹⁶⁶

¹⁶⁵ DIEFENBACH, Samantha Sonza, 2008, p. 119.

¹⁶⁶ A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 set. 2009.

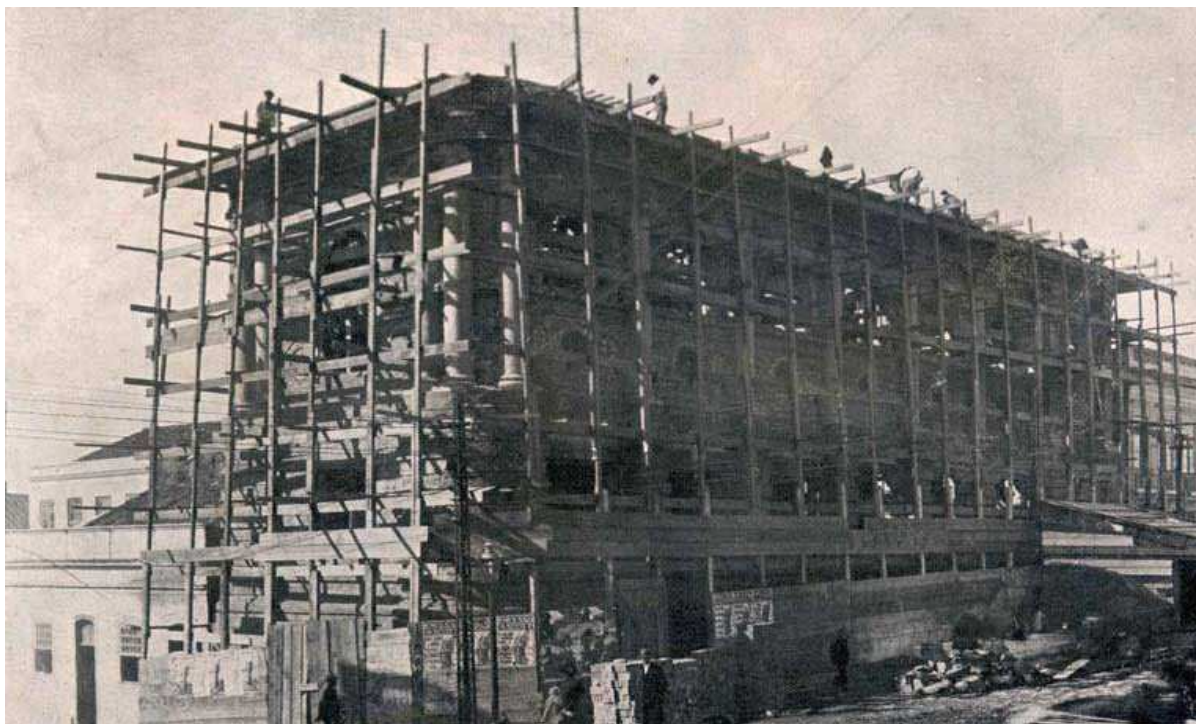


Figura 9- Foto da construção da Biblioteca Pública, 1912. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

Os espaços internos combinam diversos tipos de decoração historicista: o salão de leitura é clássico, em estilo Império, enquanto outros ambientes apresentam referências a outros estilos, entre eles o rococó, o egípcio, o gótico e o florentino. A porta principal do vestíbulo é em madeira esculpida e emoldurada em gesso dourado com soleira em mármore. A iluminação elétrica era novidade e foi projetada com requinte e exuberância.¹⁶⁷ Ao ser inaugurada, a Biblioteca Pública foi dotada de um acervo bibliográfico significativo para época, praticamente nunca mais atualizado, na mesma dimensão.

O novo edifício da Biblioteca Pública Estadual mostra-se bastante exuberante e permite ao visitante uma viagem por estilos de diversas culturas épocas.

¹⁶⁷ A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 set. 2009.

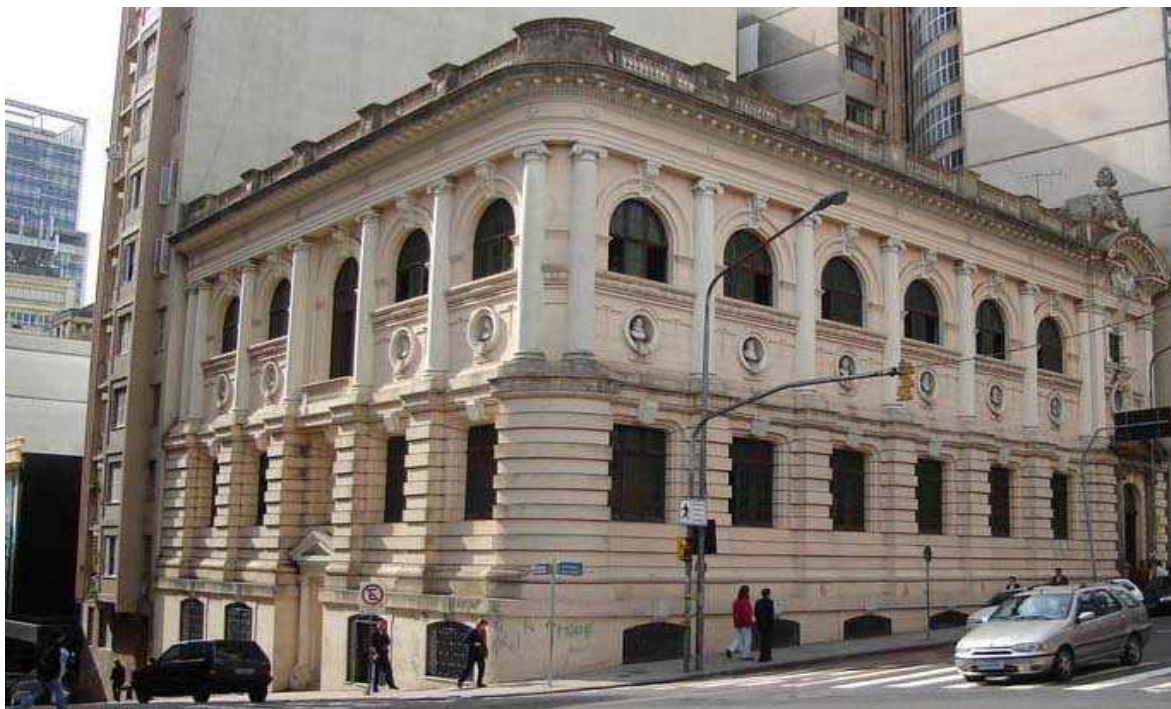


Figura 10 - Foto da Biblioteca Pública, 2006. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

Diversas outras obras continuavam sendo executadas, muitas estavam em andamento e estudos, como o Arquivo Público do Estado (1909 e 1913); projeto para as fundações e andaime do “Monumento Dr. Julio de Castilhos” (1911); Projeto da Assembleia dos Representantes (1912); Projeto da Secretaria da Fazenda do Estado (1912), etc.

Esses exemplos expressam a mudança da configuração da cidade através de sua arquitetura construída no início do século 20. As mudanças dos espaços da cidade estão diretamente relacionado às mudanças da sociedade que constrói seu patrimônio edificado, como demonstração da cultura e pensamento do período. Os governos positivistas que permanecem no poder durante quatro décadas redesenharam um novo perfil de cidade, com o investimento maciço na edificação de novos signos para a cidade e que são acompanhados pela sociedade civil. Estas edificações estão no imaginário e no reconhecimento da população como marcos referenciais da cidade e fazem parte da sua história. A configuração espacial e estilística destas obras tem a ver com o período vivido pela sociedade e, de maneira nenhuma, podem ser confundidas como um estilo de arquitetura elaborada pelos governos positivistas, O governo era baseado na filosofia positivista, a arquitetura projetada e construída era a arquitetura aceita pela academia e pela sociedade como exemplo de representação de um tempo e de uma cultura, que era executada em diversos outros locais, A mudanças política e social ocorrida no início do século 20 na capital gaúcha levou a mudança de configuração de

seus espaços. A arquitetura acompanha essas mudanças e, quando alguns dos edifícios aqui listados estavam prontos ou inaugurados, a cidade de Porto Alegre em seguida entraria numa nova onda de renovações. A partir da década de 50, a cidade começa seu processo de verticalização e modernidade em mudando novamente a sua cara.¹⁶⁸

O governo de Carlos Barbosa (1908-1913) foi, entretanto, o período de maior onda construtiva patrocinada pelo poder público e também pela iniciativa privada na capital. A construção privada nesta época também é numerosa, contribuindo com a formação de uma nova imagem da cidade.

1.5 Arquivo Público do Estado do RS – APERS

O final do século 19 foi marcado por um crescente desenvolvimento nos negócios dependentes da Secretaria de Obras Públicas, cujos variados trabalhos concorriam ativamente para a prosperidade do Estado. Entre esses projetos, salienta-se o mais suntuoso do período, o Arquivo Público do Estado, que tem uma trajetória de vida tão interessante e valiosa que, ao ser estudado, as revelações sobre ele parecem não ter fim.

Em todos os sentidos, o projeto do prédio do Arquivo Público registrava a importância que a iniciativa tinha para o Estado em construção pelo republicanismo rio-grandense. Assim como o Palácio Piratini e a Biblioteca Pública, o Arquivo Público também foi um testemunho da linguagem governamental em busca do progresso e da modernidade, em um sentido burguês-conservador.

O PRR buscou criar uma nova imagem do poder quando assumiu o governo e tornou-se responsável pelo desenvolvimento do Rio Grande do Sul, servindo a arquitetura como instrumento para simbolizar o poder do Estado republicano, de certa forma em oposição ao anti-estado liberal vigente no Império. O modelo regional de desenvolvimento capitalista foi estruturado sob o amparo do Estado, que se articulou economicamente e, através da estrutura de poder, com as forças sociais novas e dinâmicas, desvinculadas do latifúndio pastoril e da empresa charqueadora tradicionais, de forte viés pré-capitalista. A modernização de diversos setores ocorreu em todo o Estado, mas principalmente em Porto Alegre. Porto Alegre, centro

¹⁶⁸ BARBOSA, Rinaldo Ferreira. *A arquitetura de Porto Alegre no período positivista*. A cidade mudando de cara no início do século XX. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2008. p.187.

de poder, concentrava e articulava o saber técnico e político para a cidade e para o estado, na mesma ótica positivista de Comte.¹⁶⁹

Se nos países do Primeiro Mundo a modernidade significou alterações profundas das estruturas até então vigentes, no Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul significou, em boa parte, a própria implantação dessas estruturas, nas quais estava incluída a construção de uma nova sociedade civilizada, com padrões específicos. Os novos tempos, cujo imaginário pedia uma cidade mais funcional para as atividades comerciais, mais limpa, bonita e ordenada, serão orquestrados pelo PRR. E esse sentido de ordem, essa nova estrutura de poder deverá estar clara no traçado urbano.¹⁷⁰

1.6 Os Primeiros Anos

A decisão de construir um local para abrigar a documentação governamental foi materializada, em 08 de março de 1906, por decreto assinado pelo presidente do estado Antonio Augusto Borges de Medeiros, inspirado nos ideais positivistas da época. Assim o fazendo, Borges de Medeiros pretendia criar uma repartição que prestasse serviços, reunindo, conservando e catalogando, evitando a dispersão e o desaparecimento de documentos necessários à administração do Estado, pondo-os à disposição dos interessados. A decisão de Borges de Medeiros seguia o exemplo dos arquivos nacionais emergentes na Europa.

Porém, os primeiros anos de governo de Borges de Medeiros foram de pouco desenvolvimento, marcados por dificuldades de ordem financeira. Sendo assim, o Estado protelou alguns projetos públicos construtivos, adiando o programa de construção do Arquivo Público, que só se realizaria durante o governo de Carlos Barbosa [1908 – 1913], favorecido pelo grande levante econômico do Rio Grande do Sul, devido, sobretudo, ao desenvolvimento regional.

¹⁶⁹ DIEFENBACH, Samantha Souza, op.cit., p. 19-45.

¹⁷⁰ GASTAL, Susana. *A jovem velha metrópole*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 79.



Figura 11 - Foto do Presidente do Estado Antonio Borges de Medeiros (1906 - 1908). Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

Os primeiros anos de funcionamento do Arquivo Público do Estado foram assinalados por uma série de transformações e pela adoção de medidas que traduziam os objetivos do poder político estadual. Provisoriamente, em 15 de março de 1906, o Arquivo foi instalado no andar térreo do edifício da Escola Complementar, na Rua Duque de Caxias, esquina Mal. Floriano, sob a direção de Carlos Emílio Haag, em Porto Alegre, onde atualmente se encontra o Colégio Sevigne.



Figura 12 – Foto da Escola Complementar, rua Duque de Caxias, Porto Alegre: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. [Secretaria de Obras Públicas]. *Obras públicas: centenário da Independência*. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1922. Acervo: AHRGS.

Logo, porém, o espaço na Escola Complementar mostrou-se insuficiente e o Arquivo Público foi transferido para o prédio da antiga “Bailante”, Rua Marechal Deodoro, nº 1, também na capital, adquirido pelo Estado da viúva e dos herdeiros do coronel João Pinto da Fonseca Guimarães.



Figura 13 – Foto da Casa da Bailante, 1870 – 1890, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

O edifício situado na Praça Marechal Deodoro, nº 1, caracterizava-se por uma porta, seis janelas e dois portões de frente. Uma escada circular, no centro da fachada, dava acesso ao vestíbulo, com comunicação para diversos quartos – o vestíbulo terminava em um grande salão central, de 25,40 m de comprimento por 18,20 m de largura. No fundo do salão, outra peça, com a mesma largura por 4,36 m de comprimento, vem em continuação desta. Na fachada lateral, dois portões davam entrada a dois corredores, no fundo dos quais existiam dois quartos.

O terreno media 28,60 m de frente e 40,70 m de comprimento e era todo tomado pela construção, delimitava-se ao norte com um terreno que era de propriedade do general Francisco Bittencourt, ao sul com a antiga *Hydraulica Porto Alegrense*, a leste com a Praça Marechal Deodoro e a oeste com um terreno da viscondessa de Pelotas.¹⁷¹

No relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 27 de agosto de 1909, sendo presidente Carlos Barbosa Gonçalves, encontra-se breve referência às limitadas obras realizadas no edifício do antigo prédio da Bailante, para a segunda instalação do Arquivo. Nesse relatório, num capítulo específico sobre a Diretoria de Obras

¹⁷¹ RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público*. Histórico Arquivo Público do Estado. Divisão de pesquisas e projetos. fev.- mar. 1999, p. 1-2.

Públicas, com data de 31 de julho de 1909, encontra-se o seguinte relato: “Antes da mudança do arquivo para o prédio, antiga Bailante, adquirido pelo Estado, fez-se a pintura e caiação do edifício, consertou-se o telhado, substitui-se um barroto que repousa uma das colunas de madeira que sustentam o madeiramento, colocou-se vidros, enfim, limpou-se o que estava muito abandonado, fez-se, além disso, as instalações precisas para o funcionamento da repartição”.¹⁷² As novas instalações logo se mostraram insuficientes para abrigar o acervo e precárias para as reais necessidades do arquivo. No segundo semestre de 1912, o prédio da Bailante foi destruído, sendo construído no terreno o Auditório Araújo Viana e, mais tarde, o atual prédio da Assembleia Legislativa. Na visão de então, a modernização exigia o arrasamento de tudo que se identificasse com o velho, com o tradicional, com o antigo, fossem prédios, como cortiços e casas de madeiras, ou qualquer outra coisa, em nome da construção de espaços radicalmente novos, que atenderiam às necessidades do desenvolvimento econômico, os caprichos da nova estética urbana e a criação de novos espaços de sociabilidade pública.

Assim como o prédio da Bailante, os antigos espaços, árvores centenárias, velhos prédios arrimos da memória coletiva e elementos de identidade da própria cidade, desabam em nome da busca da *modernização* do espaço e da sociedade e como prova de *progresso*.¹⁷³

¹⁷² RIO GRANDE DO SUL. *Arquivo Público*. Histórico Arquivo Público do Estado. Divisão de pesquisas e projetos. fev.- mar. 1999, p. 2.

¹⁷³ MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernização: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 141.

QUINTO CAPÍTULO

1 O PALÁCIO EM CONSTRUÇÃO

1.1 A “sala de visitas” do Estado do RS

A fim de solucionar definitivamente o impasse da falta de um local conveniente para o Arquivo, o presidente do estado do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves, em 20 de setembro de 1908, determinou a construção de um prédio que solucionasse as sentidas carências.¹⁷⁴ Primeiramente, decidiu adquirir o terreno. De 1908 a 1910, o governo comprou um conjunto de áreas que pertenciam aos herdeiros do coronel João Pinto da Fonseca Guimarães, aos herdeiros de Deoclésio Maurício Godinho, a Francisca Fagundes da Silva e filhos, a Emília Fiel Kraemer, a Antonio Vieira Fernandes e irmão e ao general Francisco Maria Pinheiro Bittencourt, entre outros.¹⁷⁵

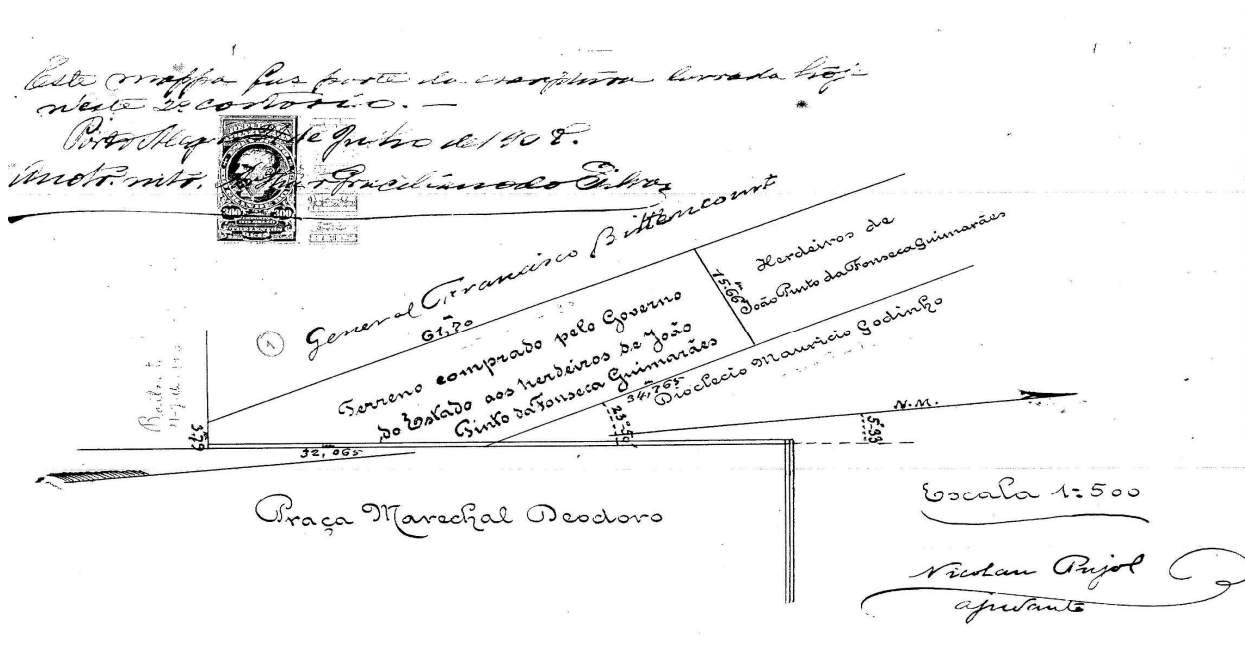


Figura 14 – Mapa do conjunto de áreas que circundam o terreno adquirido para o Arquivo Público, 1908. Porto Alegre: Fonte APERS.

¹⁷⁴ RIO GRANDE DO SUL. AHRs. Decreto nº 1.435 de 11 de fevereiro de 1909. Anexo B. Documento 4.

¹⁷⁵ RIO GRANDE DO SUL. APERS. Histórico Arquivo Público do Estado. Divisão de Pesquisas e Projetos. Porto Alegre, fev.- mar. 1999, p. 2-3.

Na totalidade, a área confrontava-se, ao sul, com o Auditório Araújo Viana; ao leste, com os terrenos do prédio nº 1055 da Rua Riachuelo, do Teatro São Pedro e da Praça Marechal Deodoro e, a oeste, com o terreno dos prédios nº 999 da Rua Riachuelo, pertencente à viúva de Felipe Camarão, e com o número nº 968 da Rua Duque de Caxias, pertencente aos herdeiros do visconde de Pelotas. A localização proposta ao Arquivo Público era peculiar. O projeto do prédio não pretendia apenas construir um edifício novo para o Arquivo. Ele propunha a construção de um prédio administrativo modelar, em localização central, nas vizinhanças da Praça Marechal Deodoro, coração geográfico da capital e do estado.

O novo edifício do Arquivo Público fazia parte do Projeto de Ampliação e Embelezamento da Praça Marechal Deodoro. Em conformidade com o relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 10 de setembro de 1910:

Dentro dos terrenos adquiridos, em prolongamento do passeio ao lado do teatro São Pedro deve a construção penetrar nos referidos terrenos, com a frente olhando o norte. O passeio reinará sobre ela e, toda a largura, e a parte posterior ficarão aterradas. Uma galeria longitudinal separará o muro de sustentação das terras dos depósitos propriamente ditos, de modo a estabelecer uma circulação de ar conveniente para a conservação dos papéis.¹⁷⁶

Nesse mesmo relatório, Carlos Barbosa apresenta a seguinte situação:

[...] que o palácio reclama também, de pronto, que esse ajardinamento se prolongue por sobre o terreno ocupado atualmente pelo Arquivo, para a substituição do muro existente por uma balaustrada de pedra, a fim de que a vista do Palácio do Governo não ficasse prejudicada.

Essa incorporação ornamental, ou seja, a imposição de saliências e reentrâncias reforçava a modernidade conservadora, de padrões aristocráticos. Ela buscava inspiração na Antiguidade clássica.¹⁷⁷

Construções como essas, pela sua importância e vastas proporções, exigiam o máximo de cuidado no planejamento, para que não ocorressem defeitos que, no futuro, talvez

¹⁷⁶ RIO GRANDE DO SUL. APERS. *Histórico Arquivo Público do Estado*. Divisão de Pesquisas e Projetos. Porto Alegre, fev.- mar. 1999, p. 4 -5.

¹⁷⁷ GASTAL, Susana, 2004, p.85.

irreparáveis. Esses relatórios comprovam os cuidados que os técnicos tinham com a construção de uma obra com especificidades próprias voltada para a guarda de documentos.

A estratégia do PRR na capital porto-alegrense apoiava-se em ações de embelezamento e incentivo a novos tipos de edificações, que tinham suas diretrizes no Plano Geral de Melhoramentos. O novo edifício do Arquivo Público era parte do Projeto de Ampliação e Embelezamento da Praça Marechal Deodoro. Não se tratava, simplesmente, de construir um edifício, escondido da população. Mas de modificar a topografia, de modo a permitir o ajardinamento de um terreno em que se privilegiasse a localização central e a vizinhança com a praça, com o palácio e com os outros prédios públicos.¹⁷⁸

O sentido do surgimento do Arquivo no início do século 20 expressou-se nas suas duas primeiras edificações, projetadas e executadas especialmente para serem “prédios para o arquivamento de documentos”, ponto vital dos edifícios de arquivos, ou seja, dos depósitos onde os documentos são armazenados. Suas características especiais representavam um complexo arquitetônico, histórico e cultural singular da sociedade sul-rio-grandense.

1.2 O Primeiro Prédio

Na planta do “Projecto de Ampliação da Praça Marechal Deodoro e Abertura de uma Avenida até o Cais Projectado”¹⁷⁹, feita, em 1909, pela Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas, pode-se ver o quanto Porto Alegre *perdeu em amplitude e ganhou em modernidade*. A proposta de urbanização e as operações de melhoramentos previam o alargamento e o prolongamento de ruas e avenidas inspiradas no urbanismo francês. Propunha também estratégias que ligavam os antigos arraiais e os novos bairros através da implantação de novas avenidas – o objetivo era melhorar os acessos ao centro da cidade, permitir maior permeabilidade da malha viária e melhorias nas ligações intermediárias entre as antigas ruas as novas avenidas.¹⁸⁰

¹⁷⁸ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Obras públicas: Séc. XIX – XX*. Engenheiros e recursos. Porto Alegre: CREA/RS, 1993, p. 101.

¹⁷⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria De Obras Públicas. *Projecto de Ampliação e Embelezamento da Praça Mal. Deodoro e Abertura de uma Avenida até o Caes Projectado*. APERS, 1909.

¹⁸⁰ ABREU FILHO, Silvio Belmonte. *Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre*. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 47-49.

Além da circulação e da higiene, o embelezamento foi buscado através das remodelações das praças, da criação de jardins e da arborização das vias. A Praça da Alfândega e a Praça Marechal Deodoro localizadas no centro, foram as que receberam mais atenção.



Figura 15 – Foto atual da Praça Marechal Deodoro, hoje Praça da Matriz, 2009. Porto Alegre. Fonte: Coletânea de fotos inéditas de Porto Alegre. Disponível em: <www.skyscrapercity.com>. Acesso em: 20 maio 2010.

O primeiro pavilhão a ser construído para servir de depósito ao Arquivo Público teve seus trabalhos preliminares iniciados em 1º de outubro de 1910, e a construção propriamente dita em 18 de novembro do mesmo ano. A importância da iniciativa registrava-se, sobretudo, na disposição de construção das edificações projetadas e executadas especialmente para serem “prédios para o arquivamento de documentos”. O sentido dessa construção não é apenas estético; representa a consolidação do poder político estadual de cunho republicano-positivista como modelo de desenvolvimento e progresso da República Rio-Grandense.



Figura 16 – Foto do primeiro pavilhão junto a Rua Riachuelo, 1910. Porto Alegre: Fonte APERS.

O pavilhão construído pioneiramente a partir de 1910 fica, hoje, abaixo da entrada lateral da Assembleia Legislativa (onde circulam veículos). O outro pavilhão, construído mais tarde, está localizado de costas para o terreno ocupado pelo estacionamento da mesma Assembleia.

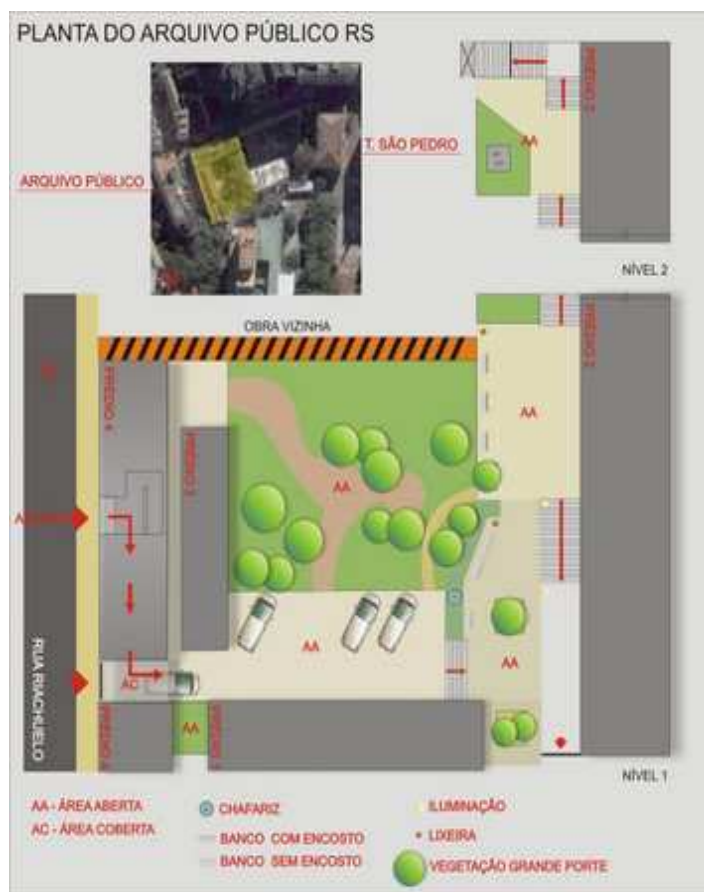


Figura 17 – Planta do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: <bandodebarronoarquivo.com>. Acesso em: 20 maio 2010.

1.3 O Projeto

Há ainda dúvidas e polêmicas sobre a autoria do projeto e a direção da importante construção, que a tradição apresenta como sendo do arquiteto estrangeiro Maurice Grás. Para a execução do projeto, foram chamados arquitetos concorrentes, mas pouco se fala sobre a participação de engenheiros ou arquitetos que tenham produzido a obra.

Algumas obras dificilmente poderão ser identificadas em razão da *prepotência* do Secretário de Obras que assinava todos os projetos, como assinalado. Tal situação é própria do autoritarismo do mando, presente na prática da política positivista.¹⁸¹ Sabe-se que a obra foi entregue à fiscalização da Secretaria das Obras Públicas e, para conduzir o projeto, foi indicado o engenheiro desenhista de Obras Públicas Alffonse Hebert, secretário na época.

¹⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A república positivista*. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1997, p. 68.

A mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Carlos Barbosa Gonçalves, em 20 de setembro de 1911, deixa clara essa situação, embora alguns historiadores discordem deste fato. Segundo Athos Damasceno, não há notícias sobre os estudos de arquitetura de Hebert e é muito provável que sua ascensão funcional dentro da Divisão de Obras tenha sido motivada por relações familiares.¹⁸² Certo é que todos os projetos saíam daquela divisão assinados por Hebert, porém é praticamente impossível que uma só pessoa tivesse condições de realizar tantos projetos, além de desempenhar as funções administrativas inerentes ao cargo.

Por essa razão, a suspeita levantada por Damasceno poeta, romancista, cronista, tradutor, crítico literário e pesquisador brasileiro, em sua obra **Artes Plásticas no Rio Grande do Sul**, pode ser levada aos demais projetos assinados por Hebert.¹⁸³ Além disso, não foram encontrados desenhos dessa fase assinados por Hebert, o fato de ele ocupar a chefia da Seção de Obras Públicas não fazia dele o responsável direto pelo projeto.

De modo geral, quase todos os construtores (Catâneo, Ferlini, Roberto Roncoli, os Tomattis, os Tellini, os Perrone, etc.) encomendavam seus projetos nas oficinas de escultura de João Vicente Friederichs, Gustavo Steigleder ou Corona & Ghiringhelli, passando os autores ao anonimato, pois eram os construtores que assinavam os projetos, quase sempre pagos em troca de encomenda de ornamentos para as fachadas. Havia na cidade vários desenhistas-projetistas que também trabalhavam para os construtores. Eram funcionários das Obras Públicas do Estado ou da Prefeitura.¹⁸⁴

1.4 A Obra

Para a execução da obra do Arquivo propriamente dita, os trabalhos foram entregues ao empreiteiro João Cattani, construtor experiente em prédios de concreto armado, responsável por construções importantes, como a Prefeitura de Taquara, parte do Hospital São Pedro e várias pontes. Nos últimos anos do século 19, João Cattani auxiliou na construção de

¹⁸² FERREIRA, Athos Damasceno, 1971, p. 222, apud WEIMER, nome, 2004, p. 181.

¹⁸³ Ibidem. p. 181.

¹⁸⁴ ENCICLOPEDIA RIO-GRANDENSE. Klaus Becker (Org.). *O Rio Grande Antigo*. Canoas: Regional Ltda. 1995, p. 225.

três palacetes nas proximidades da praça Julio de Castilhos. Com base na documentação encontrada, deduz-se que João Cattani não projetava, apenas se limitava a construir.¹⁸⁵

Entre os empreiteiros concorrentes, Cattani foi o que ofereceu mais vantagens, pois seus preços compreendiam todos os materiais necessários, andaimes, mão-de-obra. O cimento era fornecido pelo Estado, como informava o relatório de 08 de setembro de 1911 da Secretaria de Obras, no qual se anexava o contrato entre o governo do estado e João Cattani para a construção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A concepção do prédio do Arquivo registra o vanguardismo da iniciativa. Com o fim de acautelar a importante papelada contra a ação destruidora do fogo, planejou-se a construção de edifício imponente, incombustível segundo os mais avançados princípios construtivos da época, feito em pedra, tijolo, cimento e ferro.

O prédio possui estilo eclético, com predominância neoclássica, fortemente inspirado em peças francesas do barroco e do rococó. Também conhecido como “estilo regência”, reflete o comportamento da elite francesa de Paris e Versalles. O prédio caracteriza-se por linhas curvas, delicadas e fluídas; por cores suaves em tons pastéis e douramento; pelo caráter lúdico e estilo decorativo. O rococó é conhecido como o “estilo da luz” devido às amplas aberturas nas construções e sua relação com o século 18.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Ibidem. 1995, p. 41-42.

¹⁸⁶ Estilo da Arte: *O Rococó*. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=290>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.



Figura 18 – Foto lateral do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. Porto Alegre: Fonte APERS.

O estilo do prédio registra também o projeto positivista de “conservar melhorando”, ao associar a nova arquitetura burguesa à tradição do século 19. Este século foi o momento, por excelência, do ecletismo e do historicismo, compreendendo por isso o uso de diferentes estilos. Essa decoração eclética, carregada de formas derivadas da Antiguidade Clássica, da Idade Média e de demais estilos de época, exprimia significados muito definidos na Europa, tornando-se algumas vezes insólita em locais distantes, como o Brasil e outros países, onde expressavam “metáforas opostas”.¹⁸⁷

O prédio, em alvenaria, possui alicerces e porões em pedra que dificultam a propagação da umidade, de modo a estabelecer uma circulação de ar conveniente para a conservação de papéis. As paredes são duplas e especialmente construídas, tendo entre 0,90 e 1,5 metros de espessura com a parte interna oca, e aberturas de um só lado, com o objetivo de vedar o ambiente contra as mudanças bruscas de temperatura e a umidade do ar. Este artifício arquitetônico é bastante antigo, datando, pelo menos, de 1842, quando em Londres foi utilizado como forma de isolamento térmico e aeração de ambientes, em razão das exigências

¹⁸⁷ COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo, 2001, p.13.

climáticas. As paredes ocas, na realidade, revelam um interior fresco, onde é possível sentir o fluxo ascendente do ar.¹⁸⁸



Figura 19 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Representa o prédio em alvenaria e porões em pedra. Porto Alegre. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: <bandodebarronoarquivo.com>. Acesso em: 20 maio 2010.

Trata-se de um prédio único, na época sem similar no Brasil e na América Latina, construído especialmente para a guarda e conservação de documentos, com *savoir faire* (*know-how* francês). Apenas o Arquivo Nacional da França, construído em 1790, possuía a mesma tecnologia e funcionalidade.¹⁸⁹ De qualquer maneira, o Arquivo foi concebido dentro de um modelo francês, com base construída na França, pleno de elementos de ostentação e afirmação.

O edifício construído tem uma área de 567m², estando dividido em 11 compartimentos de 4,90m por 6m. É encimado por uma abóbada que lhe serve de teto, recurso decorativo tradicional da arquitetura francesa, cujo eixo corre paralelamente à Rua Riachuelo, de maneira a servir sua parte posterior de muro de sustentação às terras da praça. Trata-se de uma saliência, construção elevada em arco, que forma o teto do edifício e que foi revestida

¹⁸⁸ SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura de ferro*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 49.

¹⁸⁹ JEAN-JACQUES AILLAGON. *Une nouvelle politique en faveur des archives*. Mercredi, 2004, p.1.

exteriormente de argamassas de cimento, com todas as preocupações para que não permitisse infiltração.

Sobre essa balaustrada foi projetado um passeio, feito em piso de mosaico guarnecido por um cordão de granito, ao nível da praça que serve de proteção térmica ao edifício. Trata-se de artifício comum para a época, pois dá um toque imponente na edificação, típico de arquitetura nobre e de poder, representando o coroamento do projeto monumental.

A fachada eclética de 70m revela um exterior em alvenaria e disfarça um interior moderno, em ferro, cujas entradas estão localizadas à esquerda e à direita, terminando em duas plataformas com escadas de três lances que se comunicam com a parte mais baixa do terreno, dando elegância e leveza ao patrimônio. Os lances de escadas que permitem o acesso às portas principais, assim como em outros edifícios públicos, revelam a robustez da obra e, ao mesmo tempo, mantêm sua importância hierárquica ao dividir o porão da ala principal.



Figura 20 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Escadarias parte externa, 2006, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

Na parte central, há três tipos de compartimentos, de dois andares, e, no andar térreo, portas comunicando com o exterior. Na parte central, o teto eleva a construção em alguns pontos até a balaustrada, com 13,20m, o que demonstra a grandiosidade do espaço interno criado. O teto tem aparência achatada como nos demais edifícios públicos. A construção obedeceu a um rigoroso cuidado, não tendo sido empregado material de fácil combustão, como assinalado. Sua construção interna quase sempre se constitui de grades de ferro sobre paredes de alvenaria, de tijolos ou de pedra.

Os relatórios da época comprovam os cuidados dos técnicos da Secretaria de Obras Públicas com a construção de uma obra que tinha especificidades singulares, voltadas para a guarda e a conservação de papéis. Uma construção especialmente planejada para essa finalidade oferece melhores opções para a utilização funcional dos espaços e para previsão de expansão, quando convier, visto que a documentação tende a crescer de volume com o passar do tempo. A localização do edifício no terreno, aliada aos detalhes construtivos, contribuíram para a estabilidade térmica do ambiente interno.

1.5 O Vanguardismo Tecnológico

Quando se fala em preservação de documentos, deve haver a preocupação com as características do prédio que os armazenará. Existem algumas recomendações acerca da construção ou adequação de prédios para tal fim, iniciando pelo terreno, que deve ser seco, livre de riscos de inundações ou de deslizamentos, distante de perigo para a preservação dos acervos. As paredes externas devem ter janela com boa vedação, mas que possam ser abertas para que haja ventilação natural. Não podem ser voltadas para ventos úmidos e marítimos. Os materiais de revestimento devem permitir bom isolamento, impermeabilizações, fácil limpeza e conservação, e devem ser cor clara. Concreto armado é o ideal; madeira deve ser evitada. A impermeabilização de coberturas, tetos, pisos e outros locais similares é importantíssima, pois evita problemas de vazamento.¹⁹⁰ Construído no início do século 20, o prédio do Arquivo Público do Estado é um dos poucos no mundo de sua época que engloba essas características.

¹⁹⁰ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Normas e recomendações técnicas sobre construção e reforma de arquivos*. Rio de Janeiro, 2000.

A parte interna do Arquivo chama a atenção por beirar ao exagero, pois se trata de prédio projetado em detalhes para a sua função, como já assinalado. O mobiliário do Arquivo registrou também a preocupação em construir uma instalação adaptada permanentemente para a sua função. Em diversos relatórios subsequentes de 1911 e 1912, o andamento da obra foi apresentado em detalhes. O edifício tem prateleiras de ferro revestidas de cimento armado, que oferecem uma superfície total de 1.400m², livres, por consequência, da ação do fogo, antecipava um relatório de 1911.¹⁹¹ No mesmo relatório, encontram-se detalhes peculiares, como a utilização de materiais inéditos. Trata-se de uma conciliação entre a novidade do ferro como material de construção resistente, de estrutura leve, montagem fácil, beleza arquitetural, economia e baixo custo, durabilidade, incombustibilidade e o tradicionalismo da alvenaria de tijolos.



Figura 21 e 22 – Foto da interna do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul–Galerias, Estantes de concreto, Pisos vazados em estrutura em ferro, 1910. Porto Alegre: Fonte APERS.

O fluxo de produtos industrializados no Brasil, em sua grande maioria de origem inglesa, aumentou consideravelmente durante o século 19, a ponto de redefinir costumes e gostos em diversas atividades do Segundo Reinado e na República Velha.¹⁹² As obras e os

¹⁹¹ Texto transcrito do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 8 de setembro de 1911.

¹⁹² SILVA, Geraldo Gomes. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988, p.86.

serviços públicos que se realizaram ou foram implantados no século 19 no Brasil tinham comumente participação estrangeira. Os componentes arquiteturais em ferro foram os que mais contribuíram, por sua frequência e variedade, para caracterizar a arquitetura de fins do século 19. Eles também significavam certa adesão, mesmo formal, à *novidade* e ao *progresso*.¹⁹³

Como tantos outros produtos industriais, o ferro foi consumido e aceito tacitamente, dentro de um amplo e complexo sistema de dominação cultural e econômica.¹⁹⁴ A reduzida e limitada oxidação do ferro era uma das qualidades que lhe garantiram um importante papel na fabricação de determinados edifícios e componentes arquiteturais, além do barateamento das obras e do poder de resistência aos esforços de compressão. A incombustibilidade do ferro levou a que muitas estruturas cobertas em madeira fossem substituídas, principalmente em edifícios públicos, por outras em ferro.¹⁹⁵

Como a obra do Arquivo se tratava de uma produção específica, alguns processos foram utilizados por engenheiros para testar a resistência dos mobiliários e dos materiais empregados. Nos relatos longos e minuciosos encontrados na Secretaria de Obras do Estado, é possível acompanhar o uso de técnicas e de inovações da arquitetura no século 19.¹⁹⁶

Para avaliar a estrutura do prédio em maior profundidade, era necessário determinar se ela se adequava a sua finalidade. Por isso, foi realizada uma série de testes para avaliar a que tipo de esforços a estrutura estava sujeita qualitativa e quantitativamente. Um problema que surgiu ao se examinarem as estruturas foi que, no século passado, não havia controle de qualidade das peças fabricadas. Dessa forma, testes feitos por amostragem para determinar a que carga máxima de ruptura podem mostrar-se ineficientes, uma vez que não são representativos para o conjunto dos elementos estruturais.¹⁹⁷

Em 03 de março de 1911, foi feita experiência de resistência sobre prateleira de cimento armado, de espessura de 0,027m, dez dias depois de fabricada. A primeira experiência foi feita com carga uniformemente repartida de 450 kg. A superfície da prateleira media 0,90m x 0,47m, ou seja, 4.230cm². Nenhuma fadiga ou fenda foi notada. As edificações tinham, portanto, uma boa margem de segurança no que se refere às cargas.

¹⁹³ Ibidem., p. 97.

¹⁹⁴ Ibidem., p. 98.

¹⁹⁵ Ibidem., p. 46.

¹⁹⁶ RIO GRANDE DO SUL. IHGRS. Texto transcrito do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 08 de setembro de 1911.

¹⁹⁷ KUHLE, Beatriz Mugayar (b). *Preservação da arquitetura do ferro: aspectos teóricos e técnicos*. São Paulo. Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da cultural, 1998, p. 247.

Foram feitas outras experiências de ruptura. Foi carregado o terço central da prateleira com 160 kg e, em seguida, aumentou-se progressivamente a carga até 453 kg, acompanhando a operação com ligeiro aumento de temperatura. O ferro da grade começou então a se romper. Sob a carga de 517 kg houve as primeiras fenda e flecha, de 0,007 metros. Na terceira experiência, além dos 582 kg do peso sobre a prateleira, foram disparados três tiros de mina, a uma distância de uns quinze metros, nada tendo ocorrido na prateleira. A experiência durou 1h e 45 min.¹⁹⁸ Os testes de resistência registravam a tecnologia avançada e a preocupação quanto à segurança do acervo, no relativo ao peso e à combustão.

Entre os detalhes do relatório está incluído que as estantes têm a altura total de seis metros e uma superfície total de 1.400 m² e que os seus esteios são de trilhos velhos, comprados da “Força e Luz” e da “Viação Férrea”. O trabalho de ferraria foi executado pela casa Gustavo Casapiccola, de Porto Alegre, e a execução da obra foi dirigida por Attilio Trebbi. Este último, filho mais velho do pintor romano Frederico Trebbi, progrediu dentro da hierarquia administrativa do estado. Desenhista, mas dedicado à Arquitetura, na qualidade de funcionário graduado da Secretaria de Obras Públicas, envolveu-se em vários projetos, inclusive do edifício do Arquivo Público, com o qual ganhou fama e prestígio.¹⁹⁹

O Arquivo possuía também escadas móveis em ferro, deslizando sobre o piso, à meia altura das estantes, que permitem a manipulação dos documentos. Elas são em ferro vazado, igual ao piso e às escadas fixas, o que facilita a ventilação entre os andares e evita a ação de microorganismos, como cupins e traças. Esses equipamentos e mobiliários eram de uso frequente em bibliotecas e arquivos na Europa. A Bibliothéque Nationale francesa, em Paris, projetada entre 1862 e 1868, por Labrouste²⁰⁰, além de sala de leitura, bem sucedida plástica e tecnicamente, destaca-se pelo acervo de cinco pavimentos com estrutura inteiramente de ferro.²⁰¹ Foi a primeira vez que este arquiteto usou uma armação de ferro num edifício público.

¹⁹⁸ RIO GRANDE DO SUL. IHGRS. Texto transcrito do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Obras Públicas, editado em 08 de setembro de 1911.

¹⁹⁹ WEIMER, Gunter, 2004, p. 181 – 182.

²⁰⁰ Henri Labrouste, foi arquiteto francês, um dos fundadores da arquitetura moderna na França.

²⁰¹ KUHL, Beatriz Mugayar (b), 1998, p. 35.



Figura 23 e 24 – Foto da interna Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Escada em trilhos e estrutura em ferro vazada. 1910, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.



Figura 25 – Foto do Arquivo Nacional da França, construído em 1790. França. Fonte: Dossier de presse:une nouvelle politique en faveur dès archives.

O sistema de circulação de ar no Arquivo Público é assegurado pelas características arquitetônicas dos prédios e do seu mobiliário que garante nos três andares, sem nenhum recurso mecânico, uma temperatura média de 18 e 22 c⁰ e uma umidade relativa do ar entre 45 e 50%, adequadas ao acervo em qualquer época do ano.

Em 13 de setembro de 1912, a Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas afirmava:

Já foi entregue à Secretaria do Interior o edifício destinado a depósito no Arquivo. Construído especialmente para esse fim, foram tomadas as necessárias precauções para garantia da boa conservação dos documentos. Em cada sala foi instalado um exaustor elétrico para renovar o ar que se quiser, independentemente da circulação que existe naturalmente.²⁰²

Para a ventilação do edifício, foram instalados onze exaustores, com marcos de ferro fundido, embutidos na parede, com 450mm de diâmetro nas asas, com tiragem de ar de 60 m³ por minuto. A corrente elétrica de 220 volts era fornecida pela companhia Fiat Lux. Foram empregadas resistências reguladoras para três velocidades, e todas as canalizações eram envolvidas em canos de aço. Os exaustores foram fornecidos pelo engenheiro Rudolf Ahrons, filho de Wilhelm Ahrons, nascido em Porto Alegre, que iniciou as atividades como agrimensor no Sul em 1888-1889. Ele foi o construtor mais importante da época e gozava de largo prestígio nas rodas oficiais – “Todo o positivista constrói com R. Ahrons”, dizia a propaganda em *A Federação* – e na burguesia citadina, provavelmente pela sua ligação com a maçonaria.²⁰³

²⁰² RIO GRANDE DO SUL. APERS. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, de 13 de setembro de 1912.

²⁰³ RIO GRANDE DO SUL. APERS. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, de 13 de setembro de 1912.



Figura 26 - Foto do exaustor de ar, 2006. Porto Alegre. Fonte: APERS.

Figura 27– Foto da circulação de ar, 2006. Porto Alegre. Fonte: APERS.

Ainda com o intento de combater eventuais incêndios, foram instaladas em cada uma das salas dos depósitos torneiras, nas quais se podem adaptar mangueiras e, na parte externa do prédio, cinco válvulas hidráulicas, para o mesmo fim. Uma precária tecnologia para a preservação contra incêndio, apesar do porte avantajado do prédio, pois, em se tratando de equipamentos de combate a incêndios, mostrava-se insuficiente para proteger o imenso acervo documental. A construção do edifício, com 567 m², foi iniciada em 18 de novembro de 1910 e terminada em 15 de julho de 1912. Ele foi entregue à Secretaria do Interior, por um custo de 510.196\$304 réis (899\$817 réis por metro quadrado). O custo elevado atribui-se às dificuldades na construção, resultantes das más condições do local escolhido. Todos os trabalhos foram executados sob a direção e fiscalização do chefe de seção Affonso Hebert.²⁰⁴

Resolvida a questão da construção do pavilhão do Arquivo, várias concorrências foram abertas nos anos subseqüentes para trabalhos menores de melhorias. Uma nova concorrência foi aberta pela Secretaria de Obras, em 31 de agosto de 1915. Com isso, foram executados os trabalhos na casa na Rua Riachuelo, ocupada pelo expediente do Arquivo Público de pintura e construção de calha calçada e rejuntada com os respectivos escoamentos para as águas e destinada a evitar umidade que atravessa a parede do depósito, que fica encostada ao terreno da praça Marechal Deodoro.²⁰⁵ O primeiro trabalho foi realizado pelo empreiteiro José

²⁰⁴ RIO GRANDE DO SUL. APERS. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 20 de agosto de 1913.

²⁰⁵ RIO GRANDE DO SUL. APERS. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 31 de agosto de 1913.

Tellini²⁰⁶, conforme proposta apresentada, o segundo trabalho foi realizado por João Cattani e também feito em conformidade com a proposta apresentada.

No segundo semestre de 1915, as obras seguintes estiveram a cargo do engenheiro Hypólito Fabre – nesse período, foi construída uma pequena passagem de madeira para comunicar o depósito com as salas do expediente; o empedramento; o pátio e a canalização das águas pluviais. Hypólito Fabre era natural de Marselha, França. Em 1897, adquiriu o título de agrimensor na Escola Militar de PortoAlegre, no ano seguinte ingressou na Secretaria de Obras Públicas. No primeiro semestre de 1916, foi reconstruído e pintado o portão na Rua Riachuelo, sendo também pintado.²⁰⁷



Figura 28 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Edifício 1ª fase. Fachada 1915, Porto Alegre. Fonte: Famiglia Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

²⁰⁶ Construtor sem formação requintada, após ter realizado obras de relativa importância no primeiro terço do século XX, seu nome deixou de constar na lista de construtores a partir do momento que foi regularizada a profissão. Deve ter sido um dos sócios da firma Irmãos Tellini.

²⁰⁷ Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 9 de setembro de 1916.

1.6 O segundo prédio

Com o decorrer do tempo, o espaço já não era suficiente e outros documentos deviam ser recolhidos para retenção no Arquivo. Como não havia critérios pelos quais os documentos pudessem ser julgados, todos eram tratados com o mesmo valor, o que significava sua guarda permanente.

No texto do Relatório da Secretaria do Interior e Exterior, editado em 27 de agosto de 1917, conforme disposição regulamentar, os trabalhos da repartição foram distribuídos por três seções. Como antes assinalada, a primeira, encarregada dos documentos de ordem legislativa e administrativa, da União e do Município; a segunda, dos documentos de caráter histórico e geográfico, e a terceira, do arquivo judiciário.²⁰⁸

Crescendo como previsto o número de arquivos recolhidos, estava completamente lotado o grande edifício construído para depósito e havia ainda muito a recolher, de sorte que se tornava imperiosa a necessidade de construção de outro corpo do edifício. As salas não comportavam mais estantes e os espaços existentes estavam ocupados com volumosos arquivos das secretarias de Estado e das repartições da antiga província, pois só a seção do Tesouro do Estado constava de dezesseis mil volumes.

Novamente, anunciou-se edição de concorrência para a execução das obras, que teve outra vez por base o projeto e o orçamento organizados pelo engenheiro Affonso Hebert. Apresentaram-se quatorze proponentes, sendo aceita a proposta de Roberto Roncoli, que se comprometeu a efetuar o trabalho de construção destinado ao aumento do edifício do Arquivo, conforme contrato lavrado em 23 de janeiro de 1918.²⁰⁹ Roncolli realizou várias obras no Império, no entanto, suas construções mais importantes foram feitas no período republicano, para a Secretaria de Obras Públicas, dentre as quais está a Biblioteca Pública, de 1912, e o Arquivo Público, de 1918. Construtor sem formação institucional, após ter realizado obras de relativa importância no primeiro terço do século XX, seu nome deixou de constar na lista de construtores a partir do momento que foi regularizada a profissão. Deve ter sido um dos sócios da firma Irmãos Tellini. Outras obras não oficiais destacaram-se na capital, dentre elas alguns prédios comerciais e residências particulares.

²⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. APERS. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 27 de agosto de 1917.

²⁰⁹ Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 13 de agosto de 1918.

Em fevereiro de 1918, iniciou-se o projeto de construção da ala esquerda do Arquivo, que obedeceu ao mesmo estilo arquitetônico da obra já construída, porém com maior capacidade, em consequência da declividade do terreno. O prédio tinha 500 m², com a mesma tecnologia aplicada, interna e externamente, na primeira construção. Com o mesmo aspecto de robustez e elegância, foi destinado a servir de arquivo administrativo e judiciário. A obra foi entregue em 10 de junho de 1919. Com um custo maior do que se esperava, ou seja, extra contrato, em razão dos preços elevados do ferro e do cimento, materiais que foram empregados em grande quantidade na obra no período de maior carestia.



Figura 29 – Foto da ala esquerda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Edifício 2ª fase. Fachada principal, 1920, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

No novo edifício foram feitas pequenas obras de conservação e introduzidos alguns melhoramentos internos, sendo fiscalizados pelo engenheiro Pedro Paulo Scheunemann.²¹⁰ No texto do Relatório da Secretaria das Obras Públicas, de 06 de agosto de 1920, o segundo prédio ganharia algumas novidades: foi introduzida a limpeza do pó pelo vácuo, e construiu-se a rede dos canos necessários para a atividade. Para a distribuição dos volumes de

²¹⁰ Nasceu em 1890, em Rio Grande-RS, onde fez seus estudos secundários. Formou-se em Engenharia Civil em 1917, dois anos depois começou a trabalhar na Secretaria de Obras do Estado.

documentos pelas prateleiras foram construídas escadas do tipo especial, em ferro e madeira, que deslizam sobre corrediças, a fim de facilitar o trabalho em virtude da altura das prateleiras.²¹¹

Finalizados nos anos 1912 e 1919, os dois pavilhões que compõem o Arquivo Público, de 567 e 500m², respectivamente, formam uma história à parte, pois revelam o projeto cultural do início do século 19, representado pelo pensamento político após a proclamação da República. É edificação com dois pavilhões em alvenaria, de tecnologia avançada, imunes a incêndios e deteriorização. Os dois pavilhões mantêm, sem recurso mecânico, sistema natural de circulação de ar, temperatura e umidade relativa do ar constantes nos três andares delimitados por estruturas de ferro, com aberturas e estantes de concreto e paredes internas ocas que o tornam único com tais características no Brasil e na América Latina da época.

As condições de armazenamento são os principais responsáveis pela deterioração do material armazenado. O planejamento e a construção do edifício do Arquivo Público, assim como a escolha de seus equipamentos, eram a maneira mais segura de proteger os documentos, evitando problemas futuros e prevenindo danos. Uma das principais funções dos arquivos é a proteção do seu acervo. Esse princípio esteve presente em todos os momentos da construção dos prédios. Na escolha de materiais e equipamentos que passaram por rigorosas especificações; na qualidade do solo e na regulamentação urbanística, fator de grande importância pela localização privilegiada; nas propensões climáticas que orientaram o projeto arquitetônico; na segurança contra acidentes, que assegurava a conservação dos documentos.

A industrialização sulina foi impulsionada pelas dificuldades conjunturais da capacidade importadora das economias sul-rio-grandense e brasileira, devido à queda de preços das mercadorias exportadas e pelo esforço militar da indústria europeia e estadunidense durante a I Guerra Mundial. Após a Grande Guerra, a desmobilização dos exércitos europeus, a reconversão civil da indústria antes militarizada, a recessão econômica, etc. ensejaram forte crise na economia rio-grandense, voltada fortemente para o abastecimento do mercado nacional, em retração.²¹²

No novo edifício foram feitas pequenas obras de conservação e introduzidos alguns melhoramentos internos, sendo fiscalizados pelo engenheiro Pedro Paulo Scheunemann.²¹³ No

²¹¹ Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 6 de agosto de 1920.

²¹² MAESTRI, Mario. *Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 67.

²¹³ Nasceu em 1890, em Rio Grande- RS, onde fez seus estudos secundários. Formou-se em Engenharia Civil em 1917, dois anos depois começou a trabalhar na Secretaria de Obras do Estado.

texto do Relatório da Secretaria das Obras Públicas, de 6 de agosto de 1920, o segundo prédio ganharia algumas novidades: foi introduzida a limpeza do pó pelo vácuo, e construindo-se a rede dos canos necessários para a atividade. Para a distribuição dos volumes de documentos pelas prateleiras foram construídas escadas do tipo especial, em ferro e madeira, que deslizam sobre corrediças, a fim de facilitar o trabalho em virtude da altura das prateleiras.²¹⁴

1.7 O Terceiro Prédio

Ao que tudo indicava, novamente em 1930, começou a faltar espaço físico nas edificações. Com o constante recebimento de material, as condições de armazenamento ficaram difíceis. Uma das saídas encontradas foi transferir parte da instituição para uma casa na Rua Riachuelo, onde se encontra o atual prédio III, à entrada do Arquivo. Dessa forma, os dois pavilhões seriam ocupados exclusivamente por documentos, ao passo que a administração alojaria-se em frente, na citada casa.

²¹⁴ Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 06 de agosto de 1920.



Figura 30 – Foto do Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fachada da casa na Rua Riachuelo, 1930, Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

Ao deixarem seu local de origem para um lugar definitivo, pressupõe-se que os documentos terão espaço necessário para sua vida subsequente. Por isso, para um arquivo, é importante conhecer a quantidade de documentos que ele terá sob seus cuidados e ter uma previsão de acumulações futuras. Munido dessas informações, é possível calcular a área necessária e discutir com o engenheiro ou o arquiteto a estrutura destinada ao arquivo propriamente dito. Nesse estudo, deve-se considerar um espaço para as funções administrativas e as operações executivas. Ou seja, um arquivo requer espaço para as salas de trabalho, para as salas de pesquisa e, o mais importante, para a armazenagem de documentos.

A publicação de reportagem no Jornal do Estado, em 18 de janeiro de 1938, registra a preocupação do Estado em ampliar as instalações do Arquivo Público, que sofriam com problemas de espaço físico. Mas apenas em 1947, quase dez anos mais tarde, o governo dedicaria maior atenção ao Arquivo. A concessão de recursos se direcionava para a compra de materiais e equipamentos e, especialmente, para a construção de um pavilhão para as atividades administrativas e técnicas, como encadernação e fotocópias. Destaque-se que, após a Guerra, o governo brasileiro contava com importantes reservas, determinadas pelas importantes exportações no contexto da restrição das importações.

Naquele ano, o Arquivo Público conseguiu realizar algumas conquistas, após um longo período de esquecimento. Em 1947, determinou-se verba para colocar em funcionamento a aparelhagem de que o Arquivo dispunha para limpeza dos documentos, colocando a salvo o precioso acervo histórico. Instalou-se igualmente bebedouro automático, acabando com o regime anti-higiênico das talhas de barro e de copos coletivos. Há quase 15 anos, o Arquivo Público não dispunha de recursos para a execução dessas providências.

No entanto, a mais importante determinação da verba orçamentária era para a construção do novo prédio do Arquivo. Em uma mensagem enviada à Assembleia Legislativa em 1948, o então governador Walter Jobim relatou que a providência de maior vulto fora a consignação de verba no orçamento para a construção de novo pavilhão do Arquivo Público, que desde o primeiro semestre de 1947, vinha sendo estudada. Em sua mensagem, o governador afirmou que as novas obras do pavilhão já haviam começado. Em abril de 1953, o então governador do estado, general Ernesto Dornelles, afirmou na mensagem à Assembleia que as obras no novo pavilhão haviam sido concluídas, mas que o Arquivo via-se na contingência de protelar por algum tempo a execução de seu plano de reforma técnica e administrativa.²¹⁵

De acordo com a correspondência enviada a Otacílio Morais, da Secretaria de Estado do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, pelo diretor do Arquivo Público, em 04 de março de 1948, o plano abrangia um sistema moderno para arquivos. O terceiro prédio que forma o conjunto arquitetônico construído de frente para a Rua Riachuelo esconde as edificações históricas de estilo neoclássico. Com uma fachada de linhas retas e sem quaisquer adornos, não possui as características dos prédios anteriores. O primeiro pavilhão, construído em 1910, fica abaixo da entrada lateral da Assembleia Legislativa; o outro prédio localiza-se de costas para o terreno ocupado pelo estacionamento da mesma Assembleia. E o terceiro prédio, construído em 1952, de frente para a Rua Riachuelo, esconde as edificações históricas no centro de Porto Alegre.

²¹⁵ Correspondência do Arquivo Público do Estado ao Secretário Otacílio Morais da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, editado de 04 de março de 1948.



Figura 31 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Prédio principal. Porto Alegre. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2009.

Atualmente, o prédio principal é destinado aos setores administrativos e técnicos, e os pavilhões anexos servem para a guarda dos documentos. O prédio é dividido em quatro pavimentos com duas entradas deslocadas do centro em disposição simétrica. O primeiro piso é diferenciado, com um revestimento em imitação de pedras aparelhadas marrons e aberturas gradeadas com discreto trabalho de ornamentação. Os pavimentos restantes são revestidos de pó de pedra cinza, com pilastras retas e lisas separando as janelas quadradas, num ritmo regular. Acima do conjunto, temos uma corrija igualmente despojada, com um frontão central onde se lê o nome da instituição.²¹⁶

O prédio foi concluído em 1950, construído especificamente para abrigar as atividades administrativas, além de serviço técnico e sala de consulta e pesquisas. Porém, por questões administrativas, a importante conquista de posse foi adiada por longos anos para aqueles a quem havia sido originalmente construído e projetado, os funcionários do Arquivo Público. Com a ocupação desse prédio por outras instituições, as atividades acima relacionadas continuaram a ser feitas em espaço exíguo e de maneira precária.

²¹⁶ Arquivo Público do Estado do RS. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_P%C3%BAblico_do_Estado_do_RS>. Acesso em: 10 jan. 2010.

1.8 Os Préstimos à Comunidade

Em 1952, o edifício foi ocupado pela Escola Júlio de Castilhos, cuja sede fora destruída por um incêndio. Após a transferência do colégio, o Arquivo Público não pôde se instalar em seu edifício, pois para lá se mudaria a Secretaria da Administração, que ali permaneceu até 1981. As múltiplas postergações, devido ao desvio de função sofrido pelo novo prédio do Arquivo certamente registram a perda de *status* do mesmo nas visões e políticas administrativas em curso na época.

Em setembro de 1978, durante a ditadura militar, o secretário da Justiça, Romeo de Almeida Ramos, enviou ofício ao governador *designado* Sinval Guazzelli, lembrando-o de que a Secretaria da Administração em breve se mudaria para o novo Centro Administrativo, e que o Arquivo Público deveria finalmente ocupar aquele prédio, que havia sido construído especificadamente para isso. “O prédio que se cuida foi construído para o Arquivo Público que, já então (trinta anos passados) se ressentia da falta de espaço. Sua destinação da época foi desviada [...]”

Apesar de todos os protestos e reivindicações de posse para ocupação do prédio administrativo do Arquivo Público, a Junta Comercial ali se estabeleceu e permaneceu até o mês de junho de 1999, em registro indiscutível da enorme perda de relevância, para as novas administrações, das funções daquele órgão público, como assinalado. Apenas mais tarde, 1999, foi possível a ocupação do prédio III pelos seus verdadeiros proprietários. Na metade desse primeiro semestre, foi preciso ceder espaços para o armazenamento dos documentos do prédio I, a fim de colaborar com a restauração. Logo em seguida, foram realizados reparos hidráulicos e elétricos mais urgentes.

Dos três andares de construção, o térreo foi destinado ao setor de prestação de serviços à comunidade. Logo à direita da portaria, foi instalado o setor de atendimento ao cidadão. A sala de pesquisa, que inicialmente ocupou o primeiro andar, desceu para o térreo, à esquerda da portaria. O primeiro andar foi ocupado pela equipe de busca e rearquivamento e o acervo do registro civil, por ser consultado, ficou mais próximo daquela equipe.

No segundo andar, estabeleceu-se a coordenação da Equipe de Preservação de Documentos, com as áreas de higienização, restauração e controle biológico. O terceiro andar é dividido em salas, onde ficam as diferentes equipes técnicas da Divisão de Pesquisa e

Projetos DIPEP, o setor administrativo, a direção e as chefias. Há também um auditório, bastante utilizado em reuniões e eventos.²¹⁷

1.9 O Tombamento

Existe uma evolução contínua no conceito do que é patrimônio cultural. A própria Constituição Federal atualmente em vigor adota uma visão mais abrangente, reconhecendo o patrimônio cultural como a memória e o modo de vida da sociedade brasileira, elencando assim tanto elementos materiais como imateriais. É patrimônio cultural e ambiental o conjunto dos elementos históricos arquitetônicos, ambientais, paleontológicos, arqueológicos, ecológicos e científicos, para os quais se reconhecem valores que identificam e perpetuam a memória e referenciais do modo de vida e identidade social.²¹⁸

O que é considerado patrimônio histórico passou a englobar não apenas os grandes monumentos isolados de qualidade excepcional, mas ambientes urbanos ou rurais inteiros, dando maior importância ao tecido urbano e à arquitetura vernácula. As alterações que vêm sendo feitas, principalmente nos centros urbanos, comumente violentas, rápidas e *brutalizantes*, têm acentuado a conscientização da necessidade de se preservar o conjunto dessas construções. O patrimônio histórico passou a ser considerado não apenas como testemunho de gerações passadas, que nos transmitem seus valores culturais e de uso, mas também, como inserido e abrangendo os valores sociais e econômicos da atualidade.²¹⁹

No contexto internacional, o mais recente debate sobre o patrimônio histórico abrange a questão da autenticidade. A autenticidade é à base de outros documentos internacionais sobre preservação e é, inclusive, o fundamento para a aceitação de um bem como parte do patrimônio da Humanidade.²²⁰ A definição de critérios em bens culturais objetiva o seu tombamento, sendo considerado a harmonia entre a preservação das características dos edifícios e as adaptações necessárias ao seu uso.

O tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, por meio da aplicação de legislação específica, bens de valor, histórico,

²¹⁷ ROCHA, Marcia. *A restauração do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.ed.] 2002, p. 84.

²¹⁸ SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. *O que é Patrimônio*. Departamento de Patrimônio Histórico. 1999.

²¹⁹ KUHLMAN, Beatriz Mugayar (b), 1998, p. 208-209.

²²⁰ *Ibidem*. p. 215.

cultural e arquitetônico, e de valor afetivo para a população, impedindo que sejam destruídos ou descaracterizados.

O tombamento é ainda visto com incompreensão por boa parte de proprietários de imóveis considerados históricos, o que faz comumente com que alguns deles optem por descaracterizá-los rapidamente, para impedir aquela ação pública e, assim, preservar direito privado de destruição dos mesmos, em geral com fins de especulação imobiliária. Uma ação que tem contribuído fortemente à destruição do acervo arquitetônico urbano, com geral e indiscutível empobrecimento, uniformização e *brutalização* das paisagens citadinas brasileiras, com graves sequelas para seus habitantes.

A proteção do patrimônio urbano está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória é demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público. O tombamento não tem por objetivo “congelar” a cidade. De acordo com a Constituição Federal, tomar não significa cristalizar ou perpetuar edifícios ou áreas urbanas inviabilizando qualquer obra que venha contribuir para a melhoria da cidade.

A tarefa de análise pode ficar sob a responsabilidade de três instâncias correlatas ao poder público, a saber: IPHAN (nacional), IPHAE (estadual) e EPHAC (municipal). Esses órgãos abrangem vários aspectos técnicos relacionados à construção e à preservação da arquitetura em questão.

O Arquivo Público sempre desempenhou um papel importante para a comunidade porto-alegrense e para a comunidade rio-grandense. Por isso, além de sua antiguidade, suas características arquitetônicas inéditas retratam a época de sua construção, bem como o sentido de sua criação como entidade conservadora da memória do Estado. Assim, atendendo à solicitação do seu então diretor Carlos Aléssio Rossato (1987-1991), uma equipe deu início à análise e ao estudo do tombamento do arquivo.

O parecer nº 05/91 do IPHAE, descrito pela professora Mariza Simon dos Santos, responsável pela preservação dos bens móveis, reconheceu os prédios do arquivo como um bem cultural, bem como o papel que representa na história da sociedade rio-grandense:

Tendo em vista a ação oficial desencadeada para a guarda e preservação do patrimônio documental Rio-Grandense, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; - na filosofia preservacionista, já existente no início deste século, que determinou a guarda e conservação dos documentos públicos em um determinado espaço; - na criação do Arquivo Público, por ato administrativo (Decreto nº

816/1906, cuja instalação e implementação levaram o Poder Executivo à construção de um espaço próprio para abrigar a documentação que se acumulava; - na construção dos dois pavilhões em alvenaria, que representou na época uma tecnologia avançada para o fim a que se destinava, Arquivo Público, imune a incêndios e deterioração, considerado hoje o único no gênero dentro do país; - na ampliação do 3º pavilhão, reservado à administração e conservação dos documentos, cuja ocupação fugiu aos fins a que se destinava; - na avaliação da importância do Arquivo Público, como um espaço construído para a preservação de nossa história; - na vocação histórica desses prédios denominados “ARQUIVO PÚBLICO” para que se restabeleça seu pleno uso e funcionamento.

Além dessa expressão que singulariza o tombamento dos monumentos, Mariza Simon²²¹ acrescenta o valor histórico-cultural dos prédios do Arquivo Público, que detém singular significação, pois integram o conjunto de edificações públicas com destinação cultural, localizados no Centro Cultural da capital, tais como o Theatro São Pedro, Biblioteca Pública, Museu Júlio de Castilhos, Museu e Arquivo da Assembleia Legislativa, Museu de Arte, Museu de Comunicação Social e a Casa de Cultura Mário Quintana.

Com vistas ao processo de tombamento, o Arquivo Público é considerado patrimônio histórico da sociedade nas condições em que chegou aos nossos dias com seus valores estéticos e históricos, equilíbrio de uma sociedade progressista e conservadora. Sendo assim, em 12 de março de 1991, houve o tombamento dos prédios do Arquivo Público pelo Instituto de Patrimônio Histórico, passando a estar legalmente protegido, ficando proibidas as demolições e as reformas sem prévia autorização do IPHAE.²²²

²²¹ MARIZA SIMON, responsável pela preservação dos bens e imóveis – IPHAE.

²²² RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Cultura. Parecer nº 05/91 de 07 de março de 1991 do IPHAE.

SEXTO CAPÍTULO

1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO REVITALIZADO

1.1 O Restauro dos Prédios I e II

Em meados do século 19, a restauração surgiu como disciplina voltada à preservação e conservação de edifícios. Entre outros fatores, foi resultado do aparecimento de uma nova sociedade industrial, responsável pela rápida transformação do ambiente construído de então, com a destruição de numerosas edificações, e da Revolução Francesa, que teve como uma de suas conseqüências a depredação ou o desaparecimento de várias construções significativas.²²³

Quando um prédio, *moderno* ou *antigo*, começa a ter problemas de infiltração, certamente necessita uma reforma. No caso do Arquivo Público, a questão da recuperação do conjunto arquitetônico era uma questão de sobrevivência. A manutenção dos prédios e dos documentos deixou de acompanhar adequadamente o fluxo do recolhimento de documentos desde que atingiu o limite de suas capacidades de armazenamento. Os prédios “incombustíveis” construídos no início do século 20 não haviam sequer passado por reforma.

O fluxo de atividades diárias no Arquivo, aliado às leis da física e à ação do tempo, bem como o intenso fluxo de automóveis no estacionamento da Assembleia Legislativa e as variações de temperatura próprias da região, originaram fissuras em diversos pontos da edificação. As chuvas e demais intempéries climáticas danificaram severamente o telhado do prédio II, gerando infiltrações e alagamentos em alguns aéreos do pavilhão. Esses eram os problemas mais graves de degeneração dessas construções peculiares.

No início da década de 1990, já com mais de oitenta anos de atividade, o Arquivo enfrentava novamente sérios problemas em relação as suas instalações físicas, pois, além do volumoso acervo que abrigava em sua área de trabalho, possuía em torno de cinquenta

²²³ KUHL, Beatriz Mugayar (b), 1998, p. 220.

funcionários e recebia quase cem mil pesquisadores por ano. O panorama em que se encontrava a instituição era de abandono por parte do governo estadual.

Uma denúncia informal de um usuário do Arquivo ensejou movimento de mudança. Um inquérito civil instaurado para constatação da probabilidade de danos aos documentos armazenados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da precariedade do prédio que os abrigava, iniciou o longo e vagaroso processo que culminaria na sua restauração.

Em março de 1998, o então diretor Vanderlino Ramage [1997-1998] recebeu uma notificação do Ministério Público, requerendo sua presença para audiência em 08 de abril do mesmo ano. Na audiência, ele relatou que já existia um plano para restauração e reforma do Arquivo desenvolvido pela Secretaria de Obras Públicas e Saneamento e Habitação (SOPSH) e que o Estado sabia dos problemas físicos e estruturais do prédio, tanto que já haviam sido feitas visitas técnicas ao local, visando o levantamento de sua real situação. Nessa reunião, ficou registrado que o “Estado do Rio Grande do Sul manifestava concreta intenção de restaurar o prédio do Arquivo Público”.

A denúncia foi o impulso determinante para o início do processo de reestruturação, já que qualquer incidente mais grave, a partir daquele momento, ensejaria certamente responsabilização judicial, ainda mais se tratando de prédios tombados, com a exposição dos responsáveis. A obra incluiu reformas nas estruturas e nos sistemas ineficientes, assim como restauração nos aspectos que davam características históricas aos prédios e que, por sua vez, justificavam o próprio tombamento.

A primeira etapa para a definição de um programa e projeto de restauração foram o levantamento e a avaliação do edifício e de sua ossatura. A avaliação foi feita em duas etapas: uma preliminar, para determinar se era possível e/ou viável a preservação do edifício, e uma segunda, mais detalhada, envolvendo o levantamento pormenorizado, para definir, por exemplo, os métodos de tratamento; a necessidade ou não de reforços; os usos compatíveis com a edificação ou a sua adequação a um programa proposto.²²⁴

Sob responsabilidade técnica da arquiteta Renata Galbinski Horowitz, o projeto preocupou-se com a integridade dos indivíduos e dos prédios. Cuidados e técnicas específicos foram aplicados durante a ocorrência das obras. Em relação à integridade dos prédios, materiais como forros, assoalhos, rodapés, barras de proteção, esquadrias, guarnições, barrotes, peças de madeira, etc. foram retirados de seus locais originais, cadastrados,

²²⁴ KUHL, Beatriz Mugayar (b), 1998, p. 241.

restaurados e imunizados com preparado químico em local seguro até que estivessem em condições de retornar ao conjunto arquitetônico.

Algumas peças irrecuperáveis precisaram ser substituídas. Cabe ressaltar que as peças novas tiveram suas datas de instalação grafadas a fogo ou em baixo relevo. Com os anos gravados, a manutenção foi facilitada, e a distinção entre as peças originais e as substituídas tornou-se mais evidente, assegurando que a obra, enquanto reforma, modernizava o prédio e, enquanto restauro, preservava suas características originais e, portanto, o valor histórico das construções.



Figura 32- Foto do processo de restauração, obra no piso do pátio, abertura de vala, 1999. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

Figura 33- Foto da janela em processo de restauração, 1999. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

O projeto foi estruturado em vinte pontos: instalação da obra, demolições e remoções, fundações, imunizações, cobertura, estrutura, alvenarias e divisórias, esquadrias, ferragens, vidros, pintura, pisos, equipamentos, sanitários, instalações elétricas de ar condicionado, instalação hidráulica, prevenção de incêndio e mobiliário. Todo o cuidado foi tomado para que a estrutura original do prédio não fosse alterada, embora alguns acréscimos fossem feitos, como a utilização de telas ao lado externo dos exaustores, para que ficasse interrompida a passagem de qualquer tipo de animal.



Figura 34– Foto externa, restauração das fachadas. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

A instalação de um novo reservatório de água teria a função principal de abastecer os hidrantes do prédio, que constituiriam parte do sistema de prevenção de incêndio. Além dos hidrantes, estavam contidos no rol de instalação os seguintes itens: extintores de incêndio, alarme acústico, iluminação de emergência, sinalizações para indicar saída e sensores de incêndio, já que as áreas do Arquivo possuem um fluxo constante de pessoas.

Com o planejamento para a recuperação do conjunto arquitetônico pronto, o Arquivo começou a se preparar para sofrer a planejada intervenção.

1.2 Problemas e Soluções

A restauração trouxe algumas questões complexas que a administração precisou resolver. A primeira delas era como se realizariam os trabalhos do Arquivo enquanto seus pavilhões estivessem em obras – prestação de serviços e atendimento à comunidade. A solução apresentada pelos arquivistas e historiadores da instituição foi o fechamento temporário do acervo, mas felizmente, a decisão governamental foi de que o Arquivo não interrompesse o atendimento à comunidade. Portanto, os acervos não deveriam ser fechados.

A segunda parte do problema preocupava sobremaneira a equipe do Arquivo: se o fornecimento da documentação não seria interrompido, como proteger a documentação das obras. A direção do Arquivo e a empresa responsável pelo trabalho procuravam uma forma de resolver o problema. Talvez uma espécie de embalagem que isolasse a documentação. Mas como solucionar a questão do peso e do volume de dezoito milhões de documentos pertencentes aos prédios I e II. Sem uma solução para resguardar o acervo dos efeitos das obras, não ocorreria a intervenção.

Pensou-se na possibilidade de o acervo ser transferido temporariamente para outro local. O que motivaria danos incontornáveis ao acervo, próprios dessa manipulação. Durante algum tempo, a direção buscava encontrar espaços em prédios públicos estaduais que servissem de depósito aos acervos. Enquanto isso, a equipe de funcionários iniciava o processo de reconhecimento do conteúdo para identificação do material em caso de transferência, o que seria vital ao controle do deslocamento do patrimônio sem perdas ou danos. As condições para o arquivamento correto do material não foram encontradas e os cuidados com a climatização do ambiente acabaram por restringir ainda mais as possibilidades de mudança. Em pouco tempo, o prédio I deveria ser esvaziado e a transferência ocorreria de qualquer maneira desde que a organização do acervo não fosse comprometida. Nesse momento, em junho de 1999, foi anunciado pela diretora do Arquivo Isabel Almeida que o Arquivo estava sendo enviado para ocupar o prédio III. O espaço tão procurado estava juntamente ao lado.

Em 22 dias úteis, de 30 de junho a 10 de agosto de 1999, foram transferidos documentos de 2711 prateleiras para os andares do prédio III. Um sistema de transferência foi elaborado pela equipe do Arquivo a partir da identificação e etiquetagem de grupos de documentos, com informações das salas e das prateleiras do prédio I, a fim de que o material fosse encontrado com facilidade no prédio III. Dessa forma, esvaziou-se o primeiro pavilhão para o início das obras. O trabalho iniciou em 13 de setembro de 1999 e as obras começaram em 21 do mesmo mês, com previsão de término em janeiro de 2000.

A questão do que fazer com os documentos novamente atormentava os engenheiros e a equipe da casa, pois mais uma vez o patrimônio documental estaria em risco durante o manuseio das obras. Outras soluções foram apresentadas para vencer o obstáculo, como a sugestão da empresa de embalar os documentos com um material plástico importado. Esta parecia uma boa saída, contudo o valor de tal processo ultrapassaria a quantia fixada no orçamento.

Outra solução apresentada foi a construção de um grande caixote, evitando a entrada da poeira e a sujeira da reforma. O caixote foi construído com chapas de compensado de 6 mm e abrigou todos os pavimentos, do forro ao piso, ao longo das estantes. Com isso, foi possível a manutenção dos serviços, pois as paredes do caixote eram servidas com portas que davam acesso às estantes. O caixote satisfazia três pontos principais: a simplicidade da execução da ideia; a proteção oferecida ao acervo e o rápido e fácil acesso dos funcionários aos documentos, necessário ao atendimento ao público durante as obras. A solução primava pelo baixo custo.²²⁵



Figura 35 - Foto dos caixotes, visão externa das paredes que serviam de portas para o acesso aos corredores das estantes (eram 36 portas), 1999. Fonte: Acervo APERS.

Figura 36 - Foto dos caixotes, visão das portas fechadas com cadeados, 1999. Fonte: Acervo APERS.

O caixote possibilitou outra alteração no projeto original. As infiltrações que existiam no telhado do prédio II exigiam sua remoção, havendo o risco de deixar o acervo a céu aberto. Uma proteção móvel de estrutura e telhas metálicas foi construída “sobre o telhado”.

Em virtude da complexidade das intervenções, foi solicitada uma prorrogação de prazo de mais de sessenta dias. Com o novo término programado para março de 2000, em fevereiro o Arquivo solicitou a inclusão de alguns serviços extras não previstos no projeto inicial, pois o projeto complementar, além do caixote e do sobretelhado, abrangia outros pontos. Uma alteração substancial foi a substituição de escadas existentes no pavimento térreo do prédio II por rampas, para facilitar o deslocamento do carrinho com documentos, aperfeiçoando o trabalho da equipe de busca e o rearquivamento. Outra questão do projeto foi o conserto e pintura das estantes do prédio I: 2.425 prateleiras.

²²⁵ ROCHA, Márcia, 2002, p. 71 -73.

As estantes de madeira que cobriam as paredes internas do prédio II foram substituídas por novas de ferro. A área externa do prédio também sofreu alterações: remodelação do jardim; construção de passagem para o carrinho dos documentos; uma escada, tornando o ambiente mais bonito através da distribuição da vegetação em vários espaços do terreno e aumentando o número de vagas para o estacionamento.



Figura 37– Foto interna do APERS, piso vazado e estante em concreto após a restauração, 2001. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

A sala de pesquisa fora instalada no prédio III: portanto, o fluxo de documentos e funcionários entre um prédio e outro os expunha às intempéries do tempo. Entre os dois prédios foi construída passarela de ligação, evitando a exposição dos documentos à chuva. A passarela teve de ser aprovada pelo IPHAE, visto que se trata de uma alteração estrutural no conjunto tombado. A solução adotada foi a criação de uma passarela de policarbonato no nível do pavimento térreo, buscando marcar claramente, com materiais contemporâneos e leves, a intervenção atual, uma vez que se tratava de um prédio tombado pelo Estado.



Figura 38 - Foto do prédio I após a restauração, 2001. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

A arquiteta Renata Galbinski Horowitz assinala:

[...] a liberação total do prédio junto à rua Riachuelo pela Junta Comercial permitiu que fossem transferidos para este todo o acervo documental do prédio I, bem como a administração do Arquivo Público, a direção, os serviços de recuperação do acervo e também o atendimento ao público. Com exceção da documentação que ocuparia provisoriamente o espaço deste prédio, as demais atividades deveriam permanecer ali de forma definitiva. A direção solicita então, a interligação deste prédio como o prédio II, para agilizar a busca da documentação.²²⁶

²²⁶ ROCHA, Márcia, 2002, p. 45-93



Figura 39 - Foto do prédio 2 após a restauração, 2001. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

As obras do Arquivo, iniciadas em setembro de 1999, em razão dos projetos complementares e impasses jurídicos, demoraram-se, finalizando apenas no início de 2001.

1.3 A Reforma do Prédio III

Foi necessário que se realizassem reparos no Prédio III, visto que, após tantas ocupações funcionais diversas, ele praticamente necessitava ser reconstruído. A direção do Arquivo solicitava reforma do prédio III, o que não foi possível, sob a alegação de custos elevados, não previstos em orçamento. A retomada deste prédio era um sonho acalentado por todos do Arquivo. Elaborado e licitado em períodos anteriores, o projeto de reforma dependia de aprovação da Junta Financeira do Estado. O ano de 1999 era início de um novo governo, Olívio Dutra (PT), no qual ocorreram reformulações e reorientações de projetos políticos, trazendo incertezas quanto à aprovação do projeto.

Em abril de 1999, recebeu-se a esperada resposta da Junta Financeira: a obra estava para acontecer. Com a liberação da verba no mesmo ano, a Secretaria de Obras abriu licitação

para a reforma e execução de restauração dos prédios I e II. Nesse mesmo momento, o Arquivo solicitara a possibilidade de inclusão do prédio III, como aditivo do contrato que executaria as reformas nos prédios I e II. Porém, não foi possível. Somente em 20 de dezembro daquele ano houve licitação, e com construtora vencedora. Coincidentemente, durante os primeiros meses de 2001, o Arquivo executava a restauração dos prédios I, II e III.

As obras do prédio III abrangeram a recuperação, lavagem e pintura das paredes externas e internas, assim como a pintura das esquadrias e janelas. Foi aplicado filme de controle solar nos vidros, houve a troca do piso térreo e a reforma do piso do terceiro andar. Foram construídos mais banheiros no térreo e reformados os existentes. As esquadrias e azulejos dos banheiros foram pintados.



Figura 40 – Foto da sala de atendimento do terceiro prédio, reformada. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

Figura 41 – Foto da sala de pesquisa do terceiro prédio, reformada. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

Houve intervenções nas escadas internas, telhado e cozinha do terceiro andar. Com as alterações aos aspectos físicos, passou a haver espaço para adequada acomodação de todo aparato da instituição.



Figura 42 – Foto do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Edifício administrativo, 1950. Fonte: Família Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2009.

A retomada desse prédio trouxe profundas mudanças estruturais na história do Arquivo. A reintegração do prédio III é carregada de simbolismo, porque representa o resgate de um patrimônio não só da terceira parte que faltava para completar o conjunto, mas também do Arquivo, como patrimônio institucional da comunidade sulina. Ainda que os dois pavilhões sejam os que possuem características especiais para o armazenamento e manutenção da documentação, é no topo do terceiro prédio que está grafado “Arquivo Público”.²²⁷

1.4 Histórias Extraordinárias

Os dois túneis construídos juntos ao Palácio Piratini têm cerca de dois metros de altura e um metro de largura na parte mais larga e menos de cem metros de comprimento. Eles começam e terminam dentro do pátio do Palácio, mas a extensão das histórias ligadas a eles é bem maior. Se é folclore ou lenda, a questão foi sempre um *mistério*. A história dessas galerias ou túneis, que diziam se espalharem ao longo do subterrâneo da velha colina, onde

²²⁷ ROCHA, Márcia, 2002, p. 88.

estão plantados o Palácio Piratini, a Catedral, o Arquivo Público e milhares de prédios, uns antigos e decadentes, outros modernos.²²⁸

Há mais de cem anos, quando os operários da Campanhia Hidráulica Porto-Alegrense construíram uma enorme cisterna para depósito de água na Praça da Marechal Deodoro, devem ter encontrado uma das bocas do tal túnel, fechada com a própria parede do referido reservatório subterrâneo. Não há registro conhecido de comentário sobre o assunto na época.

No início do século 20, quando os franceses começaram a abrir os profundos alicerces do Palácio Piratini, depararam-se com um enorme túnel que se dirigia em sentido norte e, a seguir, com escadarias de velhos tijolos enveredando rumo ao sul.

O mesmo aconteceu com a construção do Arquivo Público, pois o portão de entrada para umas dessas galerias encontra-se ao lado do primeiro pavilhão, construído em 1910.



Figura 43 – Foto da entrada do túnel no APERS, 2010. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

Figura 44 – Foto da entrada do túnel, portão de grades no APERS, 2010. Porto Alegre. Fonte: Acervo APERS.

²²⁸ SANHUDO, Ari Veiga. *As decantadas galerias subterrâneas do Palácio*. Porto Alegre: Sulina, vol. I, 1961, p. 37.

Em 1930, quando se começou a rasgar a velha Rua Paranhos para a construção do viaduto Otavio Rocha, na atual Avenida Borges de Medeiros, uma turma de trabalhadores, ao realizar uma escavação maior, observou fenda no subsolo que se parecia com buraco escuro. A prefeitura foi informada do caso e tomou a simples precaução de fechar a fresta. Pouco mais de uma década depois, o episódio repetiu-se, quando Loureiro da Silva mandou abrir a atual Avenida Senador Salgado Filho. Também na época, o acontecimento não produziu maior curiosidade.

Entretanto, há poucos anos, quando começaram as escavações para a fundação dos alicerces do Palácio Legislativo, o assunto do túnel emergiu novamente à luz. Ao ser dinamitada, uma das paredes da antiga cisterna da Hidráulica Porto Alegrense, que oferecia resistência às referidas fundações, deparou-se com enorme abertura da galeria subterrânea, à luz do dia real e palpável. Ali estava a boca do túnel, provavelmente truncado com as construções das primitivas obras do reservatório das águas da cidade, que agora passavam de lenda e mistério à história.

Há versões sobre as origens dos túneis. Uma delas é que teriam sido construídos, em 1773, pelo governador José Marcelino de Figueiredo, para que as autoridades pudessem escapar de eventuais inimigos. Dizem ainda foi construído pelos farrapos, quando suas forças ocuparam a cidade. Hipótese também pouco provável, porque tiveram a cidade em mãos apenas por nove meses.

Há pelo menos um século, discute-se sobre a existência de galerias subterrâneas no Palácio Piratini. Hoje, tem-se certeza de que realmente existiram: o que não se sabe ainda é quem os construiu. Existe uma pesquisa publicada a respeito do assunto, referindo que possivelmente os túneis existiam desde 1836, época da Revolução Farroupilha. Conta a história que um soldado trouxe a público a existência dos túneis através de uma carta encontrada em uma das entradas que levava a um subterrâneo.

A carta teria sido escrita por Tito Livio Zambecari, um dos intelectuais da Revolução Farroupilha. Junto a ela, havia um mapa que descrevia as diversas entradas e múltiplas galerias do túnel. A maior passava pelo Palácio Governo em direção a quatro lugares diferentes: o primeiro fica a oeste, volta da Usina do Gasômetro; o segundo, a leste, Praça Raul Pilla; o terceiro, ao sul, na Fernando Machado, e outro ao norte, que sai no Arquivo Público do Estado (em direção ao Cais do Porto). Ainda existem bifurcações desconhecidas

que saem em outras partes da cidade. Nada mais apresentava o mapa, a não ser uma curiosidade: o nome do general Bento Gonçalves da Silva assinado em um canto da carta.²²⁹

Trata-se de mais um atrativo ao Arquivo Público, pois, para quem o visita, é de fácil percepção que do lado de fora do primeiro prédio encontra-se uma das entradas para o misterioso túnel. Fechado com grades de ferro, revestido em tijolos antigos, devidamente interrompido pela ação de obras, o túnel aparentemente é bastante largo, por onde naturalmente poderiam caminhar duas pessoas lado a lado. Sua profundidade média é de 50 metros abaixo do solo, por isso justifica sua entrada aparente no pátio do Arquivo Público, que foi construído no desnível do terreno da Praça da Marechal Deodoro.



Figura 45 - Foto das Escadas que levam ao portão do túnel. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: <http://bandodebarronoarquivo.blogspot.com>. Acesso em: 18 maio 2010.

Figura 46– Foto da rosácea que ventila o túnel. Fonte: Marco Fronckowiak. Disponível em: <http://bandodebarronoarquivo.blogspot.com>. Acesso em: 18 maio 2010.

O túnel foi construído com alguns respiradouros em canos de ferro rebitados, com cerca de 60cm de diâmetro, e outro cano, de 10cm de diâmetro, que se estende por toda a extensão dos túneis no meio do piso dos tijolos e cuja utilidade não se descobriu. Na foto acima, é possível perceber a rosácea que ventila um túnel que ligava o Arquivo ao Palácio Piratini, posteriormente interrompido pelo prédio da Assembleia Legislativa.

É certo que eles existem, estão lá e tiveram sua utilidade de qualquer modo, sigilosa ou não. Hoje já não é mais possível desconhecer sua existência.

²²⁹ Túneis do Piratini. Zero Hora. Porto Alegre. Caderno D, mar. 1988, p. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transcurso dos cem anos de vida do Arquivo Público do Estado do RS, em 2006, foi um incentivo à realização de registro histórico abrangente e aprofundado daquela instituição, contribuindo com o incentivo à pesquisa documental no campo da arquivística e da historiografia. Escrever sobre a vida dessa instituição mostrava-se de importância fundamental para a história dos arquivos públicos do Estado do Rio Grande do Sul.

Para desenvolvermos nosso objetivo, traçamos um panorama muito sintético desde o aparecimento da escrita que condicionou o surgimento dos arquivos até os dias atuais. Nosso conhecimento sobre os primeiros arquivos surgem de descobertas arqueológicas. Nesses arquivos da Antiguidade, conhecidos como “arquivos de Palácio” ou de “Argila”, encontraram-se valiosos documentos que comprovaram a existência de uma sociedade organizada.

Esses primeiros arquivos foram encontrados no sul da Mesopotâmia, em torno de 3.600 antes da nossa era. A guarda e a conservação dos documentos por parte dos governos representavam a garantia de seus direitos e o controle geral do seu país, eram preservados por finalidade funcional. Entre esses governantes estão o sumério Hamurabi, na cidade de Mari; em Nínive, capital do Império Assírio; no palácio de Assurbanipal e Sargão II da Assíria, no Templo de Erech, entre outros.

Mais tarde, em torno de 510 a.n.e. temos os arquivos de Roma, que funcionavam em templos. A organização grego-romana contribuiu para a evolução das técnicas arquivísticas, desenvolvendo o conceito de arquivo público a serviço do cidadão, na acepção da cidadania restrita da época, pois os arquivos centrais teriam sido criados para uso estatal. Com a crise do Império Romano, essa refinada administração centralizada desapareceu. Com a chegada da posteriormente chamada Idade Média, os arquivos públicos e privados ficam sob domínio da Igreja. Os arquivos públicos desaparecem, surgindo arquivos de propriedade daqueles que detinham o poder religioso ou secular. Durante a Idade Média, os arquivos e documentos estiveram sob o domínio do clero.

A partir do século 12, os arquivos voltam a ter importância para o governo: o aumento da produção documental exigiu uma atenção especial aos arquivos dessa forma, os arquivos deixam de ser de uso exclusivo da Igreja, detentora do poder cultural, e retornam ao serviço do Estado. Esse período fica conhecido como a época dos “Arquivos de Estado”. Com a

chegada do século 14, surgem na Europa arquivos centrais, como o Archivo de La Corona de Aragon, em 1318, e o arquivo da Torre do Tombo de Portugal, em 1325.

No século 16, com o surgimento do moderno Estado, aparecem os primeiros arquivos de Estado, com a centralização dos documentos. Contudo, não havia consulta pública, a não ser de pessoas autorizadas pelo governo. O Arquivo de Simancas, na Espanha, de 1540, é considerado o primeiro arquivo de Estado. Em resumo, da Antiguidade à Idade Moderna, os arquivos foram privilégio dos governos que os criaram para servir particularmente às classes aristocráticas dominantes; o acesso à consulta era somente de pessoas autorizadas.

Os tempos Modernos significaram um grande marco para a história dos arquivos nacionais, com a fundação do primeiro arquivo nacional, em 1790, o Arquivo Nacional de Paris. Com a Revolução Francesa, a partir de 1789, há uma reversão nos serviços de arquivo. De uso exclusivo da monarquia, passam ao serviço do cidadão, nem que fosse formalmente. E isso em um contexto em que se criava o conceito moderno de cidadania. Tal mudança favoreceu a abertura de vários arquivos nacionais no mundo. Do século 19 ao 20, presenciamos o desenvolvimento de vários arquivos públicos e a remodelação de suas funções. Entre eles, destaca-se o da Inglaterra, o Public Record Office, de 1838. Desenvolve-se, então, a historiografia científica, que encontrava nos documentos arquivísticos os elementos básicos de investigação histórica, por meio da pesquisa documental em arquivos.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma explosão documental, ou seja, do material que deveria ser arquivado. Os Estados Unidos, preocupado em racionalizar e controlar a produção documental, impôs-se a necessidade de reorganizar administrativamente os documentos desde sua criação até sua destinação final, aplicando-se a teoria das três idades aos arquivos. Ainda mais que, até então, a arquivística preocupava-se, sobretudo, com a preservação dos documentos antigos. A partir da década 30, nascia uma visão muito mais ampla da arquivística.

No Brasil, assim como nos demais países, é antiga a preocupação com os documentos públicos. Embora o Brasil seja um país recente, a origem dos seus arquivos surge da continuação do Estado português, com uma muito antiga e muito extensa tradição nesse domínio, devido principalmente à complexidade da administração de seu vasto império. A família Real trouxe para o Brasil, em 1808, além de sua comitiva, o tesouro real português e o núcleo central de sua documentação.

Instituições como a Biblioteca e o Arquivo Real foram recriadas no Brasil, com a finalidade de manter em solo americano o funcionamento do Estado imperial português. Mas,

foi o governo imperial [1822-1889] que, em 1838, através de um regulamento, previu uma repartição que preservasse o patrimônio documental da nação, sobretudo do poder monárquico. Diferentemente dos arquivos nacionais da Europa, que serviam ao Estado e também ao cidadão, nem que fosse boa parte formalmente, o Arquivo Imperial, servia exclusivamente ao governo, perpetuando a política portuguesa de sigilo dos tempos coloniais.

O Império organizou-se, é bom lembrar, como Estado escravista, que marginalizava totalmente a cidadania de enorme parte da população do Brasil, com destaque para os trabalhadores escravizados. O Arquivo Imperial, hoje, Arquivo Nacional, uma das principais instituições arquivísticas do país, encontrou sérias dificuldades no passado para alcançar suas funções primordiais. Ainda hoje, luta para democratizar o acesso ao acervo, a fim de permitir ao cidadão acesso às informações contidas em documentos de arquivo.

No Rio Grande do Sul, as primeiras tentativas de criar um arquivo como instituição independente datam de 1848. Essa e outras iniciativas não chegaram a prosperar, registrando a visão, digamos, de Estado *liberal* mínimo, esposada pelas classes latifundiárias-escravistas que hegemonizaram o poder central e regional no Brasil, de 1822 a 1889. Nesse contexto, sobretudo a produção, registro, guarda, consulta, etc., de documentação administrativa perdia importância em um aparato Estatal fortemente restrito pelo domínio do poder privado.

Dessa forma, somente 55 anos após essa primeira tentativa, em 1905, sob o novo contexto político republicano, o governo do Estado do Rio Grande do Sul planejou e implementou a organização de um arquivo público que expressasse a democratização do Estado, como era compreendida pelo castilhismo. Ao contrário das demais instituições do gênero no país, desde o início, o Arquivo rio-grandense teve suas funções vinculadas à sociedade regional, funcionando em prédio nobre, moderno símbolo da hegemonia e da visão positivista sobre a importância das instituições estatais e da administração científica da coisa pública.

Portanto, em todos os lugares e em todas as épocas, os arquivos foram considerados um *locus* de poder, administrativo, intelectual, cultural e político. Sofreram, conseqüentemente, as determinações e vicissitudes das sociedades em que se inseriam.

Em 1906, pelo Decreto Estadual nº 876, no uso de suas atribuições, o presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, criou o Arquivo Público, uma das seções da repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Rio Grande do Sul. O presidente do Estado propunha um órgão que exercesse o papel de Arquivo Central na Administração Pública Estadual, com a finalidade de preservar, para fins administrativos e históricos,

documentos importantes do Estado, postos à disposição da população, segundo os princípios de transparência administrativa republicana. À primeira seção do Arquivo Público, competiam a guarda e a catalogação dos documentos que lhe fossem confiados, especialmente os que diziam respeito à história do Rio Grande do Sul colonial, imperial e republicano.

Houve algumas objeções por parte dos municípios que não concordavam com a centralização dos documentos do Estado. Tais objeções, que expressavam fortemente a oposição das classes liberais-pastoris, definitivamente deslocadas do poder central em 1835-1845 foram contestadas por Borges de Medeiros, afirmando que a guarda da documentação estaria mais segura e melhor seria sua conservação, pois as condições do prédio traziam comodidade na obtenção dos documentos. Propôs que a reunião dos arquivos em um só lugar facilitaria a consulta dos interessados. Mais de um século após aquela decisão, tornou-se indiscutível que tal medida garantiu significativamente a conservação de uma documentação que, descentralizada, teria sido em grande parte perdida.

Os primeiros anos de funcionamento do Arquivo Público, sobretudo após 1930, foram assinalados por uma série de transformações e pela adoção – ou não adoção – de medidas que traduziam os objetivos do poder político estadual, que se espelhavam profundamente nessa instituição. As respostas – ou não respostas – conhecidas às crises *de crescimento* do Arquivo, espelham fortemente essas transformações.

A primeira grande crise foi em 1909, quando a falta de espaço, ensejada pelo crescimento da documentação, passou por um período crítico quanto à preservação e à guarda de documentos, desanexando as seções do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca, que passaram a constituir instituições independentes. A seção de Estatística constituiu um departamento administrativo especial. Instalada em prédio próprio, a repartição de Estatística passou a compreender três seções – estatística econômica; estatística política e estatística demográfica, que produziram importantes trabalhos relativos à estatística das diversas instâncias das atividades no Estado.

A outra seção, a Biblioteca, também surgia como repartição independente, e, em 1912, iniciou-se a construção de prédio próprio para ela, com o projeto de Alphonse Hebert, engenheiro das obras públicas do Estado. Em 1915, já autônoma, essa instituição transferiu-se para a sede atual na Rua Riachuelo, esquina General Câmara, um palacete em estilo neoclássico, de arquitetura fortemente influenciada pela simbologia positivista.

Quatro anos depois da desanexação das repartições, o Arquivo continuou a recolher os documentos. A repartição foi então reorganizada pelo Decreto nº 1.994, de 27 de junho de 1913, que distribuiu seus serviços em três seções.

À Primeira Seção coube a conservação metódica dos arquivos administrativos, que reuniram documentos relativos às mensagens presidenciais, aos anais da Assembleia dos Representantes, aos relatórios das secretarias de Estado, aos balanços dos tesouros estadual e municipal e aos registros relativos aos funcionários da máquina burocrática. A Segunda Seção dos arquivos guardaria a documentação referente aos fatos históricos da época, como guerras, batalhas e revoluções, além de personagens ilustres, como Júlio de Castilhos, Venâncio Aires e outros. Finalmente, a Terceira Seção, referente aos arquivos judiciários, seria abastecida com cartas de concessão de sesmarias, inventários, registros de nascimentos, casamento e óbitos.

A segunda grande crise de crescimento deu-se, nos anos 1920. Até 1924, a Segunda Seção lutou contra problemas de espaço físico, de funcionários e de recolhimento de acervos. Nesse momento, o Arquivo Público possuía valiosos acervos, como da Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, contendo livros e manuscritos, da documentação do século 18, sob a rubrica “Administração da Fazenda”, e da Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues, entre outros. Seus importantes acervos recolhidos serviram à publicação da revista do Arquivo Público, destinada à publicação metódica de memórias históricas. Nesse contexto de transformação, em 1925, constituiu a separação da Segunda Seção do Arquivo Público Estadual e, com ela, o seu acervo e parte de funcionários, transferindo para o Museu Julio de Castilhos.

Essa mudança administrativa ensejou críticas e defesas sobre o destino da documentação produzida no Estado. Por causa dessa divisão, atualmente o Arquivo Público do RS tem sob sua guarda os documentos do poder judiciário, e o Arquivo Histórico guarda documentos do poder executivo.

O Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico, como ficou denominado, passou por diversas fases. A descontinuidade da administração pública gerou momentos críticos ao Arquivo Histórico, como aumento do acervo, troca de direção e reformas intermináveis, causando o fechamento dele por diversas vezes. Consequências que levaram à divisão das instituições, medida necessária para desafogar o Museu, assoberbado até então com acervos de diferentes procedências.

A partir de 1954, devido a essa divisão, o Arquivo Histórico passava a ter sua história relatada como instituição cultural independente. Essa nova fase, certamente, foi um grande

desafio, que não deixou, no geral, de ser um registro significativo da preocupação dos governantes rio-grandenses sobre a documentação e a história regional. Comumente, montanhas de documentos aguardavam profissionais que fizessem funcionar o Arquivo. Por longas décadas viveu-se a falta de material de escritório, de estantes, etc. e, principalmente, de local em condições técnicas adequadas para a guarda da documentação. Foram comuns as simples interrupções do atendimento público, por problemas físicos e administrativos. Tudo isso dificultou por anos a divulgação do acervo referente à história do Rio Grande do Sul.

Diante da falta de imóveis pela conseqüente expansão do acervo e da precariedade de suas instalações, o Arquivo Histórico mudou *daqui para ali*, até ser transferido para o prédio dos Correios, hoje, Memorial do Rio Grande do Sul. A mudança foi feita apenas em 2001, após vários projetos, alguns frustrados de instalação em sede própria. Durante muitos anos, houve tentativas de unir novamente essas duas instituições, entretanto, tanto a comunidade quanto pesquisadores não aprovaram essa união. Desde a data de criação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, essa situação esteve bem clara, são dois arquivos com destinos diferentes, cada qual com sua importância.

Já nos anos seguintes após a desanexação da Segunda Seção, em 1928, o Arquivo Público do Estado do RS, através de um regulamento expedido pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, ditou uma nova reorganização para o arquivo. Mas apenas alguns anos mais tarde as deficiências no recolhimento e no descarte evidenciavam a dispersão e o descontrole no tratamento dado aos acervos. Tomado em conjunto, pode-se afirmar que boa parte desses acontecimentos foi gerada pela administração pública que na época vivia um período de crise, frustrando por décadas o projeto republicano para fundação do Arquivo.

Nos diferentes estágios da vida já centenária do Arquivo Público do Estado do RS, certamente um dos momentos de maior importância foi da sua projeção e construção.

Desde a criação do Arquivo, o volume documental continuava crescendo e logo passou por um período crítico em relação à preservação e a guarda sistemática de documentos. Nesse momento, o Arquivo mudou-se duas vezes suas instalações. Inicialmente, começou a funcionar no andar térreo do edifício da Escola Complementar, situado na Rua Duque de Caxias esquina Marechal Floriano Peixoto, onde hoje se encontra a Escola Sévigné. Em pouco tempo, o espaço demonstrou pequeno. Procurou-se um novo espaço, sendo o arquivo transferido para o prédio da antiga “Bailante”, onde atualmente se encontra o prédio da Assembléia Legislativa.

Em 1909, Carlos Barbosa Gonçalves, o então presidente do Rio Grande do Sul, aprovou a construção de um pavilhão para a guarda da documentação que via um prédio destinado especialmente ao Arquivo Público como uma solução aos problemas de espaço físico do Arquivo. Entre 1908 e 1910, o governo comprou um conjunto de áreas na localidade da Praça Marechal Deodoro. A localização do edifício do Arquivo Público era peculiar. O projeto arquitetônico, sobretudo, resolvia um problema de desnível existente ao lado noroeste da praça, sem prejudicar a vista do Palácio do Governo. O novo prédio do Arquivo Público fazia parte do Projeto de Ampliação e Embelezamento da Praça Marechal Deodoro, ligado ao processo de expansão que a cidade de Porto Alegre viveu naquela época.

A construção do prédio do Arquivo foi iniciada a 18 de novembro de 1910 e finalizada a 05 de julho de 1912. O projeto registrava o vanguardismo de sua iniciativa. O prédio, em alvenaria, possui alicerces e porões em pedra que dificultam a propagação da umidade, de modo a estabelecer uma circulação de ar conveniente para a conservação de papéis. O prédio é encimado por uma abobada de ladrilho, que lhe serve de teto, recurso decorativo tradicional da arquitetura francesa, cujo eixo corre paralelamente a Rua Riachuelo. As paredes são duplas, com a parte interna oca, com aberturas de um só lado, com o objetivo de vedar o ambiente contra mudanças bruscas de temperatura e de umidade relativa do ar. O sistema natural de circulação de ar assegurado pelas características arquitetônicas dos prédios e do seu mobiliário garantem, nos três andares, sem nenhum recurso mecânico, uma temperatura média de 18 e 22 graus centígrados e uma umidade relativa do ar de 45 a 50%, adequadas ao acervo. O mobiliário do Arquivo, parte do projeto, registra a preocupação em construir um prédio adaptado permanentemente a sua função.

Há ainda dúvida sobre a autoria do projeto e direção da importante construção, que a tradição apresenta como sendo de autoria de arquiteto estrangeiro Mauricie Grás. Desde o início do século 20, a influência francesa é marca em Porto Alegre, alguns de seus prédios, praças e construções carregam características dos arquitetos franceses. Sabe-se que a obra foi entregue à imediata fiscalização da Secretaria das Obras Públicas e que se designou o engenheiro desenhista de Obras Públicas, Alffonse Dinis Hebert, secretário de obras na época, para conduzir o projeto. Para execução da obra foi aceito a proposta de João Cattani, construtor experiente em prédios de concreto armado, responsável por importantes construções na capital.

Superando as necessidades de arquivamento os cálculos iniciais realizados para o edifício inicial, e havendo outros arquivos para recolher, tornou-se necessário a construção de

outro corpo do edifício. Em fevereiro de 1918, iniciou-se a execução das obras da ala esquerda deste edifício, obedecendo ao mesmo estilo arquitetônico do primeiro – porém, com uma área maior, em virtude do terreno. Os dois pavilhões do Arquivo Público têm 567 e 500 m², respectivamente. Trata-se de construção imponente, incombustível, segundo os mais avançados princípios construtivos da época. Portanto, registrava também no seu estilo o projeto positivista de “conservar, melhorando”, ao associar a nova arquitetura burguesa à tradição do século 19.

Alguns anos mais tarde, em 1930, novamente voltou a faltar espaço físico nas edificações. Então, um novo prédio foi planejado para abrigar os serviços administrativos do Arquivo. Mas, sob a escusa da falta de verba, somente em 1948 iniciaram as obras do terceiro prédio, concluídas em 1950. Porém, por questões administrativas, a importante conquista foi adiada por anos, sendo ocupado o novo prédio por outras instituições, até junho de 1999, quando finalmente os verdadeiros *destinatários* conseguiram ocupar o lugar.

O prédio principal é destinado aos setores administrativos e técnicos e os pavilhões anexos servem para a guarda dos documentos. O terceiro prédio, que forma o conjunto arquitetônico construído de frente para a Rua Riachuelo, esconde as edificações históricas de estilo neoclássico. Com uma fachada de linhas retas e sem quaisquer adornos, não possui as características dos prédios anteriores pela sua funcionalidade e modelo arquitetônico da época.

Outro acontecimento marcante para a história do Arquivo Público ocorreu em 1991 o tombamento do conjunto arquitetônico do Arquivo pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. O reconhecimento dos prédios do Arquivo Público como um bem cultural representa o sentido de sua criação como instituição criada especificamente para a conservação dos documentos e memória do Estado.

No aniversário de 95 anos da instituição, foi possível comemorar de forma redobrada, pois pela primeira vez na história o Arquivo teve os seus dois prédios restaurados e seu pavilhão central reformado. O projeto de recuperação arquitetônica envolveu reformas, substituições e restauração sem que a estrutura original do prédio fosse alterada. Um belo evento foi organizado para marcar a entrega dos prédios de estilo neoclássico que foram construídos em um período histórico de forte influência da ideologia positivista. O objetivo foi alcançado -, elevar o Arquivo a um lugar de destaque no meio cultural. Para isso, era preciso que se melhorassem as condições físicas para funcionários, pesquisadores e

comunidade em geral. Essa iniciativa representou a continuidade de um trabalho começado no início do século 20 e que serviria de impulso as novas gerações.

Nos seguintes anos, o Arquivo, como instituição, passou a esforçar-se para transformar e concretizar novas políticas. Para modernizar, agilizar e padronizar os procedimentos arquivísticos, criou o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul, despertando atividades de avaliação, uso de tecnologias e, principalmente, estimulando a pesquisa histórica. Tal sistema visa traçar diretrizes para o gerenciamento da informação, produzidas pelos órgãos do poder Executivo, tornando-a acessível tanto para a administração deste poder como para a comunidade.

Portanto, além de construir uma biografia da instituição, procuramos também analisar seus préstimos à sociedade como organismo ativo, instigando outros estudos e pesquisas. O estudo sobre os cem anos do Arquivo Público concedeu-nos a oportunidade de acompanhar o trabalho permanente dessa instituição na construção da memória rio-grandense.

REFERÊNCIAS

Livros

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.
- ALBORNOZ, Luiz Octavio M. *Arquivologia e relações humanas*. Rio de Janeiro: Ferreira, 2005.
- ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo: Alcides Maya 1877-1944*. Porto Alegre. Edipucrs: IEL, 1994. (Coleção Ensaios)
- ALVAREZ, José Mauricio. *Arquitetura Monumental e Vontade de Potência*. Rio de Janeiro: Oficina Letras & Artes, 1991.
- AMARAL, José Roberto do (Org.). *História política da república: coletânea de ensaios inéditos comemorativos do centenário da República*. São Paulo: Papirus, 1990.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *História, publicações e legislação*. Organização do texto Teniza Spinelli. Porto Alegre: EST Edições, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 51)
- ABREU FILHO, Silvio Belmonte. *Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre*. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BARBOSA, Rinaldo Ferreira. *A arquitetura de Porto Alegre no período positivista*. A cidade mudando de cara no início do século XX. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2008.
- BECKER Klaus. (Org.). *Enciclopedia Rio-grandense*. O Rio Grande Antigo. v. 2. Canoas: Regional Ltda., 1995.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BERWANGER, Adriana Lampert. *Experiências na implementação de normas para o SIARQ/RS*. Boletim Informativo. Porto Alegre, s/d.
- CANEPA, M. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CÉSAR, Guilhermino e outros. *RS: Economia & Política (Org.)*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. 424 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Normas e recomendações técnicas sobre construção e reforma de arquivos*. Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: A arquitetura de ferro no Brasil*. 2 .ed. São Paulo: Edusp 2001.

COSTA, Célia Maria Leite, FRAIZ, Priscila Moraes Varella. *Acesso à informação nos arquivos brasileiros*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

COSTA, Célia. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26. 2000.

DIEFENBACH, Samantha. *Affonso Hebert: Ecletismo Republicano no Rio Grande do Sul*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura – PROPAR. Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DORNELLES, Beatriz (Org.). *Porto Alegre em destaque: história e cultura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 17. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. v. 2 Porto Alegre: Globo, 1997..

FELIX, Loiva Otero. *A sistemática da distribuição regional do poder no RS na I República*. Estudos Leopoldenses. v. 32, n. 146, março-abril, 1996.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *O arquivo e seus amigos*. Estado de Minas, 1 de julho de 2000. Caderno Pensar.

FOCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FRANCO, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira. *Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI*, São Paulo, ano 4, n. 8, p. 17-20, abril 1984.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1988.

GOURGUES, Michel e TALBOT, Michel. *Naquele tempo*. Concepções e práticas do tempo. São Paulo: Loyola, 2004.

GRAEFF, Edgar A. *Arte e técnica na formação do arquiteto*. São Paulo: Nobel/Fundação Vilanova Artigas, 1995.

JARDIM, José Maria. *O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

KÜHL, Beatriz Mugayar (a). *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar (b). *Preservação da Arquitetura do Ferro: Aspectos teóricos e técnicos*. São Paulo. Ateliê: FAPESP: Secretaria da cultural, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LOPES, Luiz Carlos. *Arquivópolis: uma utopia pós-moderna*. Ci. Inf. Brasília, 22 (1): 41-43, jan./abr. 1993.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História das profissões da área tecnológica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CREA/RS, 1993.

MAESTRI, Mário. *O Sobrado e o Cativo. A Arquitetura Urbana Erudita no Brasil Escravista: O Caso Gaúcho*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

_____. *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997*. Passo Fundo: EdiUPF, 2000.

_____. *República Velha: desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional 1889-1930*. Passo Fundo: EdiUPF, 2000.

_____. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. vol. 2. Passo Fundo: EdUPF, 2006.

_____. *Uma história do Brasil: colônia*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Uma história do Brasil: império*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Uma história do Rio Grande do Sul: A República Velha*. vol. 3. Passo Fundo: EdiUPF, 2001.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre no século XX: crescimento urbano e mudanças sociais. Porto Alegre em destaque: História e Cultura*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Porto Alegre: urbanização e modernidade, a construção do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

- NEDEL, Letícia Borges. *Breviário de um museu mutante*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.11 n°.23 Jan./Jun. 2005.
- NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. Paris: Gallimard, 1984. v. 1.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. Rio Grande Político. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- REIS, Luis. *O arquivo e arquivística evolução histórica*. Biblios. Ano 7. n° 2. Abr.-Jun. 2006.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo. Perspectiva, 2000.
- RICHTER, Eneida Schirmer, et. al. *Introdução à arquivologia*. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2004.
- ROCHA, Márcia. *A restauração do Arquivo Público do R.G.S*. Divisão de Pesquisa e Projetos. Departamento de Arquivo Público. Porto Alegre, 2002.
- RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: Uma filosofia da república*. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- RUIZ RODRIGUES, Antonio Angel et al. *Manual de arquivística*. Madrid: Sintesis, 1995.
- SANHUDO, Ari Veiga. *As decantadas galerias subterrâneas do Palácio*. Crônicas de minha cidade. Porto Alegre: Sulina, Vol. I, 1961.
- SCHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCHWARCZ, Liliam Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Nobel, 1988. 248 p.
- SILVA, Zélia Lopes. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. 154 p.

STRATHERN, Andrew e STEWART, Pamela J. Global, nacional, local: escalas móveis, temas constantes. In BARROSO, João Rodrigues (coord.). *Globalização e Identidade Nacional*. São Paulo: Atlas, 1999.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: EdiUPF, 2004. 327 p.

TINNISWOOD, Adrian. *Visions of Power: Ambition and Architecture from Ancient Rome to Modern Paris*. Londres: Michell Beazley, 1998.

VOLTAIRE, Schiling. *O pensamento de Conte*. Memorial do Rio Grande do Sul. Caderno de História, nº 23.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2001.

WEIMER, Günter (Org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

WITTER, José Sebastião. *A República e os arquivos*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

Documentos

Decreto nº 22.388 de 23.03.1973. Palácio Piratini, em Porto Alegre, 22 de maio de 1956. (Fonte: APERS)

Decreto nº 3775, de 04 de janeiro de 1927. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 04 de Janeiro de 1927. (Fonte: APERS)

Decreto nº 38.350, de 27 de março de 1998. Regimento Interno da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos 1998.

Decreto nº 4119, de 09 de agosto de 1928. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em Porto Alegre. (Fonte: APERS)

Decreto nº 7058, de 22 de maio de 1956. Palácio Piratini, em Porto Alegre. (Fonte: APERS)

Decreto nº 876, de 08 de março de 1906. Palácio do Governo, em Porto Alegre. (Fonte: APERS)

Decreto nº 9207, de 05 de Agosto de 1958. Palácio Piratini, em Porto Alegre. (Fonte: APERS)

Regimento do Arquivo Público. Secretaria do Interior e Justiça. Porto Alegre. (Fonte: APERS)

Regulamento Interno do Arquivo Público do Estado para atendimento ao Público. Porto Alegre. Prof. Carlos Alessio Rossato (diretor). (Fonte: APERS)

Regulamento Interno para Atendimento ao Público. Lenir Beatriz Fernandes (diretora) 1991-1995. (Fonte: APERS)

Regulamentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 08 de março de 1906. (Fonte: APERS)

Relatório do diretor do Arquivo Público apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 1921, no Relatório desta Secretaria, II volume. (Fonte: AHRS)

RIO DE JANEIRO. ARQUIVO NACIONAL. Correspondência do Presidente da Província José Antonio de Arruda Castro ao Conselheiro Diegeo Velho Cavalcanti de Albuquerque ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em 26 de agosto de 1875. (Fonte: AHRS)

RIO GRANDE DO SUL. AHRS. Coleção das Leis de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1858. Legislação, Códice 573. Mimeografado. (Fonte: AHRS)

____. Decreto nº 1.435 de 11 de fevereiro de 1909. Anexo B. documento 4. (Fonte: AHRS)

____. Decreto nº 3528 de 13 de outubro de 1925. Anexo B, documento 6. (Fonte: AHRS)

____. Lei nº 2.345, de 29 de janeiro de 1954. Dispõe sobre a criação e organização da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências. (Fonte: AHRS)

____. Lei nº 2.345, de janeiro de 1954. Legislação – código L -791. (Fonte: AHRS)

____. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1925. Porto Alegre, Oficinas gráficas de A Federação, 1926: p.570. Legislação – código L-680. (Fonte: AHRS)

____. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1935. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Imprensa Oficial, 1938: p. 220. Legislação – código L-717. (Fonte: AHRS)

____. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1909. Porto Alegre: Carlos Echenique, 1910. Legislação, código 645. (Fonte: AHRS)

____. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1913. Legislação código 653. Porto Alegre: A Federação, 1914.

____. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Oficinas gráficas de A Federação. Porto Alegre, 1926, p. 570. Legislação, código L-680. (Fonte: AHRS)

____. Mensagem enviada à Assembléia dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros em 20 de setembro de 1905. Porto Alegre, Oficinas tipográficas da Federação, 1905. (Fonte: AHRS)

____. Ofício do Diretor AHRS, Dr. Paulo Xavier, para o Diretor do Boletim da Biblioteca do Exército, Cel. Humberto Peregrino Seabra Fagundes, de 3 de junho de 1960. (Fonte: AHRS)

____. Ofício nº 002/72 de 10 de abril de 1972 do Diretor do AHRS, Cel. Moacyr Domingues, para a Diretora do Departamento de Assuntos Culturais, prof^a. Antonieta Barone. (Fonte: AHRS)

____. Regulamento para Secretaria da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *In*: Relatório do Vice-Presidente da Província na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1857. (Fonte: AHRS)

____. Relatório apresentado a Borges de Medeiros, Presidente do Estado, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 15 de setembro de 1907, IN Documentos Avulsos. (Fonte: AHRS)

____. Relatório do Diretor do Museu Julio de Castilhos apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior no Relatório da mesma Secretaria de 1926. (Fonte: AHRS)

____. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, enviado ao Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na Assembléia Legislativa Provincial em 1º de Outubro de 1850. Porto Alegre: Tipografia de F. Pomatelli, 1850. Mimeografado. (Fonte: AHRS)

RIO GRANDE DO SUL. APERS. Correspondência do Arquivo Público do Estado ao Secretário Otalicio Morais da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, editado de 04 de março de 1948. (Fonte: AHRS)

____. Histórico. Divisão de pesquisas e projetos. 1999. Mimeografado. (Fonte: AHRS)

____. Correspondência expedida, 04 de março de 1948. (Fonte: AHRS)

____. Histórico do Arquivo Publico do Estado. Divisão de Pesquisas e Projetos, 1999. (Fonte: AHRS)

____. Regulamentos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto nº 9207, de agosto de 1958, Altera a organização e o regimento interno do Arquivo Público e dá outras providências. (Fonte: AHRS)

____. Relatório de 1944. Datilografado. (Fonte: AHRS)

____. Relatório do exercício. Patrimônio administrativo, 1975. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 08 de setembro de 1911. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, de 13 de setembro de 1912. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 20 de agosto de 1913. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 31 de agosto de 1913. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 09 de setembro de 1916. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 27 de agosto de 1917. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 13 de agosto de 1918. (Fonte: AHRS)

____. Texto transcrito do Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, editado em 6 de agosto de 1920. (Fonte: AHRS)

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Público: Histórico sobre os problemas do Arquivo Público do Estado e suas soluções. s/d.. Secretaria da Cultura do RS. Datilografado. (Fonte: APERS)

____. Do Arquivo Público: seu histórico, sua organização, seus fins, suas vantagens, sua sede e seu pessoal. Revista do APERS. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Federação, n.1, 1921, p. 8. (Fonte: APERS)

____. Secretaria de Cultura. Parecer nº 05/91 de 07 de março de 1991 do IPHAE. (Fonte IPHAE)

____. Secretaria De Obras Públicas. Projecto de Ampliação e Embelezamento da Praça Mal. Deodoro e Abertura de uma Avenida até o Caes Projectado. APERS, 1909. (Fonte: Secretaria de Obras Públicas)

RIO GRANDE DO SUL. IHRS. Decreto nº 3775, de 4 de janeiro de 1927, Porto Alegre, Oficinas Graphics d' A Federação, 1927 – p . 5. (Fonte: AHRS)

Jornais

Jornal “A Federação”.

Jornal “Zero Hora”

Sítios eletrônicos

A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 set. 2009.

A história brasileira ameaçada. Disponível em:
<www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=319IPB004>.

Acesso em: 07 out. 2009.

ARAUJO, J. R. *Arquitetura e poder*. Disponível em:
<www.ideariumperpetuo.com/arquitetpoder.htm>. Acesso em: 17 jun. 2009.

A Revolução Farroupilha. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Farrapos>. Acesso em: 21 set. 2009.

Arquivos Modernos. Disponível em <[www://arquivologiaosite.com.br/modules/jargon](http://www.arquivologiaosite.com.br/modules/jargon)>.
Acesso em: 25 abr. 2006.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=arq_hist>. Acesso em: 06 jan. 2010.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=apresentacao>. Acesso em: 06 jan. 2010.

Arquivo Público do Estado do RS. Disponível em: <www.pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_P%C3%BAblico_do_Estado_do_RS>. Acessado em: 10 jan. 2010.

Biblioteca Bíblica. *Ugarit uma cidade sob a sombra de Baal*. Disponível em:
<[http://bibliotecabiblica.blogspot.com/search/label/Ugarit cidade antiga sob a sombra de Baal](http://bibliotecabiblica.blogspot.com/search/label/Ugarit%20cidade%20antiga%20sob%20a%20sombra%20de%20Baal)>. Acesso em: 21 set. 2009.

Estilo da Arte: O Rococó. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=290>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

Famiglia Prati. Disponível em: <fotosantigas.prati.com.br>. Acesso em: 20 dezembro de 2009.

História de Porto Alegre. Disponível em:
<www.pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Porto_Alegre>. Acesso em: 11 jan. 2010.

Secretaria de Estado da Cultura do RS. Disponível em:
<http://www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=arq_hist>. Acesso em: 12 abr. 2008.

Júlio de Castilhos e sua República Positivista. Visões do positivismo no Brasil. Disponível em: <www.geocites.com/positivismonobrasil/?200619>. Acesso em: 19 abr. 2006.

PADOIN, Maria Medianeira. *O espaço fronteiro platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha (1835-1845)*. Disponível em:
<www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/jornadas/1/s2a12.pdf>. Acesso em: 07 out. 2009.

Sede do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<www.estado.rs.gov.br/palaciopiratini/>. Acesso em: 11 jan. 2010.

TEPERINO, Luciana. *Arquitetura e símbolos de poder e riqueza*. Disponível em:
<http://pt.shvoong.com/humanities/1645611-arquitetura-s%C3%ADmbolos-poder-riqueza/>.
Acesso em 29 de maio de 2010.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. Cidade, Monumentalidade e Poder. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/65>. Acesso em 18 de maio de 2010.

Locais de pesquisa

Arquivo Público do Rio Grande do Sul – APERS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRIS.

Biblioteca Pública do Estado do RS.

Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa.